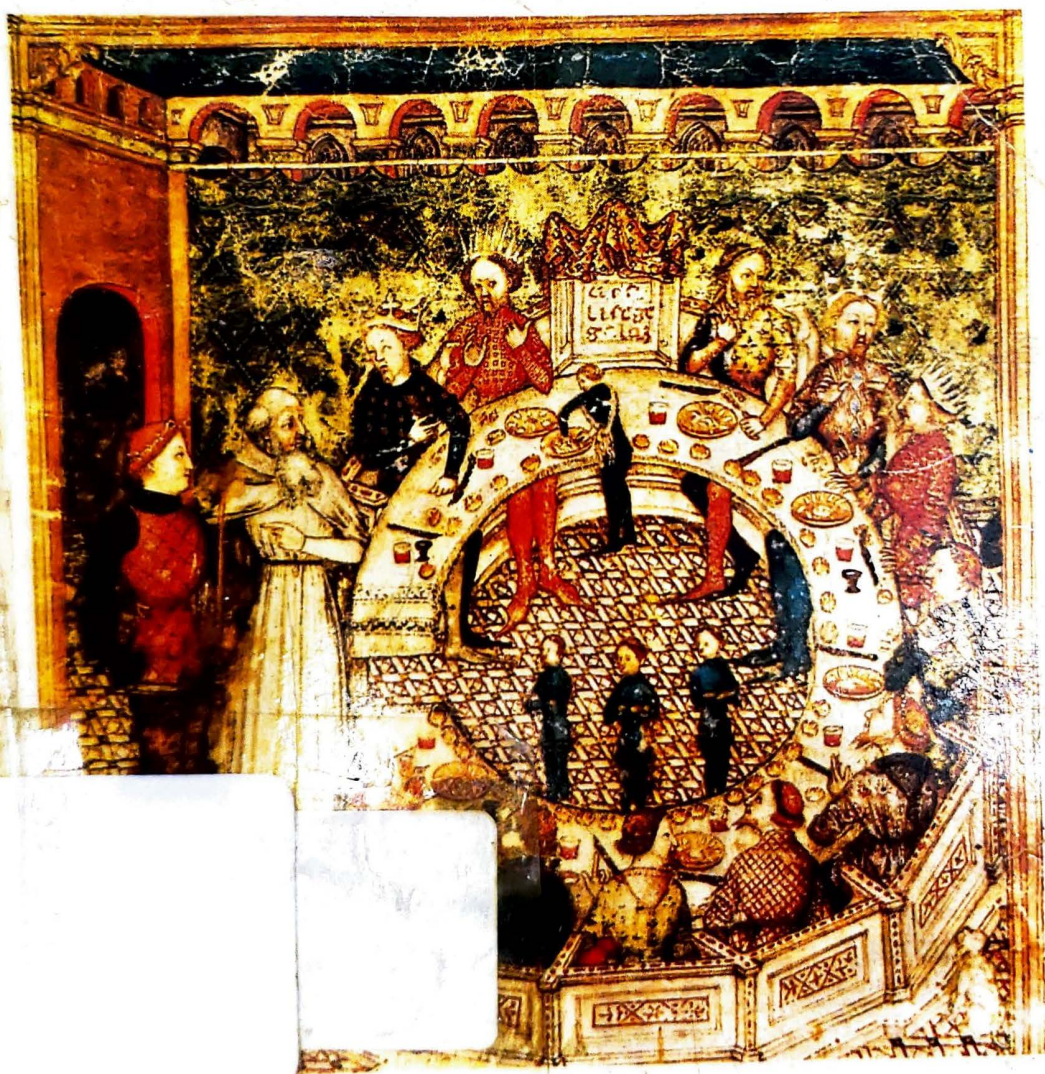


A VIDA COTIDIANA

NO TEMPO DOS CAVALEIROS DA TÁVOLA REDONDA

MICHEL PASTOUREAU



COMPANHIA DAS LETRAS



O período que se estende da ascensão do soberano inglês Henrique II Plantageneta (1154) à morte de Filipe-Augusto, rei da França (1223), é considerado pelo medievalista francês Michel Pastoureau como “o coração da Idade Média ocidental”. É a essa fase que ele dedica seu abrangente panorama da vida cotidiana na França e na Inglaterra. Em termos de categoria social, ele dá prioridade à pequena e média nobreza, ou seja, à cavalaria, que já se encontrava em crise, enfrentando ameaças à sua autonomia e aos seus ideais de guerra e de aventura.

Em nenhum outro período da história, ingleses e franceses viveram tão próximos e de maneira tão similar quanto na segunda metade do século XII e início do século XIII. Nessa época surgiu e desapareceu o chamado “Império Plantageneta”, construção política que reunia à Coroa da Inglaterra diversos Estados feudais franceses, tais como o Anjou, a Normandia e a Aquitânia. Justifica-se assim o estudo dos reinos em conjunto.

Essa também foi a época em que floresceram os romances de cavalaria, especialmente a literatura arturiana, inaugurada com uma menção à Távola Redonda no *Roman de Brut* do poeta normando Wace. Tal literatura, cujo primeiro ciclo se encerra em 1230 com o romance anônimo *A Morte do Rei Artur* e cujo

**No tempo dos cavaleiros
da Távola Redonda**

Coleção “A vida cotidiana”

Paris no tempo do Rei Sol — Jacques Wilhelm
A Itália no tempo de Maquiavel — Paul Larivaille
A República de Weimar (1919-1933) — Lionel Richard
A Holanda no tempo de Rembrandt — Paul Zumthor
No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda — Michel Pastoureau
O faroeste (1860-1890) — Claude Fohlen
O Egito no tempo de Ramsés — Pierre Montet
A Rússia durante a Revolução de Outubro — Jean Marabini
Berlim no tempo de Hitler — Jean Marabini
Índios e jesuítas no Paraguai no tempo das Missões — Maxime Haubert
Os deuses gregos — Giulia Sissa e Marcel Detienne
Os homens da Bíblia — André Chouraqui

A sair:

Jazzistas — François Billard
Roma no apogeu do império — Jérôme Carcopino

Michel Pastoureau

No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda

(França e Inglaterra, séculos XII e XIII)

2.^a reimpressão



COMPANHIA DAS LETRAS



CÍRCULO DO LIVRO

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

P327n Pastoreau, Michel, 1947-
No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda : França
e Inglaterra, séculos XII e XIII / Michel Pastoreau ;
[tradução Paulo Neves]. -- São Paulo : Companhia das
Letras : Círculo do Livro, 1989.

Bibliografia.
ISBN 85-7164-031-9

1. França - Condições sociais - Período medieval, 987-1515 2. França - História - Período medieval, 987-1515
3. Grã-Bretanha - Condições sociais - Período medieval, 1066-1485 4. Grã-Bretanha - História - Período medieval, 1066-1485 I. Título.

CDD-942.02
-944.02

88-2444

Índices para catálogo sistemático:

1. Idade Média : França : Condições sociais 944.02
2. Idade Média : França : História 944.02
3. Idade Média : Inglaterra : Condições sociais 942.02
4. Idade Média : Inglaterra : História 942.02

Editora Schwarcz Ltda.
Rua Tupi, 522
01233 São Paulo, SP
Fones: (011) 825-5286/825-6498

Círculo do Livro S.A.
Caixa postal 7413
01051 São Paulo, Brasil

Edição integral

Título do original: "La vie quotidienne en France et en Angleterre
au temps des chevaliers de la Table Ronde (XII^e-XIII^e siècles)"

Copyright © 1976 Librairie Hachette

Tradução: Paulo Neves

Revisão de originais: Mineo Taketama

Revisão de provas: Círculo do Livro

Capa: Ettore Bottini, sobre iluminura francesa do século XII,
com o rei Artur recebendo Sir Galahad na Távola Redonda
(Companhia das Letras); layout de Natanael Longo de Oliveira
sobre detalhe da obra "Mesa de jogo", de Alphonse le Sage,
Livre des jeux (1282) — Madri, Bibl. do Escorial

Licença editorial
por cortesia de Éditions Hachette

Composto pela Linoart Ltda.
Impresso e encadernado pelo Círculo do Livro S.A.

4 6 8 10 9 7 5 3

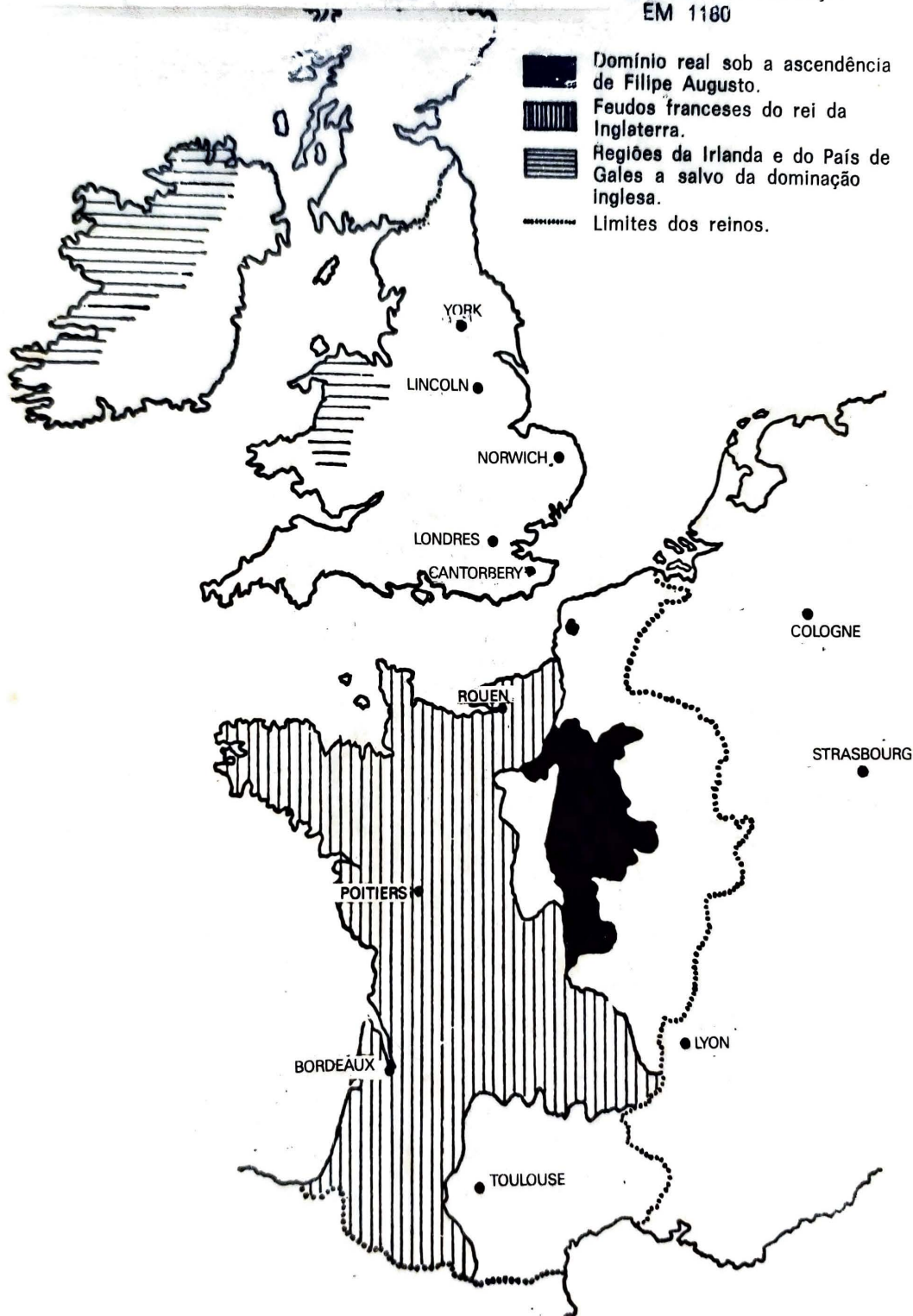
90 92 93 91



127060

ATERRA E A FRANÇA EM 1180

-  Domínio real sob a ascendência de Filipe Augusto.
-  Feudos franceses do rei da Inglaterra.
-  Regiões da Irlanda e do País de Gales a salvo da dominação inglesa.
-  Limites dos reinos.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

CAPÍTULO I

<i>Os ritmos da existência</i>	15
As populações francesa e inglesa — O nascimento e o batismo — O casamento — A velhice e a morte — O ritmo do tempo — O tempo curto: a jornada — O tempo longo: o ano e o calendário	

CAPÍTULO II

<i>Sociedade feudal e sociedade dos cavaleiros</i>	33
Características gerais da sociedade — Senhores e vassalos — O senhorio, cenário da vida cotidiana — Servos e vilões — O povo das cidades — O mundo dos clérigos — A cavalaria — A vida de cavaleiros — O ideal e as virtudes do cavaleiro	

CAPÍTULO III

<i>A paisagem: da terra abandonada ao vergel florido</i> ...	51
Os arroteamentos — Charnecas e pântanos — A floresta — O vergel	

CAPÍTULO IV

- "Tal senhor, tal morada."* O castelo e o hábitat 59
O castelo: a muralha exterior — O castelo: as muralhas interiores — O torreão: decoração interior e mobiliário — A vida cotidiana no castelo — A casa camponesa

CAPÍTULO V

- "Si est tens de la table metre"* 73
A alimentação dos camponeses — A alimentação dos senhores — As bebidas e o vinho — O jejum — Comportamentos aristocráticos à mesa

CAPÍTULO VI

- Uma sociedade da aparência: vestimentas, cores, emblemas* 87
O nascimento da moda — Tecidos e cores — A roupa masculina — A roupa feminina — Os brasões

CAPÍTULO VII

- Um tempo para a guerra e um tempo para a paz* 101
Guerras privadas e paz de Deus — O serviço militar feudal — Os mercenários — O equipamento dos combatentes — Os cavalos — A guerra de cerco — A batalha

CAPÍTULO VIII

- Alguns nobres "déduits"* 133
Os torneios — A caça — O jogo de xadrez

CAPÍTULO IX

<i>Amor cortês e realidades afetivas</i>	143
Um fenômeno literário — A atração física e os critérios de beleza — Os prazeres da carne — As realidades afetivas	

CAPÍTULO X

<i>A parte do sonho</i>	155
Deslocamentos e viagens — As peregrinações e o culto das relíquias — O atrativo do Oriente e o maravilhoso geográfico — Os animais e os bestiários — O maravilhoso bretão e o universo do Graal	

ALGUMAS PÁGINAS EXTRAÍDAS DA LITERATURA CORTÊS

<i>Um vassalo hospitaleiro</i>	177
<i>O torneio de Tenebroc</i>	181
<i>O encontro de Lancelot e Guinevere</i>	185
<i>Uma comuna em revolta contra monsenhor Gawain</i> ..	189
<i>A viagem de Kaherdin</i>	195
<i>Um serão na casa do conde de Saint-Gilles</i>	197

CRONOLOGIA SUMÁRIA	201
--------------------------	-----

NOTAS	203
-------------	-----

BIBLIOGRAFIA	213
--------------------	-----

INTRODUÇÃO

O título deste livro pede alguns esclarecimentos. Nosso propósito, com efeito, não é descrever a existência — apaixonante mas fictícia — dos heróis da Távola Redonda, exaltados nos romances de cavalaria do final do século XII e começo do XIII, mas sim estudar a verdadeira vida cotidiana das populações inglesa e francesa no período que se estende da ascendência de Henrique II Plantageneta (1154), rei da Inglaterra, à morte de Filipe Augusto (1223), rei da França. Mais do que a época de São Luís (Luís VIII), esses três quartos de século constituem, sob muitos aspectos, o coração da Idade Média ocidental. Esta coleção jamais seria completa sem um volume consagrado a esse tempo.

Para definir uma época cuja cronologia se sobrepõe desigualmente a dois séculos, não teria sido preferível escolher uma expressão menos ambígua, como “no final do século XII”, ou “cerca de 1200”, ou ainda “sob o reinado de Filipe Augusto”? Mas, além de sua deselegante rigidez, é provável que essas expressões incutissem nas pessoas uma idéia demasiado restritiva dos decênios e das regiões consideradas. Por mais literária que seja, a fórmula “no tempo dos cavaleiros da Távola Redonda” parece corresponder melhor às intenções reais do nosso trabalho. Isso por três razões.

A primeira deve-se aos limites “sociais” que lhe impusemos. Pois, embora nenhuma classe da sociedade tenha sido esquecida, a prioridade, já que era impossível esgotar o assunto, coube ao estudo da vida cotidiana da aristocracia, e nem tanto à dos príncipes quanto à dos meios cavalaria-nos. Assim, não se torna inoportuno que um termo do título sublinhe essa preferência.

A segunda refere-se às fontes utilizadas: dentre os diversos tipos de documentos a que recorreremos — alguns dos quais, como os selos e os brasões, freqüentemente ne-

gligenciados pelos historiadores —, um lugar privilegiado coube à literatura cortês, e mais especialmente à arturiana, às obras de Chrétien de Troyes e seus continuadores. Por que esse privilégio? Porque essa literatura, longe de ser simplesmente recreativa, é uma literatura militante que procura impor sua visão do mundo e da sociedade. Porque, dos meios que representa, ela oferece uma imagem ao mesmo tempo fiel e falaciosa, passadista e visionária, e que, ao fazê-lo, pode proporcionar ao historiador ensinamentos mais ricos e matizados que um documento jurídico ou arqueológico feio e imparcial. Porque, enfim, seus heróis são ao mesmo tempo cópias e modelos, sombras e ídolos, impressões e matrizes dessa classe social em crise — a pequena e média nobreza — de que justamente desejamos estudar a vida cotidiana. *¹ Assinalemos ainda quanto, ao menos do ponto de vista da história literária, a expressão “no tempo dos cavaleiros da Távola Redonda” delimita com exatidão o período de que nos ocupamos. Com efeito, é o poeta normando Wace que, em seu *Roman de Brut*, concluído em 1155, menciona pela vez primeira essa mesa redonda que o rei Artur teria mandado construir para evitar disputas de precedência entre seus cavaleiros². E é um romance anônimo, um dos mais belos produzidos pela Idade Média, *La mort le roi Artu*³, concluído aproximadamente entre 1225 e 1230, que, ao contar o crepúsculo do reino arturiano, põe fim ao primeiro ciclo de aventuras desses cavaleiros, um ciclo a que três gerações de historiadores, cronistas, poetas e romancistas dedicaram-se durante quase um século. Contudo, essas duas datas não representam senão pontos de referência. Não constituem limites intransponíveis. Será necessário advertir que nossa exposição sairá às vezes desse quadro cronológico? Será necessário sublinhar que a história da vida cotidiana não pode ser encerrada entre duas datas?

A última razão deve ser buscada em nosso desejo de não circunscrever o estudo à superfície de um reino. A história da vida cotidiana não se detém em fronteiras, sobretudo nesses séculos XII e XIII em que todos os países da

* Ver notas e referências no final do volume.

cristandade ocidental vivem ao ritmo da mesma civilização, e em que a história da França e a da Inglaterra, mais do que em qualquer outra época, encontram-se intimamente ligadas. A Mancha não é um mar-obstáculo, mas um lago constantemente cruzado nos dois sentidos pelos homens, mercadorias, idéias e obras. Usam-se as mesmas roupas em Londres e em Paris, come-se o mesmo alimento nos campos de Lincoln e nos de Orléans, saboreia-se a mesma literatura nos castelos de Yorkshire e nos de Poitou. Os romances da Távola Redonda, cuja ação se passa na Grande e na Pequena Bretanha (esta sendo a Bretanha atual, na França), são, na mesma língua, entendidos pelo mesmo público de um lado e de outro da Mancha.

Restam ainda algumas observações para precisar os limites deste livro. A proximidade cronológica de um volume da mesma coleção escrito por Edmond Faral sobre a *Vida cotidiana no tempo de São Luís*⁴ nos levou a negligenciar certos domínios a fim de evitar repetições inúteis. Assim, como Faral se preocupa quase exclusivamente com a sociedade parisiense, renunciámos de bom grado ao mundo das cidades, que, de resto, até o final do século XII, tanto na França quanto na Inglaterra, abrigam apenas cinco por cento de toda a população. Também não nos aprofundamos sobre a vida religiosa e as atividades econômicas, temas tratados extensamente por Faral, com incursões retroativas ao período de que tratamos. De uma maneira geral, concentramo-nos sobre os aspectos materiais e as condições psicológicas da vida cotidiana. Não dedicamos muita atenção ao quadro institucional, de que se percebem mudanças evidentes por volta dos anos 1180-1200. Estas páginas não eram o lugar apropriado para isso. Além do mais, a maior parte dos medievalistas reconhece hoje que o belo alicerce do sistema feudal, tão laboriosa e minuciosamente edificado pelos historiadores do direito, é em muitos aspectos uma construção quimérica que não resiste à análise quando se penetra no concreto das realidades cotidianas.

CAPÍTULO I

OS RITMOS DA EXISTÊNCIA

O homem do século XII parece experimentar uma certa indiferença com relação ao tempo. A contagem das horas e dos dias, os problemas de cálculo e de calendário, são tarefa estrita dos clérigos. Os momentos marcantes da vida são assinalados apenas pela obrigatória cerimônia religiosa que os acompanha. O tempo pertence à Igreja. Cavaleiros e camponeses não são donos dos ritmos de sua existência. Assistem, impotentes, à passagem dos dias, dos anos, que os faz envelhecer inexoravelmente, sem jamais deixar de repor cada coisa em seu lugar. Daí essa resignação que parece levá-los a se preocupar mais com o tempo que faz do que com o tempo que passa.

As populações francesa e inglesa

O período de que nos ocupamos situa-se na longa fase de crescimento demográfico que vai do começo do século XI aos últimos decênios do XIII. O fenômeno é de tal amplitude e de tal importância para a história do Ocidente, que os historiadores se referem a ele como “revolução demográfica”. As causas desse fenômeno são múltiplas: a paz e a segurança, o fortalecimento da autoridade pública, a retomada dos movimentos comerciais e, sobretudo, o crescimento dos recursos agrícolas devido aos progressos técnicos e ao aproveitamento de novos espaços. Calcula-se que entre o ano 1000 e o ano 1300 a população da Europa ocidental tenha triplicado.

Nesse longo período, os anos 1160-1220 representam um tempo particularmente ativo. O crescimento acelerado, se não é diretamente mensurável, pode ser atestado por diversos indícios: extensão das terras cultivadas, aumento do preço da terra, divisão das grandes propriedades, criação de novas aldeias, novas paróquias, novos mosteiros, transformação de pequenas aldeias em grandes burgos, crescimento das cidades, que já não cabem nos antigos limites e precisam — como Paris, entre 1190 e 1213 — ser dotadas de uma nova muralha, bem maior.

Evidentemente é impossível avaliar com precisão as populações inglesa e francesa num dado momento desse período. Todavia, pode-se propor algumas estimativas, que tomaremos emprestadas, para a maior parte dos casos, do historiador americano J. C. Russel¹. Por volta de 1200, a população da Europa poderia ser estimada em cerca de 60 milhões de habitantes, e a do mundo, em 350 a 400 milhões. A França é o reino mais populoso do Ocidente: em sua área territorial da época — algo em torno de 420 000 quilômetros quadrados —, ela abriga pelo menos 7 milhões de indivíduos; em seus limites atuais — 551 000 quilômetros quadrados —, provavelmente ultrapassaria a cifra de 10 milhões. Bem menos povoadas, as ilhas Britânicas contam com 2,8 milhões de habitantes, sendo 1,9 milhão na Inglaterra. Contudo, a diferença de densidade demográfica entre os dois reinos é pequena: dezesseis habitantes por quilômetro quadrado na França, contra catorze na Inglaterra.

Vejamos alguns outros números a título de comparação: no começo do século XIII, a península Ibérica (reinos cristãos e territórios dominados pelo Islã) abrigaria 8 milhões de habitantes; a Itália, um pouco menos; o conjunto dos países germânicos (Alemanha, Áustria, Suíça), 7 milhões; a Hungria, 2 milhões; a Polônia, 1,2 milhão, e o Império Bizantino, entre 10 e 12 milhões.

Ainda por volta de 1200, a população de Paris seria de aproximadamente 25 000 habitantes, divididos de maneira bastante desigual nos 253 hectares delimitados pela nova muralha de Filipe Augusto. A população de Londres é equivalente, talvez ligeiramente superior. Na França, as outras “grandes” cidades são Rouen e Toulouse, mas nenhu-

ma delas abriga a metade da população parisiense. Na Inglaterra, Londres constitui (já naquela época) um fenómeno urbano excepcional, já que as outras cidades de certa importância (York, Norwich, Lincoln e Bristol) mal atingem 5 000 habitantes.

Mas Londres e Paris estão longe de ser as maiores cidades da cristandade. Na primeira metade do século XIII, Roma e Colônia teriam pelo menos 30 000 habitantes, Veneza e Bolonha, 40 000, Milão e Florença, 70 000. E a maior cidade cristã continua sendo Constantinopla, que, ao ser conquistada pelos Cruzados em 1204, abrigava entre 150 000 e 200 000 pessoas.

Esses números não devem dissimular a imprecisão de nossos conhecimentos acerca de vários pontos: impossibilidade de avaliar a população urbana em relação à população total; impossibilidade de fazer um mapa das densidades de povoamento, tamanha a variedade encontrada numa mesma região; impossibilidade sobretudo de tirar conclusões gerais a partir de casos isolados. A demografia do final do século XII apresenta múltiplos contrastes: entre zonas apinhadas e outras desprovidas de qualquer habitação; entre famílias numerosas e casais sem filhos; entre o número de mortalidade infantil e a quantidade de idosos.

O nascimento e o batismo

Os homens do século XII confiam na vida e seguem os ensinamentos do Evangelho: eles se multiplicam. A taxa anual de natalidade é de aproximadamente 3,5 por cento. A família numerosa é comum em todas as classes da sociedade. Aliás, os casais reais se esforçam por dar o exemplo: Luís VI e Alix de Savóia, Henrique II e Alienor de Aquitânia, Luís VIII e Branca de Castela, todos trouxeram ao mundo oito filhos.

Ao longo do nosso período, a fecundidade parece tornar-se cada vez maior. Na Picardia, por exemplo, uma sondagem constatou que nos meios aristocráticos a proporção

de famílias “numerosas” (isto é, que tenha de oito a quinze filhos) era de 12 por cento em 1150, 33 por cento em 1180 e 42 por cento em 1210. Isso representa um crescimento considerável ².

Ao contrário do que os historiadores afirmaram por muito tempo, o período de fecundidade das mulheres nos séculos XII e XIII é semelhante ao das mães da atualidade. Se o acreditavam mais curto, é porque esse período freqüentemente se interrompe devido a uma morte no parto ou pelo falecimento de um marido cuja idade pode ser bem superior à da esposa. Pois as jovens viúvas, exceto as que pertenciam à aristocracia, raramente voltam a se casar. Em contrapartida, o nascimento do primeiro filho parece relativamente tardio, e por esse motivo os intervalos entre as gerações são bastante acentuados. Mas a diferença entre gerações é menos marcante do que em nossa época, em razão da diferença de idade entre os dois cônjuges, ou entre o primeiro e o último filho.

O exemplo de Alienor de Aquitânia é significativo. Nascida em 1122 ³, aos quinze anos (1137) ela desposa o herdeiro do trono da França, o futuro Luís VII, dando-lhe duas filhas: Maria (1145) e Alix (1150). Repudiada em 1152, após quinze anos de casamento, casa-se em seguida com Henrique Plantageneta, dez anos mais jovem que ela. Dessa nova união nascem oito filhos: Guilherme (1153), Henrique (1155), Matilde (1156), Ricardo (1157), Godofredo (1158), Eleonora (1161), Joana (1165) e João (1167). Suas maternidades situam-se, portanto, primeiro aos 23 e 28 anos, depois aos 31, 33, 34, 35, 36, 39, 43 e 45 anos. Decorrem 22 anos entre o nascimento do primeiro e do último filho.

Outro caso revelador: Guilherme, o Marechal, conde de Pembroke, regente da Inglaterra de 1216 a 1219, só se casa aos 45 anos, com Isabelle de Clare, uma rica herdeira trinta anos mais jovem que ele. Apesar da diferença de idade, o casal chega a ter nove filhos. E observe-se que, nos dois exemplos, trata-se apenas dos filhos conhecidos. Os que morrem cedo raramente são mencionados nas atas e nas crônicas.

A mortalidade infantil, com efeito, é extremamente alta. Cerca de um terço das crianças não ultrapassa os cinco anos, e pelo menos dez por cento morrem antes de completar um mês de vida. Por esse motivo, o batismo é realizado muito cedo, geralmente um dia após o nascimento. A cerimônia, que se realiza na igreja paroquial, não difere muito da atual. No século XII, o costume de mergulhar o recém-nascido inteiramente nu na pia batismal já estava praticamente extinto. O batismo se fazia por "infusão": o padre aspergia água benta três vezes sobre a fronte do recém-nascido, traçando o sinal-da-cruz enquanto pronunciava a fórmula: "*Ego te baptizo in nomine Patris et Filii et Spiritus Sancti*".

O costume impõe vários padrinhos e madrinhas. Com a inexistência do estado civil, é bom que eles sejam numerosos, para guardar a lembrança do acontecimento. Sabemos que Filipe Augusto foi batizado a 22 de agosto de 1165, um dia após seu nascimento, pelo bispo de Paris, Maurice de Sully (o mesmo que, em 1163, havia decidido reconstruir a Igreja de Notre-Dame), e que teve três padrinhos e três madrinhas: Hugues, abade de Saint-Germain-des-Prés; Hervé, abade de Saint-Victor; Eudes, antigo abade de Sainte-Geneviève; sua tia Constance, esposa do conde de Toulouse, e duas mulheres viúvas que viviam em Paris⁴.

A criança recebe apenas um nome de batismo. Não é seu prenome, como dizemos hoje, mas seu nome verdadeiro, o único que lhe é indispensável e pelo qual será designado por toda a vida. O que chamamos "nome de família" não é ainda senão um cognome (nome de lugar, de ofício, alcunha) inteiramente acessório, que pertence ao indivíduo e não à família. É verdade que, no reinado de Filipe Augusto (1180-1223), esses sobrenomes começam a tornar-se hereditários em algumas regiões, como a Île-de-France* e a Normandia; mas a evolução permanece lenta. Nos textos, as pessoas costumam ser designadas por seu nome de batismo seguido de diversas indicações de origem, residência, função ou qualidades.

* Nome da antiga província, situada em torno de Paris, que foi o primeiro centro político da França. (N. do T.)

O nome de batismo é em geral o de um dos padrinhos ou madrinhas. Nesse particular, as modas evoluem lentamente. Os dois nomes masculinos mais difundidos são os mesmos na França e na Inglaterra: João e Guilherme. Em seguida encontramos, na Inglaterra: Robert, Richard, Thomas, Geoffrey, Hugues e Étienne; na França: Pierre, Philippe, Henri, Robert e Charles. A voga de outros nomes é mais específica a uma província: Baudouin em Flandres, Thibaud na Champagne, Richard e Raoul na Normandia, Alain na Bretanha, Eudes na Borgonha; ou então está ligada ao culto de um santo num território mais restrito: Remi na região de Reims, Médard na de Noyon, Martial na de Limoges⁵; na Inglaterra, Gilbert, na diocese de Lincoln.

Para as mulheres, as estatísticas são mais difíceis de estabelecer. Maria e Joana são os nomes mais usuais em ambos os reinos, seguidos provavelmente de Alix, Blanche, Clémence, Constance, Isabelle, Marguerite, Mathilde e Perrine. A forma pode variar com a província (diz-se Elisabeth em Artois, mas Isabelle em Poitou; Mahaut em Flandres, mas Mathilde na Normandia e Maud em Languedoc), ou com a categoria social: assim, Perrine, Perrette e Pernelle designam geralmente plebeus, ao passo que Pétronille, forma mais erudita, reserva-se às mulheres da aristocracia. O mesmo se dá com Jacqueline, Jacquette e Jacquotte em relação a Jacqueline⁶.

Até a idade de seis ou sete anos, a criança permanece aos cuidados das mulheres. Suas preocupações limitam-se a jogos e brinquedos: bolas de gude, dados, ossinhos, piões, cavalos de madeira, bolas de pano ou de couro, bonecas de madeira esculpidas e articuladas, louças e potes em miniatura, esconde-esconde, cabra-cega, pula-sela, etc. Ao que tudo indica, na Idade Média os adultos eram bastante indiferentes com relação às crianças pequenas. Muito poucos textos ou obras de arte nos mostram pais encantados, enternecidos ou abalados pelos gestos dos filhos antes da idade da educação.

O casamento

A importância do casamento é ao mesmo tempo familiar, patrimonial e econômica. Ele assinala a união de duas famílias, duas linhagens, sendo às vezes um meio de reconciliação. Assinala também a união de duas fortunas, dois domínios. Daí a necessidade de escolher bem o cônjuge. Vimos que Guilherme, o Marechal, esperou até os 45 anos para desposar Isabelle de Clare; mas esse casamento fez dele, caçula pouco afortunado, um dos homens mais ricos da Inglaterra. O senhor que casa um filho ou uma filha pede sempre conselho, não apenas aos parentes mais afastados, mas também aos vassalos; além disso, o direito feudal o obriga a informar e pedir a autorização de seu suserano. Por seu turno, este último deve fazer o possível para que a filha de um vassalo falecido se case rápida e vantajosamente.

Mas o casamento é antes de tudo um sacramento. Realiza-se por uma troca de promessas diante de um padre. As autoridades seculares deixam também à Igreja a responsabilidade de legislar sobre o assunto. O costume não é tão preponderante, e a legislação é mais ou menos a mesma em todo o Ocidente. Para a Igreja, o elemento essencial consiste no consentimento do casal. O consentimento dos pais não representa um fator indispensável, e teoricamente eles são proibidos de coagir os filhos a uma união indesejada por eles. Na literatura épica, no entanto, proliferam exemplos que contrariam esse preceito, mostrando uma jovem forçada pelo pai, o tutor ou o suserano, a esposar um velho rico e poderoso que ela não deseja. Rosamunda, a heroína da *Chanson d'Elie de Saint-Gilles*, proclama abertamente sua aversão:

“Não quero um velho de pele enrugada [...], uma pele que não parece doente por fora, mas que por dentro está roída pelos vermes; não poderei suportar sua pele flácida, e prefiro fugir como uma cativa...”⁷

Existem vários impedimentos ao casamento: ser menor de doze anos, para as moças, e de catorze, para os rapazes;

ter recebido uma das ordens eclesiásticas maiores *; ter pais num grau de parentesco considerado proibido, em geral inferior ao sétimo (isto é, tendo em comum o bisavô de um avô). Mas, sobre este último ponto, era possível obter dispensas.

O casamento é indissolúvel a partir do momento de sua consumação. O repúdio é proibido, o divórcio não existe. O único meio de romper a união é a anulação, seja invocando a impotência ou a esterilidade de um dos cônjuges, seja demonstrando um caso de consangüinidade que não havia sido percebido por ocasião da celebração. Não se trata, assim, de uma verdadeira ruptura, mas da simples constatação de que o casamento, sendo impossível, jamais existiu⁸. Nesse domínio, a Igreja mostrou-se às vezes bastante flexível. É conhecida a forma pela qual, em março de 1152, o casamento de Luís VII e Alienor de Aquitânia foi anulado pelo concílio de Beaugency. O pretexto: Hugo Capeto, tataravô de Luís, havia esposado uma irmã do trisavô de Alienor! As causas reais da separação eram o desentendimento do casal (ainda que a crônica tenha enfeitado muito as aventuras da rainha) e sobretudo o fato de que, em quinze anos de casamento real, Alienor não tivesse dado à luz senão duas filhas.

Filipe Augusto não teve a mesma sorte de seu pai. Com o falecimento de sua primeira mulher, Isabel de Hainaut, em 1192, ele desposa em segundas núpcias Ingeburge, irmã do rei da Dinamarca, em 14 de agosto de 1193. Mas, por razões que os historiadores jamais chegarão a determinar, logo em seguida é tomado de horror pela nova esposa e procura por todos os meios separar-se dela, invocando especificamente um parentesco desta última com a primeira mulher. A pedido do rei, uma assembléia de prelados e barões decide pela anulação do casamento. Mas a rainha, encerrada numa abadia flamenga, consegue fazer chegar um apelo ao papa, que torna sem efeito a sentença de anulação. Filipe Augusto desconsidera a decisão papal e busca uma nova esposa.

* As três ordens maiores da Igreja medieval são o sacerdócio, o diaconato e o subdiaconato, em oposição às quatro menores: porteiros, leitores, exorcistas e acólitos. (N. do T.)

Mas depara-se com dificuldades: todas as dinastias da Europa lhe recusam suas filhas ou irmãs. Acaba encontrando, no longínquo Tirol, a filha de um pequeno vassalo do duque da Baviera, Agnès de Méranie, e casa-se com ela a 14 de junho de 1196. A partir de então o conflito com o papa se agrava. Em janeiro de 1200, Inocêncio III reúne em Viena uma assembléia de bispos que lança o interdito sobre os domínios de Filipe. Não haveria mais celebração, nem culto, nem administração dos sacramentos na França. O castigo infligido ao soberano pesava sobre todo o povo. A sentença era tão grave (o casamento de seu filho Luís, futuro Luís VIII, com Branca de Castela teve que ser celebrado, em 23 de maio de 1200, nas terras do rei da Inglaterra, em Port-Mort, perto de Les Andelys!) que o rei foi constrangido a ceder. No final do mesmo ano envia Agnès de volta e retorna Ingeburge; mas é só em 1212 que ela recupera definitivamente sua dignidade de rainha.

Há certos períodos do ano em que o casamento é proibido: do primeiro domingo do Advento à oitava da Epifania; da septuagésima à oitava da Páscoa; da segunda-feira antes da Ascensão à oitava de Pentecostes. A cerimônia, geralmente realizada aos sábados, não chega a ser muito diferente das do século XX. As futuras esposas não vestem nenhum traje especial, apenas as melhores roupas; cingem a cabeça com um véu ou um diadema. Como no batismo e nos esponsais, é sob o pórtico da igreja que se realiza a troca de consentimentos e dos anéis; gestos e fórmulas praticamente se mantêm até os nossos dias. Não se entra na igreja senão após essa troca, para a celebração da missa. Na saída, o costume é ir ao cemitério para refletir. Em seguida, inicia-se a festa, que dura sempre vários dias, tanto entre os ricos barões quanto entre os simples camponeses. Conforme o caso, todo o domínio senhorial ou toda a aldeia participam. É no casamento do primogênito de um poderoso senhor que ocorrem as festas mais longas, com os presentes mais suntuosos, e a distribuição de alimentos mais generosa.

A velhice e a morte

1216
1144
74

A Idade Média não conhece propriamente a velhice no sentido em que a entendemos. Excetuando-se a entrada para um mosteiro, não há "retiro" nessa sociedade. Até morrer, cada homem é um adulto que deve, salvo impossibilidade física, exercer suas atividades em toda a plenitude. Homens de setenta ou oitenta anos trabalham na lavoura, participam das batalhas campais, das longínquas peregrinações ou do exercício do poder político.

De mais a mais, morre-se menos jovem do que se poderia supor. Pois se a esperança de vida é de trinta a trinta e cinco anos (e cabe observar que ela é apenas ligeiramente inferior à da primeira metade do século XIX), isso se deve sobretudo à mortalidade infantil: um terço dos recém-nascidos não ultrapassa os cinco anos. Mas os outros, selecionados naturalmente, têm boas chances de atingir uma idade relativamente avançada. Pôde-se calcular que, na Inglaterra do século XIII, para cada mil crianças nascidas num mesmo ano, seiscentas e cinqüenta deviam atingir a idade de dez anos, quinhentas e cinqüenta, de trinta, trezentas, a de cinqüenta, e setenta e cinco, a de setenta anos⁹.

Alguns exemplos elucidarão melhor o assunto. Infelizmente, são todos colhidos entre os membros das dinastias e do alto clero, as únicas personagens de que conhecemos as datas de nascimento e morte. De resto, no século XII muita gente não sabe sua idade, por ignorar o ano do nascimento. O próprio Guilherme, o Marechal, acredita-se mais velho do que realmente é: em 1216, ao assumir a regência do reino da Inglaterra, afirma ter "oitenta anos passados", quando se pode estabelecer com certeza que ele tenha nascido entre 1144 e 1146!

Luís VII morreu aos sessenta anos, Filipe Augusto aos cinqüenta e oito, Ingeburge da Dinamarca, aos sessenta; Luís VIII viveu apenas trinta e nove anos, mas sua mulher, Branca de Castela, sessenta e cinco; o imperador Frederico Barba-Roxa morreu aos sessenta e oito anos, Guilherme, o Leão, rei da Escócia, aos setenta e um, e Henrique II Plantagena, aos cinqüenta e seis. Seus filhos, Ricardo Coração de Leão

e João sem Terra, não viveram mais que quarenta e dois e quarenta e nove anos, mas sua mãe, Alienor, morreu aos oitenta e dois anos, após ter presenciado a morte de oito de seus dez filhos.

Os membros do clero atingem uma idade ainda mais respeitável. São Bernardo morreu aos sessenta e três anos; Abelardo, com a mesma idade, apesar de seus infortúnios; Guilherme das Mãos Brancas, arcebispo de Reims, viveu sessenta e sete anos; Hugo de Puiset, bispo de Durham, setenta; Roberto Cabeça Grande, bispo de Lincoln, setenta e oito; Gilberto Foliot, bispo de Londres, setenta e nove; o papa Gregório VIII morreu aos oitenta e sete anos, e o sucessor de seu sucessor, Celestino III, aos noventa e dois. O século XII registra também a lembrança de um centenário: São Gilberto de Sempringham, fundador da Ordem dos Gilbertinos, nascido em 1083 e falecido em 1189!

Portanto, pelo menos nos meios aristocráticos, não é raro atingir-se a idade de sessenta anos, e ultrapassar os setenta não chega a ser um fenômeno. É por esse motivo, provavelmente, que o autor anônimo do romance *La mort le roi Artu*, a fim de sublinhar a avançada idade de seu herói, atribui ao rei Artur não setenta ou setenta e cinco, mas noventa e dois anos¹⁰.

É preciso admitir, no entanto, que a longevidade varia com a condição social. Entre o populacho, a esperança de vida enfrenta a fome, as epidemias e, em alguns lugares, as doenças endêmicas. São muitos os poetas, como Hélimand de Froimont, que refletem sobre a brevidade dos dias que o homem passa neste mundo:

“Morte que toma de repente os que pensam viver
[longamente [...]]
Morte que não te cansas de rebaixar as coisas altas [...]
Quantas vezes colher o filho antes do pai, a flor antes do
[fruto [...]]
E subtrais à juventude, aos vinte e oito ou trinta anos, quem
[se julgava na melhor idade...]”¹¹

O ritmo do tempo

O leigo não sabe apreciar convenientemente a exatidão do tempo. Mal conserva a lembrança de um fato longínquo (como a data de nascimento) e não é capaz de utilizar o futuro para traçar planos. Quando parte em peregrinação, ou para uma viagem um pouco mais longa, não sabe dizer quando voltará e o que fará após o regresso. Assim, os heróis da Távola Redonda freqüentemente saem atrás de aventura, sem data nem projeto de retorno. Salvo alguma exceção, cronistas e romancistas se revelam muito imprecisos quanto a datas e cronologia: contentam-se com fórmulas vagas (“na época do rei Henrique”, “no tempo de Pentecostes”, “quando os dias fizeram-se mais longos”), ou assinalam simplesmente o que não é habitual no correr dos dias. Na prática, os acontecimentos estão ligados às grandes festas, ou a outros eventos cuja importância os gravou na memória.

A mentalidade do homem medieval é particularmente sensível ao ciclo dos dias, das festas e das estações, à permanência das esperas e dos recomeços, assim como ao lento e implacável envelhecimento. Tudo está, ao mesmo tempo, em marcha e em suspenso. Daí procedem os temas, literários e artísticos, do “Elogio do tempo passado” (o universo envelhece; não é mais o que era; onde estão as alegrias, as virtudes e as riquezas de outrora? . . .) e da “Roda da Fortuna” (tudo retorna sempre ao mesmo lugar, cada um vê seu destino descer, subir e descer novamente; não adianta querer modificar a ordem das coisas . . .).

Essa resignação passadista advém provavelmente do fato de que o homem da Idade Média — tanto o cavaleiro quanto o camponês — não possui do tempo senão uma experiência concreta. A reflexão intelectual e os cálculos precisos são privilégio de um pequeno número de clérigos. Os demais, todos os demais, conhecem apenas a alternância do dia e da noite, do inverno e do verão. Seu tempo é o da natureza, anualmente regulado pelos trabalhos nos campos, os prazos e os pagamentos a seus senhores. Os escultores freqüentemente representaram na pedra (nos pórticos das grandes catedrais francesas — Amiens, Chartres, Paris,

Reims, Saint-Denis, Senlis — ou, sobretudo na Inglaterra, ao redor das pias batismais) esse calendário da vida rústica, em que cada mês é ilustrado por uma atividade: janeiro é o mês da festa e da comida; fevereiro, o do repouso, em que se permanece no interior da casa, sentado diante do fogo; março vê o reinício dos trabalhos agrícolas: amanha-se a terra e poda-se a vinha; abril é o mais belo mês do ano, o da renovação, representada por um buquê de flores nas mãos de uma menina; maio, o do senhor, que parte para a caça ou para o combate, montado em seu mais belo cavalo; junho está reservado à ceifa; julho, à colheita; agosto, à debulha do trigo; setembro e outubro são os meses da vindima, o segundo sendo também o da sementeira; em novembro, faz-se a provisão de madeira para o inverno e se põe a engordar o porco, que será morto em dezembro, quando se começam a preparar novamente as festas de janeiro ¹².

• *O tempo curto: a jornada*

O ritmo da jornada regula-se principalmente pelo curso do sol: ela é curta no inverno, longa no verão. O agrupamento do hábitat permite igualmente contar com os sinos do mosteiro, que anunciam os ofícios mais ou menos a cada três horas: matinas à meia-noite, laudes às três da manhã, prima às seis, terça às nove, sexta ao meio-dia, nona às três da tarde, vésperas às seis e completas às nove da noite. Essas horas canônicas, por sinal, estão longe de ser regulares: variam com a latitude, a estação ou a pontualidade do sineiro. A hora das vésperas, sobretudo, é bastante instável. E na Inglaterra terça, sexta e nona são anunciadas mais cedo que no continente europeu (razão pela qual *noon*, em inglês, originado de nona, acabará por designar meio-dia).

Como se mede a passagem do tempo? Alguns conventos possuem relógios hidráulicos, semelhantes às antigas clepsidras, feitas de um recipiente em que a água escoava gota a gota: uma mesma quantidade de líquido leva o mesmo intervalo de tempo para esvaziar. Mas trata-se de um aparelho

frágil e complexo, e não muito difundido. Utiliza-se mais comumente o relógio solar, e para medir tempos breves, uma simples ampulheta, cujo funcionamento (ou a própria forma) é semelhante ao daquelas que observamos ainda hoje. À noite, o monge que anuncia os ofícios se orienta pela posição dos astros ou pela duração da chama de uma vela. Os textos nos ensinam que se consomem três numa noite, e que portanto a noite se divide em primeira, segunda e terceira vela. Assim, o sineiro pode avaliar as horas aproximadamente, de acordo com o número de páginas lidas, de preces e salmos recitados.

O emprego do tempo de uma jornada varia evidentemente com as regiões, as estações e as categorias sociais. Todavia, observam-se alguns pontos em comum. Levanta-se cedo, geralmente antes do alvorecer, pois as atividades começam com a aurora; antes disso é preciso lavar-se, vestir-se, fazer as orações ou assistir à missa. Raramente as pessoas se alimentam ao sair do leito, uma vez que as práticas religiosas exigem o jejum. O “desjejum”, primeira das três refeições do dia, ocorre um pouco mais tarde, à hora da terça; ele separa o período da manhã em duas partes mais ou menos iguais. O “almoço”, mais abundante, situa-se entre a sexta e a nona. Segue-se um intervalo de descanso, dedicado à sesta, à leitura, a passeios ou jogos. Retomam-se as atividades por volta daquilo que consideramos o meio da tarde, e duram até o sol se pôr. No inverno, portanto, essa parte da jornada é relativamente breve. A “ceia” é servida entre as vésperas e as completas. Mais longa que as outras refeições, pode ser seguida de um serão; mas, com exceção da noite de Natal, este não se prolonga muito: no século XII dorme-se cedo. A iluminação (velas de sebo ou de cera, lampiões a óleo) é cara, e perigosa. E a noite sempre traz um pouco de inquietação: é o tempo dos incêndios, das traições e dos perigos sobrenaturais. Em toda parte a legislação proíbe a continuação do trabalho depois do cair da noite, e pune severamente os delitos e crimes cometidos entre o pôr e o nascer do sol.

O tempo longo: o ano e o calendário

Em relação às datas e às horas, a regra é uma só: todo mundo é tributário da Igreja. O ciclo do ano corresponde ao calendário litúrgico, cujos tempos mais importantes são o Advento e a Quaresma, e as festas principais: o Natal, a Páscoa, a Ascensão, o Pentecostes e o Dia de Todos os Santos. O costume de celebrar a Assunção da Virgem (15 de agosto) só irá se impor na metade do século XIII. Foi no Concílio de Nicéia, em 325, que o dia de Natal foi definitivamente fixado em 25 de dezembro, e apenas no século VII que a Festa de Todos os Santos ganhou o dia 1.º de novembro. A data das três outras grandes festas é variável. A primeira tarefa dos encarregados de fazer os cálculos é determinar a da Páscoa, que a partir do século VI (embora o costume permaneça hesitante até o final do século VIII) foi estabelecida “no domingo que segue à primeira lua cheia posterior a 21 de março”. Essa fórmula é empregada ainda hoje. Como na Idade Média, a data mais próxima do começo do ano em que se comemora a Páscoa é 22 de março, e a mais tardia, 25 de abril; a Ascensão é celebrada quarenta dias após a Páscoa, e o Pentecostes, cinquenta.

O ano litúrgico se inicia no primeiro domingo do Advento, mas isso não ocorre com o ano civil. A data de seu início varia de acordo com as regiões. Na Inglaterra, o ano começa em 25 de dezembro; depois, pouco a pouco, as chancelarias episcopais e reais adquirem o hábito de transferir o início para 25 de março, dia da Anunciação: é esse costume que prevalecerá do final do século XII a 1751. Na França, os procedimentos diferem de um centro administrativo a outro. Cidades geograficamente próximas têm costumes bastante diversos nessa questão: em Soissons, por exemplo, o ano começa em 25 de dezembro; em Beauvais e Reims, em 25 de março; em Paris, no dia da Páscoa; em Meaux, em 22 de julho (Santa Maria Madalena)! Sem entrar no mérito de todas essas diferenças, registremos que os dias mais freqüentemente escolhidos são o Natal (oeste e sudoeste da França), a Anunciação (Normandia, Poitou, parte do centro e do leste) e a Páscoa (Flandres, Artois, domínios reais).

Em virtude de sua mobilidade, esta última data se acomoda particularmente mal no calendário. Para a chancelaria dos reis da França, que institui o início do ano na Páscoa, certos anos têm quase dois meses de abril, e outros, apenas meio. Em 1209, por exemplo, o ano começou em 29 de março e terminou em 17 de abril do ano seguinte, quase treze meses depois; houve portanto quarenta e sete dias em abril (30 mais 17). Em 1213, ao contrário, quando o primeiro dia do ano foi 14 de abril e o último, 29 de março, abril só teve dezesseis dias¹³.

Nas atas e nas crônicas, a menção do milésimo, calculado em relação à encarnação de Cristo, não é de uso geral. Prefere-se às vezes fórmulas como “o ano x do reinado de nosso rei (de nosso conde) $X \dots$ ”, ou “nosso rei (nosso conde) $X \dots$ que reina há tantos anos”. Além disso, embora os nomes dos meses sejam os mesmos de hoje, há numerosas formas de exprimir um determinado dia. Tomemos, por exemplo, 28 de setembro. Tanto se pode dizer “o vigésimo oitavo dia de setembro” como “o terceiro dia de setembro que vai acabar” (isto é, três dias antes do fim do mês de setembro), ou ainda “o quarto das calendas de outubro” e, mais costumeiramente, “a véspera de São Miguel”.

Para a imensa maioria dos indivíduos, as festas litúrgicas e os dias dos santos são os únicos pontos de referência do ano. Isso aliás não elimina o risco de confusão. Em duas dioceses vizinhas, pode-se festejar o mesmo santo em duas datas diferentes. Da mesma forma, alguns santos venerados universalmente podem ser festejados por toda parte em várias épocas do ano. Celebra-se o aniversário de seu nascimento, de sua conversão, de seu martírio, da descoberta ou do traslado de suas relíquias. São Martinho, por exemplo, é festejado pelo menos três vezes: a 4 de julho (São Martinho do verão), dia de sua ordenação; a 11 de novembro (São Martinho do inverno), dia de seu sepultamento, e a 13 de dezembro, dia do retorno de suas relíquias de Auxerre a Tours. Outros costumes atestam ainda mais a influência da vida religiosa sobre o calendário: em certos períodos do ano, o dia da semana é designado pelo tema do Evangelho lido na igreja. Assim, a quinta-feira da segunda semana da Quaresma é chamada de “O mau rico”, a sexta-

feira, de "Os vinhateiros" e o sábado, de "A mulher adúltera" ¹⁴.

Mas o assunto da contagem pertence aos clérigos. Senhores e cavaleiros, servos e vilões, habitantes dos burgos e das cidades, não são versados nesse tema. Sua atenção se volta, antes, para as datas das cortes de justiça e assembléias feudais, da ordenação e outras cerimônias de cavaleiros (Páscoa, Pentecostes), do pagamento de dívidas (Festa da Candelária, Todos os Santos) e da abertura das feiras e mercados. Seguem-se o ritmo dos domingos e dos incontáveis feriados, aguardam-se o retorno periódico das festas religiosas e dos folguedos, são ainda mais sensíveis ao ciclo das estações, ao tempo da natureza: para todos, existem os bons e os maus dias.

CAPÍTULO II

SOCIEDADE FEUDAL E SOCIEDADE DOS CAVALEIROS

Evocar em poucas linhas as estruturas sociais do fim do século XII e começo do XIII representa um desafio. O tema é extenso, e por alguns de seus aspectos — como as relações entre nobreza e cavalaria — constitui um dos domínios mais controvertidos das pesquisas da história medieval. A primeira metade do século XIII marca, com efeito, o apogeu do que chamamos de sociedade feudal, ao passo que os últimos decênios desse século e os primeiros do seguinte ilustram já seu lento mas irremediável declínio. Entre as duas datas que assinalam os limites deste livro, verifica-se uma aceleração das transformações da sociedade, decisiva para o futuro do Ocidente. Este, porém, não é o lugar para aprofundarmos esse tema. Tentaremos simplesmente esboçar os contornos das diferentes categoriais sociais, insistindo naquilo que, do ponto de vista econômico ou sócio-jurídico, influencia particularmente a vida cotidiana. Tendo por objetivo facilitar a compreensão dos capítulos seguintes, nossa exposição será deliberadamente concisa, não exaustiva e pouco matizada, especialmente no que concerne às diferenças entre a França e a Inglaterra.

Características gerais da sociedade

Antes de mais nada, a sociedade do século XII é uma sociedade cristã; para fazer parte dela, mesmo como cidadão, é necessário ser cristão. Pagãos, judeus e muçulmanos, ainda

que sejam às vezes tolerados, são sempre excluídos. O Ocidente vive ao ritmo da mesma fé. Cada domínio senhorial, cada cidade, cada entidade política, participa mais da cristandade universal do que um reino determinado. Daí a intensidade das trocas, a maleabilidade das fronteiras, a ausência de nações e nacionalismo; daí também o caráter universalista, não apenas dos costumes e da cultura, mas também das estruturas sociais e mesmo das instituições. Não existe uma sociedade francesa e uma sociedade inglesa. A vida, as pessoas e as coisas são as mesmas na Borgonha e na Cornualha, em Yorkshire e no Anjou. As únicas verdadeiras diferenças são impostas pela latitude e as condições geográficas.

Esta é uma sociedade hierarquizada. Embora em alguns aspectos pareça um pouco anárquica (a noção de Estado não existe, certos direitos e poderes — moeda, justiça, exército — dividem-se entre múltiplas autoridades), ela se organiza solidamente em torno de dois princípios ordenadores: o rei e a pirâmide feudal. No período de que nos ocupamos, o primeiro tende até mesmo a sobrepujar a segunda. Isso é verdade na Inglaterra desde o reinado de Henrique II; e acontecerá na França ao final do de Filipe Augusto.

Por outro lado, em cada um de seus níveis, a sociedade tende a formar grupos e associações, das guildas das cidades às corporações de ofícios, das alianças de barões às comunidades aldeãs. Os indivíduos raramente agem em seu próprio nome e não são jamais considerados isoladamente. Ainda não estão verdadeiramente divididos em ordens, mas já se encontram em grande parte constituídos em corporações e “estamentos”¹.

Sob vários aspectos, já é quase uma sociedade de classes, mesmo se estas não desempenham nenhum papel na organização político-jurídica ou na repartição dos direitos e deveres. Classes muito difusas e abertas (Guilherme d’Auvergne, bispo de Paris no começo do século XIII, não era filho de um servo?), mas ainda assim sociedade de classes. A vida cotidiana não põe tanto em cena clérigos, nobres e plebeus, e sim homens ricos e poderosos, de um lado, e indivíduos pobres e sem poder, de outro.

Senhores e vassalos

(A Europa feudal é um mundo rural em que a riqueza repousa na terra. A sociedade é dominada pelos proprietários de latifúndios, os senhores, cujo poder é ao mesmo tempo econômico e político. A feudalidade consiste primeiramente no sistema que define as relações de dependência desses senhores entre si. Ela se apóia em dois elementos essenciais: o compromisso de vassalagem e a concessão do feudo².

O vassalo é um senhor mais ou menos fraco, que, por obrigação ou interesse, vincula-se a um senhor mais forte, a quem promete fidelidade. Essa promessa tem por objeto um contrato que determina as obrigações recíprocas. O senhor promete ao vassalo proteção e sustento: defendê-lo contra os inimigos, assisti-lo na justiça, ajudá-lo com conselhos, oferecer-lhe presentes e “generosidades”, sustentá-lo enfim na corte ou, mais comumente, conceder-lhe uma terra que lhe permita manter-se e ajudar a manter os seus: o feudo. Em troca, o vassalo deve ao senhor um serviço militar (cujas modalidades são estabelecidas pelo contrato), assistência política (conselhos, missões) e jurídica (ajudá-lo a promover a justiça; tomar parte no tribunal senhorial), às vezes serviços domésticos, gestos de deferência em qualquer circunstância, e em alguns casos ajuda pecuniária. Na França, esse auxílio pode ser concretizado de quatro formas: resgate, partida para a cruzada, casamento da filha mais velha e ordenação na cavalaria do primogênito do senhor.

Salvo para os senhores importantes, o contrato de vassalagem raramente é firmado por escrito. Mas oferece uma cerimônia ritual mais ou menos idêntica em todas as regiões: o vassalo, ajoelhado, pronuncia inicialmente uma fórmula de homenagem (“Eu me torno teu homem...”); a seguir, de pé, jura, sobre a Bíblia ou sobre relíquias, fidelidade ao senhor; por fim, este último o investe no feudo, entregando-lhe um objeto que o simboliza (ramo, erva, torrão de terra) ou que representa um poder (cetro, anel, bastão, luva, estandarte, lança). Genuflexões, troca de beijos e gestos litúrgicos acompanham a cerimônia, que pode ser definitiva ou periodicamente renovada.

Originariamente, o feudo era concedido a título pessoal e vitalício; mas o princípio de hereditariedade se impôs progressivamente. Esta é a regra na França e na Inglaterra no final do século XII. A cada mudança de vassalo, o senhor se contenta em cobrar um direito de “distinção”. Frequentemente, aliás, o feudo não é transmitido apenas ao primogênito, mas partilhado entre todos os irmãos. O que resulta num esfacelamento da propriedade fundiária e num empobrecimento dos vassalos.

No feudo, o vassalo exerce todos os direitos políticos e econômicos, como se fosse o verdadeiro proprietário. O senhor conserva apenas a possibilidade de confiscar o feudo, caso o vassalo falte a seus compromissos. Inversamente, o vassalo que se considera lesado pelo senhor pode, conservando a posse da terra, retirar-lhe o compromisso de fidelidade e apelar ao suserano; é o “desafio”.

O sistema feudal, com efeito, é edificado como uma pirâmide em que cada senhor é o vassalo de um senhor mais poderoso. No topo encontra-se o rei, que procura, aliás, afastar-se cada vez mais do sistema; na base, estão os menores dos vassalos, os subvassalos, personagens que os romances de cavalaria apresentam como modelos de lealdade, amabilidade e sabedoria. Entre os dois extremos, há toda uma hierarquia de grandes e pequenos barões, desde duques e condes até os proprietários de modestos castelos. O poderio de um senhor mede-se pela extensão de suas terras, o número de vassalos e o porte de sua ou suas fortalezas.

O senhorio, cenário da vida cotidiana

O senhorio é o conjunto das terras sobre as quais o senhor — seja qual for sua fortuna e poder — exerce os direitos de propriedade e soberania. Representa a entidade política e econômica de base numa sociedade quase exclusivamente rural. Há senhorios de todas as dimensões e de todas as formas; o típico é a castelania, que, apesar de sua área relativamente reduzida, é bastante vasta para englobar várias

aldeias e possuir um castelo-fortaleza, assim como os feudos necessários à sua proteção. Ducados, condados e grandes feudos eclesiásticos são assim divididos num certo número de castelania. A geografia feudal caracteriza-se por uma extrema fragmentação, pois os senhorios raramente pertencem a um único proprietário, em virtude da variedade de aquisições (heranças, doações, compras, conquistas) e da necessidade de se produzir ali mesmo quase tudo o que é preciso para a sobrevivência do senhorio. As guerras particulares originam-se muitas vezes do desejo de um senhor de reunir numa só duas de suas terras que se encontram separadas pela de um vizinho.

Exceto alguns pequenos feudos que o senhor pode doar a seus cavaleiros armados, o senhorio está dividido em duas partes: as concessões e a reserva. As concessões são pequenas porções de terra arrendadas pelo senhor a camponeses, que em troca lhe devem uma parte de sua produção (paga *in natura* ou em dinheiro, conforme as modalidades extremamente variáveis de uma região à outra) e a prestação de serviços nas terras do senhor, a chamada corvéia (lavoura, colheita, vindima, transporte). A reserva é o domínio diretamente explorado pelo senhor. Ela compreende o castelo e suas dependências, terras aráveis cultivadas pelos servos domésticos ou pelos camponeses na corvéia, pastagens, bosques e rios sobre os quais todos os habitantes do senhorio possuem direitos de uso relativamente amplos.

Sobre o conjunto das concessões e da reserva, o senhor representa a autoridade pública: ele administra a justiça, exerce os direitos de polícia, assegura a defesa militar. Somado a esse poder geral de comando, há um poder econômico decorrente de seu *status* de proprietário: por um lado, cobra taxas sobre todas as atividades de troca (direitos de passagem, feiras, mercados); por outro, possui certas oficinas e aparelhos de produção (forja, moinho, prensa para espremer frutos, forno), que os habitantes são obrigados a utilizar, pagando uma taxa. Esse monopólio, denominado "banalidade", estende-se às vezes aos próprios animais: alguns senhores possuem um touro ou um varão, aos quais os camponeses são obrigados a levar suas vacas ou porcas, sob pena de incorrerem em pesada multa.

Servos e vilões

Os camponeses que usufruem de concessões dividem-se juridicamente em dois grupos: os vilões e os servos.

O vilão goza de completa liberdade pessoal; embora dependa politicamente do senhor, tem direito a circular livremente, morar onde quiser e às vezes até mudar de senhorio. O servo, ao contrário, está preso ao solo, privado de certas capacidades e sujeito a maiores encargos. Paga impostos mais pesados que os devidos pelo simples vilão; não pode testemunhar num processo contra um homem livre, entrar no clero ou beneficiar-se plenamente dos bens comunais. Sua condição, porém, é diferente da dos escravos da Antiguidade; ele goza de uma certa personalidade jurídica e pode possuir um patrimônio; o senhor, que lhe deve justiça e proteção, não pode espancá-lo, matá-lo ou vendê-lo.

A servidão é rara em algumas regiões (Bretanha, Normandia, Anjou) e muito comum em outras, onde quase toda a população camponesa é constituída de servos (Champagne, Nivernais). Do mesmo modo, a condição servil varia de um feudo a outro, de um senhorio a outro. No final do século XII, a distinção entre livres e não-livres, na prática, é quase imperceptível. Servos e vilões levam a mesma vida cotidiana; a tendência é agrupá-los numa única categoria social, passível de restrições e obrigações que originariamente não pesavam senão sobre os servos, como a taxa de "casamento fora", a que o camponês está sujeito ao tomar uma esposa num outro senhorio, ou a da "mão-morta", necessária para herdar bens e a concessão dos pais. As diferenças parecem sobressair mais no campo econômico do que no jurídico. Não se trata tanto de livres e não-livres, mas de camponeses ricos, proprietários de animais de tração e instrumentos de trabalho, e trabalhadores pobres, que contam apenas com seus braços e coragem. Além disso, é comum encontrarem-se vilões miseráveis e servos um pouco afortunados.

A classe camponesa tem já seus notáveis, que se colocam ao serviço do senhor como funcionários ("*ministériaux*") ou assumem, à revelia, a direção da comunidade aldeã. Essa comunidade, formada pelo conjunto dos chefes

de família, desempenha um papel importante na vida do meio rural: ela administra as terras e os rebanhos comunais, decide sobre a rotatividade das culturas, organiza a repartição da talha, imposto devido ao senhor por todos os plebeus que habitam o senhorio.

O povo das cidades

As cidades geralmente não passam de aldeias ampliadas. No entanto, a partir do século XI verifica-se em todo o Ocidente um inegável crescimento urbano, em decorrência da retomada do comércio e das atividades de troca, do desenvolvimento do artesanato e de certas formas de indústria, da multiplicação das associações profissionais e municipais. As cidades passam a atrair novos contingentes de população, adquirem importância, ampliam suas muralhas. E os habitantes começam a tolerar cada vez menos a autoridade e os direitos exercidos pelo senhor. Daí as revoltas designadas como "movimento comunal". O processo e a forma que adquirem variam de uma cidade a outra, mas por toda parte o objetivo se resume em obter, pela violência ou por um acordo pacífico, privilégios, franquias e um direito de se autogovernar, que serão consignados numa carta da comuna. As cidades distinguem-se assim cada vez mais do campo; pelas liberdades que conquistam, tendem a se afastar do sistema feudal. Sua organização e seu *status* variam enormemente. Mas, se a evolução da condição política é diversa, a da condição social permanece indistinta em todo lugar.

Comerciantes e artesãos associam-se em comunidades de ofícios (os germes das futuras corporações), cuja influência adquire um peso crescente sobre a vida da cidade. Instituinto monopólios, fixando salários, as horas de trabalho e os termos de contrato, reprimindo as greves, verificando a qualidade das mercadorias, punindo severamente as fraudes e os erros, essas comunidades acabam não apenas por dirigir totalmente o comércio e a produção, mas igualmente por assumir toda a administração municipal. E na cidade,

como no campo, a hierarquia não se estabelece segundo bases jurídicas, mas sim obedecendo a critérios econômicos: há os ricos e os pobres. De um lado, nobres, comerciantes afortunados, mestres artesãos e “capitalistas”, que têm o poder político, criam e cobram impostos, possuem casas e terrenos de que retêm o aluguel. Do outro, a gente comum, pequenos artesãos, operários, biscateiros, aprendizes e miseráveis de todo tipo, que, como as tecelãs libertas por Yvain no romance *Chevalier au lion*, não podem senão lamentar a própria sorte:

“Haveremos sempre de tecer panos de seda e jamais estaremos mais bem vestidas. Seremos sempre pobres e nuas; teremos sempre fome e sede. Jamais ganharemos o suficiente para melhorar nossa alimentação [...] Pois quem ganha vinte soldos por semana não consegue sair da miséria [...] E, enquanto vivemos na penúria, aquele para quem trabalhamos enriquece às nossas custas...”³

O mundo dos clérigos

A sociedade eclesiástica é extremamente diversificada, e suas fronteiras com o mundo dos leigos não são sempre nítidas. Clérigo é todo homem que recebeu a primeira das ordens menores; ele deve, além disso, ter sido tonsurado e vestir o longo hábito que caracteriza seu estado. É uma condição bastante imprecisa, havendo muitos graus intermediários entre as pessoas mundanas e os verdadeiros membros do clero.

Todo mundo almeja ser clérigo, pois o clero proporciona diversos privilégios. Os clérigos, com efeito, não se submetem senão aos tribunais da Igreja, mais indulgentes que as jurisdições seculares; são isentos do serviço militar e da maior parte dos impostos; seus bens e sua pessoa gozam de uma proteção especial; ainda lhes é reservado o usufruto dos benefícios eclesiásticos. Em contrapartida, os negócios mundanos lhes são proibidos, especialmente o comércio;

aqueles que receberam as ordens maiores não podem se casar, e os que fazem o voto de pobreza perdem o direito de possuir um patrimônio.

Os clérigos titulares de um cargo desfrutam de bens cujos rendimentos servem para sustentá-los: são os benefícios. Há os benefícios menores (paróquias, priorados, castelânias) e os maiores (arcebispados, dioceses, abadias). Tanto na França como na Inglaterra, a Igreja é o proprietário mais rico do reino e concede, enquanto tal, parte de seus domínios àqueles que estão a seu serviço. A importância do benefício é proporcional à da função ocupada.

O bispo normalmente é eleito pelos padres da igreja matriz do episcopado: os cônegos. Às vezes, consultam-se os fiéis. Mas em geral é um poderoso senhor, o rei ou o papa que impõe seu candidato. Ao fim do século XII, o bispo, com efeito, é cada vez mais submisso ao controle da Santa Sé, que procura diminuir seus poderes de jurisdição e acompanhar a administração da diocese. Inocêncio III adota mesmo o costume de convocar todo bispo a Roma pelo menos uma vez a cada quatro anos.

O arcebispo é o titular de uma diocese metropolitana. Existem oito na França (Rouen, Reims, Sens, Tours, Bordeaux, Bourges, Narbonne e Auch) e dois na Inglaterra (Canterbury e York). Trata-se de uma figura eminente, que o rei e o papa, cada qual por seu lado, procuram vigiar bem de perto. Daí os freqüentes conflitos em torno das nomeações, como o que opôs durante seis anos (1207-1213) João sem Terra e Inocêncio III, quando este último designou como arcebispo de Canterbury, tornando-o primaz da Inglaterra, seu amigo Étienne Langton, em detrimento do candidato real.

No interior da diocese, cabe ao bispo nomear os benefícios menores. Os senhores conservam, porém, o direito de apresentar um candidato para o ministério das igrejas por eles fundadas. Se este for canonicamente aceitável, o bispo homologa a apresentação. Mas nesse caso também há abusos e conflitos.

A imensa maioria dos padres servem nas paróquias rurais. Eles são recrutados no próprio local, mas as regras que regem o recrutamento estão longe de ser perfeitas. Normalmente o padre deve viver apenas dos rendimentos de seu

benefício e assegurar a gratuidade do culto e dos sacramentos. Em toda parte, no entanto, observam-se práticas simoníacas; o costume de cobrar pelo batismo e pelos funerais é uma instituição quase oficializada. Por outro lado, a obrigação do celibato nem sempre é respeitada: em certas paróquias, o vigário vive com uma "vigária", concubina ou esposa legítima, se é que podemos chamá-la assim. É uma prática que não devemos, porém, exagerar; em muitos lugares, ela tende a desaparecer sob a influência de prelados reformistas. Mesmo que a literatura apresente abundantes exemplos de padres cobiçosos, vaidosos e libertinos, mesmo que a corrente anticlerical acesse toda a Idade Média com uma constante agressividade, não se pode garantir que os maus padres tenham sido mais numerosos que os bons.

A cavalaria

A cavalaria é uma instituição que se implantou no sistema feudal por volta do ano 1000. No sentido estrito, cavaleiro é todo homem de armas que se submeteu aos ritos de uma cerimônia de iniciação específica: a sagração do cavaleiro. Contudo, não basta ter sido ordenado; deve-se também obedecer a certas regras e sobretudo seguir um modo de vida particular. Os cavaleiros não formam uma classe jurídica, mas uma categoria social que reúne especialistas em combate de cavalaria — o único eficaz até o final do século XIII —, e que dispõe dos meios de levar essa existência à parte, que é a vida de cavaleiro.

Teoricamente, todo homem batizado tem acesso à cavalaria: cada cavaleiro pode tornar cavaleiro aquele que ele julgar digno de sê-lo, não importa a origem ou a condição social. As canções de gesta oferecem muitos exemplos de plebeus (camponeses, lenhadores, guardadores de porcos, comerciantes, jograis, cozinheiros, porteiros, etc.)⁴ que se sagraram cavaleiros em recompensa por serviços prestados ao herói. Às vezes, são simples servos. Na *Chanson d'ami et d'amile*, por exemplo, dois deles recebem o grau da cava-

laria das mãos de seu senhor, a quem, apesar da lepra, permaneceram fielmente devotados:

“Nessa ocasião, o conde Ami [...] não esqueceu seus dois bons servos: no dia mesmo em que ficou curado, sagrou a ambos cavaleiros”⁵.

Mas a realidade é outra. A partir da metade do século XII, os cavaleiros tendem a ser recrutados quase exclusivamente entre os filhos de cavaleiros, formando uma casta hereditária. Se não chegam a desaparecer de vez, a sagração de plebeus torna-se um fato excepcional. Por dois motivos: o primeiro reside no processo de cooptação que favorece inevitavelmente o controle de uma classe, a aristocracia da terra, sobre uma instituição que não é regida por nenhuma norma de direito; o segundo — talvez mais importante — deve-se a imperativos sócio-econômicos: o cavalo, o equipamento militar, a cerimônia e as festas de sagração exigem altas somas; a própria existência do cavaleiro, feita de prazeres e ociosidade, pressupõe uma certa riqueza, que naquela época provinha apenas da terra. Ser cavaleiro, com efeito, significa glória e honra; portanto, é preciso viver, seja da generosidade de um rico e poderoso senhor (um favor que ainda pode ser obtido facilmente no começo do século XII, mas que se torna mais difícil cem anos depois), seja dos rendimentos de um patrimônio. Assim, são numerosos aqueles que preferem a concessão de um feudo, por menor que seja, às generosidades domésticas de um senhor.

Por volta de 1200, os cavaleiros são essencialmente os senhores e os filhos de senhores. Na França, o fenômeno se acentua ao longo do século XIII, a ponto de a condição de cavaleiro deixar aos poucos de ser considerada como individual para se tornar uma instituição hereditária reservada aos estratos superiores da aristocracia. Ocorre então a fusão entre cavalaria e nobreza⁶.

A vida de cavaleiro

A cavalaria é sobretudo uma maneira de viver. Requer uma preparação especial, uma sagração solene e atividades que não podem se confundir com as do homem comum. As literaturas épicas e cortês nos dão imagens detalhadas dessa vida, mas provavelmente um tanto distorcidas em função de seu caráter ideologicamente passadista. É preciso cotejá-las com outras fontes, narrativas, textos diplomáticos e os achados arqueológicos.

A vida do cavaleiro começa por uma longa e difícil aprendizagem, inicialmente no castelo paterno, e depois, a partir dos dez ou doze anos, junto a um rico padrinho ou um grande protetor. A primeira formação, familiar e individual, tem por objetivo ensinar os rudimentos da equitação, da caça e do manejo das armas. A segunda, mais longa e mais técnica, é uma verdadeira iniciação profissional e esotérica, sendo praticada coletivamente. Em todos os escalões da pirâmide feudal, com efeito, cada senhor é cercado de uma espécie de "escola de cavalaria", onde os filhos de seus vassallos, de seus protegidos e eventualmente parentes menos afortunados vêm aprender o ofício militar e as virtudes do cavaleiro. Quanto mais poderoso o senhor, maior o número de alunos⁷.

Até uma idade que varia entre dezesseis e vinte e três anos, esses adolescentes exercem junto a seu protetor a função de criado doméstico e auxiliar de armas. Servindo-o à mesa, acompanhando-o à caça, participando de seus divertimentos, aprendem as virtudes do homem do mundo. Ocupando-se de seus cavalos, limpando as armas e, mais tarde, seguindo-o nos torneios e nos campos de batalha, adquirem os conhecimentos do homem de guerra. A partir do dia em que passam a exercer esta última função até o momento da ordenação como cavaleiro, possuem o título de escudeiro. Aqueles que, por falta de sorte, mérito ou ocasião, não conseguem alcançar a ordenação, guardarão esse título por toda a vida. Pois é apenas após a ordenação e a entrega do equipamento que se pode ostentar o título de cavaleiro.

O desdobramento ritual da cerimônia de ordenação foi fixado tardiamente. No período a que nos referimos, as formas mostram-se ainda bastante diversas, tanto na realidade quanto nas obras literárias. Observa-se particularmente uma grande diferença entre as ordenações que ocorrem em tempos de guerra e as realizadas em épocas de paz. As primeiras sucedem num campo de batalha, antes do combate ou após a vitória; são as mais gloriosas, embora os gestos e as fórmulas estejam reduzidos à sua expressão mais simples, em geral a entrega da espada e a palmada no ombro. As segundas coincidem com a celebração de uma grande festa religiosa (Páscoa, Pentecostes, Ascensão) ou civil (nascimento ou casamento de um príncipe, reconciliação de dois soberanos). São espetáculos quase litúrgicos, tendo por cenário o pátio de um castelo, o pórtico de uma igreja, uma praça pública ou a relva de um prado. Exigem dos futuros cavaleiros uma preparação sacramental (confissão, comunhão) e uma noite de meditação numa igreja ou capela: a vigília de armas. Seguem-se vários dias de banquetes, torneios e diversões.

A cerimônia propriamente desenrola-se segundo uma ordem sacralizada. Ela se inicia pela bênção das armas, que o padrinho entrega a seguir ao afilhado: primeiro a espada e as esporas, a seguir a cota de malha e o elmo, por fim a lança e o escudo. O escudeiro veste a indumentária, recita algumas preces e pronuncia um juramento, pelo qual se compromete a respeitar os costumes e as obrigações da cavalaria. A cerimônia termina com a palmada no ombro, gesto simbólico cuja origem e significado permanecem controvertidos e de variadas formas: mais freqüentemente, o oficiante, de pé, desfere sobre o ombro ou a nuca do futuro cavaleiro, que se encontra ajoelhado diante dele, um forte golpe com a palma da mão. Em certos condados da Inglaterra e algumas regiões da França ocidental, esse gesto se reduz a um simples abraço ou um vigoroso aperto de mão. No século XIV, esse ritual não se fará mais com a mão, mas com a lâmina da espada, e será acompanhado da fórmula: "Em nome de Deus, de São Miguel e de São Jorge, eu te declaro cavaleiro". Apesar da diversidade de explicações existentes a respeito desse ato, os estudiosos tendem a ver nessas práticas o resquício de um costume germânico, segundo o qual

um velho transmitia a um jovem as virtudes e as qualidades do guerreiro ⁸.

A sagração, etapa capital na carreira de um cavaleiro, não altera muito sua vida cotidiana, que continua a se resumir em cavalgadas, batalhas, caçadas e torneios. Os senhores de mais posses ocupam nessas lides os primeiros lugares, enquanto aos vassalos pobremente enfeudados resta se contentar com as migalhas da glória, do prazer e da riqueza. O exemplo de Guilherme, o Marechal, caçula pouco afortunado a quem coube a honra de ordenar Henrique, o Jovem, filho primogênito de Henrique II Plantageneta, é provavelmente um caso excepcional:

“Naquele dia, Deus concedeu ao Marechal uma imensa honra: em presença de condes e barões, em presença de numerosos senhores de prestigiosas linhagens, ele, que não tinha senão a menor porção do feudo, que não possuía nada mais que seu grau na cavalaria, entregou a espada ao filho do rei da Inglaterra. Muitos tiveram inveja, mas ninguém ousou manifestá-la abertamente” ⁹.

Os cavaleiros são iguais de direito, mas não o são de fato. Existe uma espécie de “proletariado cavalariano”, cujos rendimentos, montarias e mesmo as armas dependem dos poderosos (reis, condes, barões), aos quais devem viver atrelados. Esses cavaleiros necessitados, ricos de gloriosas esperanças mas pobres de feudos, são geralmente jovens que aguardam a sucessão paterna ou que a falta de fortuna condena a servir a um protetor. Sob o comando de um filho de príncipe ou de conde, formam bandos turbulentos, que buscam a aventura e prestam serviços, de torneio em torneio, de aldeia em aldeia. São os primeiros a se lançar nas cruzadas ou numa expedição distante, atraídos pela incerteza, e pelo desconhecido. Como Guilherme, o Marechal, procuram seduzir uma rica herdeira, que lhes trará a fortuna que nem os negócios nem o nascimento puderam lhes proporcionar. Consequência desse fato é a idade tardia com que se casam, ainda que na busca do matrimônio e de terras poucos tenham tido o êxito alcançado pelo futuro regente da Inglaterra ¹⁰.

É provavelmente ao público formado por esses jovens cavaleiros, ávidos de proezas amorosas e guerreiras, que se dirigem os romances de cavalaria e a literatura cortês. Ali eles encontram a imagem de uma sociedade que não existe e que desejariam impor. Uma sociedade em que as qualidades, as práticas e as aspirações da classe dos cavaleiros seriam os únicos ideais possíveis ¹¹.

O ideal e as virtudes do cavaleiro

A cavalaria não impõe apenas uma maneira de viver, mas também uma ética. Embora haja provas históricas inegáveis do compromisso moral assumido pelo jovem guerreiro no dia de sua ordenação, forçoso é reconhecer que a existência de um verdadeiro código de cavalaria é atestada apenas pela literatura. E sabemos que distância pode haver, no século XII, entre os modelos literários e a realidade cotidiana. De resto, os preceitos desse código diferem de uma obra à outra, e seu espírito se modifica sensivelmente ao longo do século. Os ideais da *Canção de Rolando* não são mais os mesmos de Chrétien de Troyes. Vejamos Gornemant de Goort ensinar ao jovem Perseval os deveres do cavaleiro:

“Querido irmão, se precisares lutar contra um cavaleiro, lembra-te do que vou dizer: se és tu quem ergue a cabeça [...] e se ele se vê forçado a pedir piedade, não o mates estupidamente, mas concede-lhe a misericórdia. Por outro lado, não sejas nem muito tagarela nem muito curioso [...] Aquele que fala demais comete um pecado; previne-te, pois. E se encontrares uma dama ou uma donzela em apuros, eu te imploro: faz o que estiver ao teu alcance para lhe prestar socorro. Termino com um conselho que não convém sobretudo desdenhar: entra seguidamente num mosteiro, e reza ao Criador de todas as coisas, para que Ele tenha piedade da tua alma e que nesta vida terrena te proteja enquanto cristão” ¹².

De uma maneira geral, o código de cavalaria pode ser resumido em três princípios: fidelidade à palavra dada e lealdade perante todos; generosidade, proteção e assistência aos que delas precisam; obediência à Igreja, defesa de seus ministros e de seus bens ¹³.

Ao final do século XII, o perfeito cavaleiro não é ainda Perseval, nem Galahad seguramente, tais como irão aparecer, por volta de 1200, na *Demanda do Santo Graal*. Também não é Lancelot, cujos amores com a rainha Guinevere têm algo de incompatível com as virtudes do cavaleiro. O "sol de toda a cavalaria" é Gawain, o sobrinho do rei Artur, aquele dentre os companheiros da Távola Redonda que possui em mais alto grau as qualidades que se espera de um cavaleiro: a franqueza, a bondade e a nobreza de coração; a piedade e a temperança; a coragem e a força física; o desdém à fadiga, ao sofrimento e à morte; a consciência de seu valor; o orgulho de pertencer a uma linhagem, de ser leal a um senhor, de respeitar a fidelidade jurada; enfim, e sobretudo, essas virtudes que em francês arcaico são designadas com os termos "*largesse*" (generosidade) e "*courtoisie*" (cortesia), mas que não encontram uma correspondência exata e satisfatória no francês moderno.

Largesse é ao mesmo tempo a liberalidade, a generosidade e a prodigalidade. Ela supõe a riqueza. Seu oposto é a avareza e a busca do lucro, que qualificam os mercadores e burgueses das comunas, constantemente ridicularizados por Chrétien de Troyes e seus imitadores. Numa sociedade em que a maior parte dos cavaleiros vive mesquinamente do que lhes dão ou concedem seus protetores, é normal que a literatura exalte as oferendas, as despesas, o desperdício e a manifestação do luxo.

Courtoisie é ainda mais difícil de definir. Compreende todas as qualidades que acabamos de enumerar, e mais: a beleza física, a elegância e o desejo de agradar; a doçura, o frescor de alma, a delicadeza de coração e de maneiras; o humor, a inteligência, uma polidez requintada e, para dizer claramente, um certo esnobismo. Pressupõe também a juventude, a liberdade de todo apego para com a vida, a disponibilidade para a guerra e os prazeres, a aventura e a ociosidade. Seu oposto é a "vilania", defeito próprio dos

vilões, dos rústicos, das pessoas malnascidas e sobretudo mal-educadas. Para ser cortês, a nobreza de berço não basta; os dons naturais devem ser refinados por uma educação especial e alimentada por práticas cotidianas no palácio de um grande senhor ¹⁴. O modelo é a corte de Artur. É lá que encontramos as damas mais belas, os cavaleiros mais valentes, as maneiras mais delicadas.

CAPÍTULO III

A PAISAGEM: DA TERRA ABANDONADA AO VERGEL FLORIDO

Ao final do século XII, a paisagem da Europa ocidental é bem diferente do que era por volta do ano 1000: uma imensidão de matagais e florestas rompidas por algumas clareiras onde se refugiam os homens, as culturas e a civilização. Sob a ação de um vasto movimento de utilização do solo, a cristandade alargou-se no interior de si mesma, e em muitos lugares o aspecto dos campos se alterou profundamente: as clareiras se ampliaram, as águas recuaram, as áreas cultiváveis se estenderam em direção às colinas e aos terrenos alagadiços. A causa principal é o surto demográfico: para alimentar um número maior de bocas, era preciso aumentar as superfícies cultivadas, já que não havia muitas condições de melhorar a produtividade.

Os arroteamentos

Apesar de sua importância, esse fenômeno — que começa no fim do século X e vai até o final do XIII — é ainda mal conhecido pelos historiadores. É difícil traçar um quadro completo, tantas são as formas que adquiriu: desbravamento da floresta, limpeza dos matagais, domesticação de terras incultas, drenagem dos pântanos, e domínio do mar. O certo é que o século XII é o período em que a extensão da ocupação do solo acentua-se por toda parte, ainda que haja diferenças de intensidade de uma região a outra: considerável na Borgonha, em Auvergne e na Bretanha, revela-se

mais fraca na Normandia, em Artois, no centro e no sul da Inglaterra. Por outro lado, convém corrigir a imagem tradicional dos monges que derrubam os bosques para ampliar as terras cultivadas pertencentes à sua abadia. A grande maioria dos desmatamentos é obra de camponeses que trabalham sob a orientação de seu senhor; e a luta não se dirige tanto contra a árvore, mas contra o arbusto, as sarças e o matagal¹.

A despeito de os terrenos baldios e os bosques voltarem a dar um certo sinal de vida durante a época da Guerra dos Cem Anos, é nos séculos XII e XIII que a paisagem rural do norte e do oeste da França adquire sua feição tradicional, que irá conservar, sem grandes mudanças, até meados do século XVIII. Uma paisagem de matagais e florestas, pradarias e lavouras, jardins e pomares, harmoniosamente entrecortada por rios e lagos. Uma paisagem que, apesar da diferença das condições geográficas, tende a apresentar em toda parte a mesma fisionomia em virtude da uniformidade das práticas agrícolas: a criação de gado extensiva e a policultura de alimentos à base de cereais. Nas regiões de matas aparece progressivamente o hábitat disperso, ausente no primeiro milênio e mesmo no século XI. Sítios isolados passam a ocupar os espaços existentes entre as antigas regiões povoadas e os territórios recém desbravados, em que surgem novas aldeias. Com eles aparece uma certa forma de individualismo agrário, baseado numa exploração da terra, que não é mais fragmentada ou submetida aos imperativos da antiga economia coletiva. A toponímia de lugarejos da Normandia, Bretanha e Poitou conservou muitas vezes o nome desses pioneiros, que obtiveram dos senhores o direito de se instalar, solitários, sobre seus roçados: La Rogerie, La Martinerie, La Richardais, La Thomassais, La Thibaudière, La Guichardière, Chez-Foucher, Chez-Garnier².

Charnecas e pântanos

Mais do que a floresta, é a charneca que ocupa a maior parte das terras. É a terra *gaste* (abandonada) dos romances de cavalaria, lá onde terminam os caminhos e onde começam o maravilhoso, as incertezas e os perigos. A realidade é mais banal: trata-se de terras incultas definitivamente abandonadas às ervas e aos arbustos, de terrenos temporariamente desocupados devido à rotação de culturas, ou lugares usados para a passagem de homens e animais. Seus limites com as terras semeadas nem sempre são nítidos, e em cada aldeia ocorrem freqüentemente conflitos entre pastores e agricultores, causados pelas devastações ocasionadas pelos rebanhos.

Pântanos e alagados possuem igualmente uma função não negligenciável na vida do meio rural, fornecendo caça e peixe em abundância; os alagados marinhos, como os da costa de Poitou e os do leste da Inglaterra, são explorados para a produção de sal; os fluviais oferecem juncos, vimes e sobretudo a turfa, precioso carvão vegetal cuja coleta é regulamentada; drenados e secos, como nas terras baixas do leste da Inglaterra e nas costas flamengas, da Bretanha e de Poitou, transformam-se em pôlderes (várzeas formadas pelos diques), usados inicialmente para a pastagem e depois, pouco a pouco, para a agricultura.

Os cursos d'água servem ao mesmo tempo de fronteiras e vias de circulação. Circulação de mercadorias e homens, mas também de idéias e progresso. Fronteiras verdadeiras — as únicas realmente lineares — entre dois domínios, dois principados, dois países; mas também fronteiras maravilhosas, numa literatura que faz sempre começar a aventura do outro lado do vau, do outro lado da ponte.

A floresta

A aventura começa também na orla da floresta, que não é apenas *gaste*, como a charneca, mas também *soltaine* (de-

serta), como o mar e o oceano. A floresta literária não apela muito ao sentimento da natureza. Os autores fazem dela um lugar de difícil acesso, refúgio de eremitas, proscritos ou amantes infortunados, como Tristão e Isolda. É um lugar propício às emboscadas e às surpresas desagradáveis, um mundo cheio de perigos e sinistros presságios onde é tênue o limite que separa os perigos verdadeiros das ameaças sobrenaturais³. O exemplo padrão é o da floresta de Brocéliande, no coração da Bretanha, onde os animais selvagens se assemelham a monstros, os salteadores se dissimulam em feiticeiros e os cavaleiros da Távola Redonda (como o audaz Gawayne) vêm em busca de aventura e contato com o mistério, os prodígios e as fadas.

“Foi há pouco mais de sete anos. Eu estava só e andava em busca de aventuras, armado dos pés à cabeça como convém a um cavaleiro. O acaso me conduziu ao meio de uma espessa floresta, onde os caminhos, obstruídos por arbustos e espinheiros, ocultavam múltiplos perigos. Não sem dificuldades ou danos, encontrei uma trilha. Cavaleguei durante quase um dia inteiro, até que por fim saí dessa floresta. Era a floresta de Brocéliande...”⁴

Os lugares-comuns dos poetas não traduzem exatamente a realidade. A floresta do século XII não é mais aquela da época carolíngia. Caminhos a atravessam, homens trabalham nela, rebanhos a penetram para pastar. Os eremitas e os salteadores não se estabelecem em suas zonas mais sombrias, mas nas clareiras ou em sua orla. Na França, ou mesmo na Inglaterra (cuja superfície comporta mais bosques que a França naquela época), não há mais florestas totalmente virgens. Em sua maior parte, não são nem hostis nem impenetráveis, mas abertas e amplamente exploradas. Pela variedade do que oferecem, constituem um elemento essencial da vida econômica. Inicialmente, a madeira, primeira riqueza do Ocidente e principal suporte de sua civilização, que substitui freqüentemente a pedra, o ferro e o carvão, que serve para o aquecimento, para o escoramento de vinhas e galerias subterrâneas, para fabricação de utensílios, ferramentas, recipientes e todo tipo de instrumentos, para con-

fecção de móveis, casas, celeiros, paliçadas, barcos, carroças e carruagens. E as cascas, utilizadas para curtir peles; os produtos resinosos com que se fabricam colas, círios e tochas; as plantas, de que se obtêm substâncias medicinais e tintoriais, sobretudo produtos comestíveis, que para a maioria dos camponeses constituem mais que um simples alimento supérfluo (mel, cogumelos, ervas e frutos silvestres); e enfim — ainda mais preciosos porque fornecem carne, couro e peles — os animais cuja caça era regulamentada e reservada aos mais poderosos⁵.

Além disso, as florestas constituem imensas áreas de pastagem para os rebanhos senhoriais e aldeões. Cavalos, bois, ovelhas e cabras ali vão comer a vegetação rasteira ou as folhas dos arbustos, ao passo que os porcos são levados para se alimentar dos frutos das faias e carvalhos espalhados no chão. O “pastoreio suíno” é uma atividade básica na vida do meio rural, e há até o costume, em quase todas as regiões da Inglaterra, de avaliar o tamanho de um bosque pelo número de porcos que pode fazer engordar em um ano. Sabemos assim que o bosque de Pakenham (atualmente em Suffolk), que podia alimentar cem porcos ao final do século XI, já não podia engordar senão cinquenta em 1217⁶.

Contendo múltiplos e indispensáveis produtos, as florestas em geral são submetidas a normas rigorosas, que limitam os direitos dos camponeses sobre a madeira, os frutos e a caça. Muitas vezes, a caça e a coleta clandestinas são para eles o único meio de enfrentar uma legislação que beneficia totalmente os senhores em detrimento dos vilões, e as comunidades em prejuízo dos indivíduos. Em todos os níveis das relações feudais, inclusive nos mais elevados, são inúmeras as contestações e conflitos causados por privilégios florestais. Tanto assim que, em 1216, o rei da Inglaterra, João sem Terra, proprietário da quase totalidade dos bosques do reino, teve que fazer a seus barões revoltados uma nova concessão, inspirada na famosa Carta Magna de 1215, a Carta da Floresta, que limitava a extensão de seus domínios florestais e seus direitos em matéria de caça.

O vergel

À natureza *gaste* da charneca ou da floresta contrapõe-se a natureza civilizada do vergel. Designa-se por esse termo o jardim do senhor, situado à sombra do castelo, fora de seus muros, mas próximo do torreão. O acesso é feito por uma passagem subterrânea e uma passarela construída sobre o fosso. Nas obras literárias, é o lugar dos passeios, do repouso, dos lazeres aristocráticos e dos encontros amorosos. Os regatos, as relvas verdejantes, as árvores de essências raras onde gorjeia melodiosamente uma variedade de pássaros fazem dali uma espécie de paraíso terrestre, onde os amantes encontram um refúgio aconchegante e seguro, e onde o castelão e seu séquito vêm desfrutar da natureza, longe da multidão e de seus prazeres vulgares⁷.

A realidade é mais prosaica. O vergel constitui, sem dúvida, um lugar propício para flunar e repousar, mas sua finalidade consiste sobretudo em fornecer ao castelo frutos, legumes, vinho, água fresca, ervas aromáticas, plantas têxteis e medicinais. Por falta de textos detalhados e de uma iconografia realista, temos uma idéia bastante restrita desses jardins dos séculos XII e XIII. No fim da Idade Média, nas propriedades mais ricas, os vergéis são jardins compostos de relvas e canteiros simétricos, entrecortados de aléias retilíneas, enfeitados de fontes, lagos e motivos arquitetônicos. Contêm estufas e árvores copadas, mas também caramanchões, viveiros de pássaros, às vezes uma criação de animais. O agradável prevalece sobre o útil⁸. É provável que já fosse assim no começo do século XIII, nas residências principescas. Mas, na maioria dos casos, o vergel tem basicamente uma função utilitária. O jardim do senhor, assim como o do camponês, é antes de mais nada uma horta. Uma horta melhorada, com uma cerca bonita, várias árvores frutíferas, uma parreira, um poço ou uma vertente de água, talvez alguns conjuntos florais (rosas, lilases, violetas), mas acima de tudo uma horta. O legume e a fruta têm prioridade sobre a relva e a flor. Situação bem diversa dos vergéis da literatura cortês, com sua paisagem idílica, a flora maravilhosa, a

fauna exótica, como o do gigante Maboagrain, que nos descreve Chrétien de Troyes ao final de seu romance *Erec et Enide*.

“Esse vergel não era cercado por muro ou paliçada, mas por uma simples almofada de ar, que formava em toda a extensão uma espécie de envoltório mágico. Não havia senão uma única entrada, de modo que o jardim era tão inexpugnável com se estivesse encerrado num cinturão de ferro. Tanto no inverno como no verão, havia ali flores e frutos maduros. Eram frutos encantados: podiam ser comidos no interior do vergel, mas não fora; quem tentasse retirar algum deles seria incapaz de achar a saída enquanto não o tivesse recolocado no lugar. Ali se encontravam todos os pássaros que voam no céu, todos cujo canto alegre e encanta os homens, e cada espécie era fartamente representada. E nesse vergel cresciam também em abundância todas as especiarias e plantas medicinais oriundas das regiões mais longínquas. . . ”⁹

CAPÍTULO IV

“TAL SENHOR, TAL MORADA”: O CASTELO E O HÁBITAT

Nosso período presencia o apogeu do castelo feudal clássico, aquele do tipo romano, constituído por um torreão cercado de várias muralhas.

Os primeiros castelos, surgidos na época carolíngia, eram formados por uma simples elevação, encimada por uma construção de madeira e cercada por uma ou duas paliçadas e um fosso. Mas, a partir do final do século X, os sistemas de fortificação passam por um contínuo aperfeiçoamento: as muralhas se elevam; os fossos se aprofundam; nos ângulos das muralhas introduzem-se baluartes; e, sobretudo, a pedra substitui gradativamente a madeira, inicialmente no torreão, a seguir nos muros e baluartes. Chegamos a essa obra-prima da fortificação romana que é o Château-Gaillard, construído por ordem de Ricardo Coração de Leão às margens de um meandro do Sena, entre 1196 e 1198. Os primeiros decênios do século seguinte marcam uma nova etapa, com o aparecimento dos castelos do tipo gótico: perímetro das muralhas mais reduzido, aumento do número de torres e baluartes; aspecto geral mais irregular e recortado de ameias; diminuição da importância e da dimensão do torreão, substituído em sua função militar por uma grande torre de ângulo e em sua função residencial por uma habitação verdadeira: o palácio.

Vamos descrever agora um castelo típico do final do século XII. Pressupomos que seja todo feito de pedra, embora nessa época as construções fortificadas em madeira, ou metade pedra metade madeira, sejam ainda as mais difundidas, especialmente na Inglaterra, onde os progressos da arte da construção de fortificação são mais lentos que na

França. [A pedra geralmente é um luxo reservado aos senhores mais poderosos, reis, duques ou condes. Raros são os vassallos que podem se orgulhar de ter herdado do pai uma habitação de madeira e transmitido ao filho um castelo de pedra.] Enfim, mesmo sendo um pouco esquemática, nossa descrição procurará ser fiel. Apesar da diversidade dos locais, dos construtores e das destinações, observam-se grandes similitudes em toda parte. Isso se deve a duas razões principais: a uniformidade das técnicas da poliorcética (de resto, bastante atrasadas em relação às da fortificação) e a existência de normas imperativas (lugares, formas, dimensões) ditadas pela Igreja ou os soberanos¹.

O castelo: a muralha exterior

A primeira muralha do castelo é protegida por defesas externas destinadas a conter o ímpeto vigoroso de um eventual assaltante: cercas vivas, estacas pontiagudas fincadas no solo, terraplanagens, paliçadas, fortificações avançadas como a tradicional seteira, espécie de pequeno fortim de madeira que protege o acesso à ponte levadiça. Junto à muralha, o fosso é o mais profundo possível (às vezes, mais de dez metros, como em Trematon e Lassay) e sempre bem largo: dez metros em Loches, doze em Dourdan, quinze em Tremworth, vinte e dois em Coucy. Raramente encontra-se coberto de água, e seu perfil em geral tem mais a forma de um V que a de um U. Quando é cavado a uma certa distância da muralha, sua escarpa é guarnecida por um muro de fortificação, que abriga um caminho de ronda em volta da área externa. Essa faixa de terra é chamada “resguardo da ponte”.

A muralha propriamente dita é constituída de grandes muros contínuos, denominados “cortinas”, e diversos baluartes, que são designados pelo nome genérico de “torres”. Em geral, a muralha se ergue precisamente acima do fosso; suas fundações penetram profundamente no solo, e a base de seus muros é reforçada sob forma de taludes, a fim

de torná-la mais resistente ao trabalho de sapa dos assaltantes e fazer ricochetear os projéteis lançados do alto das ameias. A forma da muralha depende do sítio escolhido, mas o perímetro é sempre considerável. Em Coucy, é um trapézio, cujo lado mais extenso mede duzentos e oitenta e cinco metros; em Fréteval, um círculo, com diâmetro superior a cento e quarenta metros; em Gisors, um polígono de vinte e quatro lados, cujo perímetro é superior a um quilômetro. O castelo-fortaleza em nada se assemelha a uma moradia.

A altura das cortinas varia entre seis e dez metros, e a espessura, entre um metro e meio e três metros. Todavia, em algumas fortalezas como Château-Gaillard, essa espessura pode ultrapassar, em certos pontos, quatro metros e meio. As torres, geralmente circulares, mas às vezes quadradas ou poligonais, costumam ser dois ou três metros mais altas que as cortinas. Por outro lado, seu diâmetro (entre seis e vinte metros) varia de acordo com a posição: as mais largas se situam nos ângulos salientes, e próximo à porta de entrada. Elas são ocas e divididas em andares por pisos de madeira, com furos no centro ou nos lados por onde passa um cabo, por meio do qual são içados à plataforma superior os projéteis necessários à defesa. As escadas, ao contrário, são dissimuladas em ziguezague nos muros. Cada andar forma assim uma peça onde se encontram soldados aquartelados; uma lareira embutida na parede permite acender o fogo. As únicas aberturas são as seteiras, vãos compridos e estreitos que se alargam no lado interno. As de Fréteval, por exemplo, têm altura de um metro e largura de trinta centímetros no exterior, e um metro e meio no interior. Isso dificulta a penetração de dardos inimigos, deixando aos defensores a possibilidade de atirar em todas as direções.

† No alto da muralha encontra-se o “caminho de ronda”, protegido exteriormente por um parapeito dentado. Serve à vigia, à comunicação entre as diferentes torres e à defesa. Os intervalos entre essas ameias são às vezes dotados de um grande postigo de madeira basculante, movido por um eixo horizontal, atrás do qual se abrigam os besteiros para carregar a arma. Em tempos de guerra, o caminho de ronda geralmente é alargado para o exterior por uma espécie de galeria móvel de madeira, colocada adiante do parapeito. Esses

andaimes de formas variadas são chamados “palanques”. Seu piso tem aberturas para que os defensores possam atirar de cima para baixo sobre os atacantes, quando estes se refugiam ao pé da muralha. A partir do fim do século XII, especialmente nas regiões meridionais da França, os palanques de madeira, não muito sólidos e de fácil combustão, começam a ser substituídos por verdadeiras sacadas de pedra, edificadas junto ao parapeito. São os “matações” das muralhas. Sua função é a mesma dos palanques, mas apresentam a vantagem de serem mais sólidos e facilitar o lançamento vertical de dardos destinados a ricochetear nos taludes da cortina.

A muralha possui às vezes várias entradas, de dimensões reduzidas e destinadas à passagem de pedestres, mas sempre uma única grande porta, fortificada com uma atenção especial, pois é contra ela que o atacante dirige seus maiores esforços. Ela é protegida nos flancos por duas grandes torres, tendo acima um posto de guarda e na frente, por sobre o fosso, uma seteira. Os batentes são de madeira maciça e guarnecidos de ferro, sendo escorados, na hora do ataque, por pranchões suficientemente resistentes para rechaçar os golpes do aríete. Diante dela baixa o gradil, proteção corrediça formada por traves de madeira cruzadas e reforçadas por peças metálicas. A isso se acrescenta a parte móvel da ponte levadiça, quando esta é levantada. No período que estudamos, a ponte levadiça ainda não é uma construção muito elaborada, mas uma simples passarela que se abaixa verticalmente por meio de correntes acionadas por um sarilho. Apesar de todas essas proteções, a grande porta permanece o local mais vulnerável da fortaleza e por onde o inimigo — quando consegue — penetra no castelo.

O castelo: as muralhas interiores

Assim se apresenta a primeira muralha. Mas todo castelo de alguma importância possui no interior pelo menos duas outras, de menores dimensões, mas construídas segun-

do os mesmos princípios de fortificação (fossos, paliçadas, cortinas, torres, parapeitos, portas e pontes). A distância que as separa em geral é bastante grande, o que faz de todo o castelo uma pequena cidade fortificada.) Para retomar o exemplo de Fréteval, onde elas são perfeitamente concêntricas, a primeira muralha tem um diâmetro de cento e quarenta metros, a segunda de setenta e a terceira de trinta². Esta última, porém, chamada de “camisa”, encontra-se sempre próxima do torreão, de que protege o acesso.

O espaço delimitado pelas duas primeiras muralhas constitui o pátio inferior ou “tina”. Ali funciona uma verdadeira aldeia, que compreende: os casebres dos camponeses que trabalham na reserva do senhor, as oficinas e alojamentos dos artesãos domésticos (ferreiros, marceneiros, pedreiros, alfaiates, segeiros), celeiros e estábulos, o forno, o moinho e a prensa de frutas, um poço, uma fonte, às vezes um viveiro, uma lavanderia e tendas de comerciantes. A disposição é a mesma de um aglomerado aldeão, com sua desordem de ruas e de construções. Contudo, desde o final do reinado de Filipe Augusto, quando a organização do castelo se torna mais metódica, a tendência é deslocar todas essas construções para junto das paredes internas da cortina, a fim de facilitar as idas e vindas. Aos poucos, também esse tipo de aldeia tende a sair do castelo para se estabelecer em seus arredores, do outro lado do fosso. Seus habitantes, como de resto todos aqueles que vivem no domínio, não se refugiam no interior das muralhas senão em caso de perigo.

Entre a segunda e a terceira muralha encontra-se o pátio superior, que abriga também uma série de construções: os alojamentos da guarnição militar, a capela senhorial, as estrebarias, os canis, os pombais e as falcoarias, os depósitos de víveres, as cozinhas, a cisterna.

Protegido pela camisa, o torreão — raramente construído no centro do castelo, e sim na extremidade de mais difícil acesso — é ao mesmo tempo a morada do senhor e o núcleo militar da fortaleza; domina o conjunto a uma altura que ultrapassa freqüentemente os vinte e cinco metros: vinte e sete em Étampes, vinte e oito em Gisors, trinta em Houdan, Dourdan e Fréteval, trinta e um em Châteaudun, trinta e cinco em Tonquédec, quarenta em Loches, quarenta

e cinco em Provins³. Sua forma pode ser quadrada (Torre de Londres), retangular (Loches), hexagonal (Tournouël), octogonal (Gisors), quadrilobada (Étampes), mas na maioria das vezes é circular, com um diâmetro de quinze a vinte metros e muros de três a quatro metros de espessura.

Como as torres, o torreão é dividido em andares por pisos de madeira. Por razões defensivas, tem uma única porta ao nível do primeiro andar, isto é, pelo menos cinco metros acima do chão. O acesso é feito por uma escada de mão, um andaime ou uma passarela ligada ao parapeito da camisa. Seja como for, deve poder ser retirado rapidamente em caso de ataque. É nesse andar que se localiza o salão, às vezes de teto curvo, que constitui o centro vital da habitação do senhor. Ali ele toma as refeições, diverte-se, recebe os hóspedes e vassalos, e inclusive preside a justiça, no inverno. No andar superior ficam seu quarto e o de sua esposa, aos quais se sobe por uma estreita escada de pedra junto à parede. O terceiro e o quarto andares abrigam os quartos coletivos dos filhos, dos serviçais e de algumas pessoas íntimas. É nesse aposento também que dormem os visitantes. A cobertura do torreão é semelhante à das muralhas, com o parapeito de ameias e o caminho de ronda dotado de palanques e matações. Acrescenta-se uma torrezinha, de onde um vigia observa permanentemente o campo ao redor. Situado abaixo do salão, o térreo não possui nenhuma abertura para o exterior. No entanto, não serve de prisão ou masmorra, como supunham certos arqueólogos do século passado, mas de depósito onde se guardam a lenha, o vinho, os cereais e as armas. Em alguns torreões, uma peça subterrânea pode igualmente preencher essa função, ou abrigar um poço e uma estufa, ou ainda dissimular a entrada de um túnel que passa sob o castelo e que vai desembocar em campo aberto. Mas essa peça subterrânea não é comum. E, quando existe, serve mais para conservar as provisões do que para facilitar uma fuga secreta, romântica ou desesperada.

O torreão: decoração interior e mobiliário

O aspecto interior da moradia senhorial pode ser resumido em três traços: simplicidade da organização, sobriedade da decoração e escassez do mobiliário⁴. Descrevemos já como se dispunham os aposentos no interior do torreão. Sabemos que não é muito diferente quando o senhor habita um palácio urbano (principesco ou episcopal), ou então, como já é o caso da Inglaterra meridional na aurora do século XIII, um solar não fortificado: a construção tem a forma de um retângulo alongado, e não mais de um quadrado ou círculo, mas a peça principal encontra-se igualmente no primeiro andar; ela se comunica com o exterior através de uma escadaria de pedra, e com a capela e as outras partes da habitação (no mesmo andar ou acima) através de vários corredores; o térreo, abobadado e mal-iluminado, serve de depósito ou arsenal.

Mas voltemos ao torreão e à sua grande sala. Por mais alta (de sete a doze metros) e vasta (entre cinquenta e cento e cinquenta metros quadrados) que seja, ela nunca deixa de ser uma única e grande peça. Pode-se às vezes dividi-la em compartimentos por meio de tapeçarias, mas é sempre um arranjo provisório adotado para uma circunstância precisa. Da mesma forma, o vão trapezoidal que dá para as janelas e os profundos alvéolos embutidos nas paredes podem, uma vez isolados, constituir pequenas salas. As janelas são aberturas muito mais altas que largas, curvadas em semicírculo, entalhadas na espessura da parede como as seteiras e precedidas de uma bancada onde se pode sentar para conversar ou olhar para fora. Raramente vitrificadas — pois o vidro, um material caro, é reservado aos vitrais da igreja —, são cobertas por uma pequena treliça de vime ou metal, ou obstruídas por um tecido encerado, ou uma folha de pergaminho oleada, pregada sobre um caixilho. A isso se acrescenta um postigo de madeira (situado no interior, e não no exterior), que, aliás, costuma ser deixado aberto, se não houver ninguém dormindo no salão. Apesar de seu pequeno número e sua relativa estreiteza, essas janelas deixam passar claridade suficiente para iluminar a sala nos dias de verão.

À noite e no inverno, a luminosidade provém não apenas do fogo da lareira, mas sobretudo de tochas resinosas, velas de sebo ou lampiões a óleo suspensos das paredes ou do teto. A iluminação interior, portanto, é sempre fonte de calor e fumaça, sem jamais conseguir vencer a umidade, esse flagelo da habitação medieval. Da mesma forma que os vitrais, os cários são reservados às moradias mais ricas e às igrejas.

Quer seja constituído por soalho, terra batida ou, menos freqüentemente, lajes de pedra, o piso jamais é deixado nu. No inverno, é forrado de palha picada ou grosseiramente trançada em esteiras. Na primavera e no verão, a palha é substituída por juncos, ramagens e flores (açucenas, gladiólos, lírios silvestres). Ao longo das paredes são dispersas ervas odoríferas e plantas aromáticas, como a menta e a verbena. Os tapetes de lã e os estofos bordados para se sentar reservam-se geralmente aos quartos. No salão costuma-se dispor peles e couros sobre o piso.

O teto, que é também o soalho do andar superior, em geral é deixado em estado rústico; mas no século XIII há esforços para pintá-lo, utilizando-se as vigas e os caixotões para representar um motivo geométrico, um friso heráldico ou um ornato de tema animalista. Tais motivos podem também ser pintados nas paredes; mas a decoração mais comum é uma cor uniforme (com preferência pelo vermelho e o amarelo em tons ocres), ou um desenho linear que imite o corte da pedra ou um tabuleiro de xadrez. Nas residências principescas, todavia, não são raros os afrescos que representam cenas alegóricas e históricas tiradas das lendas, da Bíblia ou de obras literárias da época. Sabemos, por exemplo, que o rei Henrique III, da Inglaterra, gostava de dormir num quarto cujas paredes eram ornadas de alguns episódios da vida de Alexandre — herói a quem a Idade Média sempre devotou uma admiração particular. Mas esse é um luxo de soberano. O subvassalo em seu torreão de madeira terá que se contentar com uma parede grosseiramente nua, onde, na falta de ornamentos, irá pendurar sua lança e seu escudo.

As tapeçarias recebem o mesmo tratamento das pinturas murais: são uniformes (caso mais freqüente), com motivos geométricos, florais, ou ilustradas com figuras. Não são

bem tapeçarias verdadeiras (em geral, importadas do Oriente), mas bordados em tecido grosso, como aquele dito "da rainha Matilde", conservado em Bayeux. São utilizados para fins bastante diversos: para dissimular uma porta ou janela, ou dividir uma grande sala em vários "quartos". Com efeito, este termo freqüentemente designa não a peça em que se dorme, mas o conjunto de tapeçarias, bordados e estofados diversos com os quais as pessoas decoram e personalizam seus interiores e não deixam de transportar consigo ao viajar⁵. É o elemento essencial da decoração e do hábitat aristocráticos.

Os móveis do século XII são exclusivamente de madeira. Todos, com exceção do leito, mudam constantemente de lugar, por não se prenderem a uma função única. Assim, a arca, o móvel por excelência, tanto funciona como armário, mesa ou assento. Para cumprir essa última função, pode ser munido de um encosto e mesmo de braços. A arca, porém, não é senão um assento extra. Costuma-se sentar em bancos coletivos, às vezes divididos em compartimentos, e em tamboretas, banquinhos individuais desprovidos de encosto. A poltrona é reservada ao dono da casa e ao hóspede de honra. Escudeiros e donzelas sentam-se sobre feixes de palha, cobertos ou não por tecidos bordados, ou simplesmente no chão, como o fazem serviçais e criados. Algumas tábuas e cavaletes formam a mesa, que é posta no centro do salão na hora das refeições. Ela é comprida, estreita e mais alta que as nossas. Os comensais colocam-se apenas de um dos lados, o outro permanece livre para o serviço de mesa.

Excetuando-se as arcas, onde se guardam indiscriminadamente louças, utensílios, roupas, dinheiro e cartas, os móveis de arranjo são raros; às vezes, um armário ou um guarda-louças; mais raramente um aparador, onde os mais ricos expõem orgulhosamente a baixela ou peças de ourivesaria. Freqüentemente são nichos nas paredes, cobertos por um pano ou um postigo, que substituem esses diferentes móveis. As roupas não são dispostas dobradas, mas enroladas e aromatizadas. Enrolam-se também as cartas escritas em pergaminho antes de introduzi-las num alforje de pano, espécie de cofre-forte que contém igualmente uma ou várias bolsas de couro.

Se juntarmos a esse inventário alguns estojos, bibelôs, objetos de devoção (relicários, pia de água benta), teremos traçado um quadro mais ou menos completo do mobiliário que adorna a grande sala de um torreão. Nota-se que está longe de ser abundante. E o dos quartos é ainda mais reduzido: um leito e uma arca no dos homens; um leito e um tipo de mesa de toalete no das mulheres. Nenhum banco ou poltrona; senta-se em pufes de palha ou de estofa, no chão ou no leito. Este é imenso, quadrado, às vezes mais largo que comprido⁶. Não se costuma dormir sozinho nele. Ainda que o castelão e sua esposa tenham quartos separados, geralmente partilham a mesma cama. E nos quartos de seus filhos, de suas filhas, dos domésticos e dos visitantes, os leitos são coletivos. Aí dormem às vezes duas, quatro ou seis pessoas.

O leito senhorial está disposto sobre um estrado, com a cabeceira contra a parede e os pés voltados para a lareira. Uma armação de madeira forma uma espécie de dossel, de onde pendem cortinas que isolam os que dormem. Os artigos de cama não são muito diferentes dos nossos. Sobre um enxergão, coloca-se um colchão de plumas coberto pelo lençol de baixo. O de cima é dobrado sobre a coberta, mas deixa-se o conjunto pender dos lados, sem introduzi-lo sob o colchão. Em cima de tudo coloca-se uma colcha de penas ou algodão, alinhavada como os nossos edredons. Travesseiro e almofadas, revestidos de uma fronha, assemelham-se igualmente aos que utilizamos. Os lençóis, brancos e bordados, são de linho ou de seda; os cobertores de lã, forrados de pele de arminho ou esquilo. Entre os menos afortunados, o cânhamo substitui a seda, e a sarja, a lã.

Nesse leito macio e espaçoso (é tão largo que, para “prepará-lo”, é preciso recorrer a um bastão), costuma-se dormir inteiramente nu. Apenas a cabeça é coberta por um gorro. Antes de se deitar, suspende-se as roupas numa espécie de cabide, formado por uma vara fixa na parede e que avança até o meio da peça, paralelamente ao leito. Conserva-se no entanto a camisa, que só é tirada no leito, sendo a seguir colocada sob o travesseiro para ser vestida na manhã seguinte, antes de se levantar.

Na lareira do quarto, o fogo não arde permanentemen-

te. Acende-se apenas à noite, para um serão familiar, que se reveste de maior intimidade do que no salão, pois a lareira do quarto é colossal, com espaço para queimar enormes achas de madeira e tendo à frente bancos onde podem sentar-se doze, quinze ou vinte pessoas. O pano cônico da chaminé e os montantes proeminentes fazem dela como que uma casinha no interior do aposento. Sua imensa fachada não é decorada; o costume de representar ali os brasões da família só começara a ser implantado no início do século XIV. Certas salas particularmente amplas possuem duas (às vezes, três) lareiras, não em paredes distintas, mas uma ao lado da outra. Na Inglaterra, nos torreões mais modestos, a lareira não está encostada à parede, mas localizada no centro da peça; uma grande pedra achatada constitui sua base, e a chaminé é formada por uma pirâmide rudimentar feita de tijolos e madeira⁷.

A vida cotidiana no castelo

O que caracteriza a existência no interior do castelo é a monotonia. A fortaleza não se anima senão alguns dias por ano, dispersos entre a Páscoa e o Dia de Todos os Santos, quando cumpre seu papel de centro militar, político e econômico: por ocasião de uma feira, de uma festa, após as colheitas e a vindima, ou no tempo de pagamento de dívidas, convocação de tropas, de reunião do tribunal senhorial. Essas ocasiões são raras, e o dia-a-dia do castelo se revela triste e vazio. Os homens se aborrecem e procuram passar a maior parte do tempo fora, em caçadas, torneios, ou simplesmente nos campos. Consomem-se em querelas de vizinhança, aguardando a expedição que lhes fará conhecer horizontes novos e maravilhosos. As mulheres aguardam seu regresso, encerradas numa sala desconfortável do torreão, onde passam os dias a bordar e fiar.

Essa monotonia da vida cotidiana explica por que se acolhe toda visita com alegria. A de um peregrino, cujos relatos de viagem despertarão a imaginação. A de um sal-

timbanco, cujos volteios e acrobacias serão fontes de imensa diversão. A de um trovador, que encantarà ao rimar as aventuras do rei Artur e seus cavaleiros. E, sobretudo, a de um hóspede eminente, a quem o castelão oferece o quarto de honra, localizado ao lado do seu, exibindo orgulhosamente seus bens mais preciosos. O século XII tem o senso da hospitalidade. Tanto no castelo como na choupana o visitante é bem-vindo. Vejamos Chrétien de Troyes contar como Lancelot e dois de seus companheiros são recebidos pela família de um pequeno vassalo:

“Deixando a floresta, eles avistaram a casa de um cavaleiro. Sua esposa, sentada diante da porta, parecia muito atenciosa. Assim que os viu, levantou-se, correu em direção a eles e os saudou alegremente: ‘Sede bem-vindos. Desejo acolher-vos em nossa casa. Descei do cavalo, vós sereis nossos hóspedes’. ‘Somos gratos, senhora. Já que ordenais, desceremos e passaremos a noite em vossa casa.’

Eles apeiam. A senhora, que tinha uma grande criação, manda atrelar os cavalos. Em seguida, chama os filhos e filhas; todos acorrem sem demora: cavaleiros, pajens gentis e prestativos, donzelas encantadoras. Ela ordena aos filhos que tirem a sela e cuidem dos cavalos; todos obedecem de bom grado. Às filhas, pede que guardem as armas dos visitantes, o que elas fazem prontamente; depois, colocam em cada um deles uma pequena capa sobre os ombros. Os cavaleiros são conduzidos para o interior da casa, que tem uma bela aparência. O senhor estava ausente, caçando na floresta com dois dos filhos. Mas não demora a chegar. Demonstrando boa educação, os filhos saem a seu encontro; descarregam a caça e lhe dizem: ‘Senhor, senhor, escutai, tendes por hóspedes dois cavaleiros’. ‘Deus seja louvado’, responde ele.

Enquanto o pai e os dois filhos dão uma alegre acolhida aos cavaleiros, todo o pessoal da casa se entrega aos afazeres. Cada qual se apressa em cumprir sua parte do trabalho: estes ajudam a preparar a refeição; aqueles acendem as velas. Outros providenciam uma toalha e bacias, e trazem água para lavar as mãos; deixam-na escorrer sem procurar economizá-la. Todos se lavam e em seguida tomam assento

à mesa. Verdadeiramente, nada faltava nessa casa, e ali tudo era agradável”⁸.

A casa camponesa

Em geral a moradia do camponês não passa de um humilde casebre, cujo aspecto se assemelha em todas as regiões. No máximo observam-se alguns particularismos locais no emprego de certos materiais. Quando não são inteiramente de madeira, as paredes são feitas de ripas, formando uma espécie de tabique grosseiro, e de um adobe constituído pela mistura de argila e palha picada. No centro e no sul da França, o adobe geralmente é substituído pela simples taipa. O telhado, com uma abertura para deixar sair a fumaça, costuma ser de palha, raramente de telha ou ardósia. As aberturas são estreitas e poucas, havendo geralmente só uma porta e uma janela que é fechada por dentro por meio de um postigo de madeira.

A habitação consiste numa única peça dotada de divisões para os leitos e um arremedo de cozinha. As paredes são nuas, o teto, baixo, e o chão, de terra batida coberta de palha ou feno. É nesse local que se trabalha, recebem-se visitas, preparam-se as refeições, come-se e dorme-se.

A exemplo da construção, o mobiliário é desconfortável e rudimentar: uma grande arca — cujo tamanho denuncia a fortuna do habitante —, um ou dois bancos, alguns tamboretas, um ou vários leitos onde dormem de duas a oito pessoas. Quando existe, a mesa se reduz a uma velha porta disposta sobre dois cavaletes. Contudo, por mais usados que sejam, esses móveis talhados a golpes de machado em pranchas de carvalho são muito sólidos e passam de geração a geração.

Raramente a casa possui uma verdadeira adega, mas somente uma despensa, situada numa de suas laterais, em nível pouco abaixo do chão. Em compensação, acima dela há sempre um celeiro, ao qual se sobe por uma escada externa. É lá que o camponês guarda seu bem mais precioso:

os cereais. Quanto às dependências ao redor da casa, seu número e porte variam — da mesma forma que a arca — de acordo com a riqueza do proprietário. O grande lavrador, mandachuva da aldeia, dispõe de: um celeiro para guardar o trigo, a palha e o feno; um barracão para abrigar os arados e instrumentos de trabalho; um estábulo, um curral, uma ou várias pocilgas, talvez até uma estrebaria. O trabalhador simples não dispõe de tanto: tem que guardar seu magro feno, os poucos instrumentos e suas mínguadas galinhas no interior da peça onde come, dorme e vive toda a família. Isso acontece também com a pequena horta, cultivada atrás da casa. Enquanto os mais pobres se contentam em cultivar algumas verduras e rabanetes, os ricos fazem brotar belos legumes, frutas, videiras e plantas têxteis.

Como o castelão, o camponês também não permanece muito no interior da casa. Tanto no inverno quanto no verão, encontra-se mais freqüentemente fora, no campo, no jardim, no rio, no moinho, no mercado ou nas estradas. É pouco apegado à casa e não procura embelezá-la, nem torná-la mais confortável. De resto, a conquista de novas terras e a necessária rotatividade das culturas tornam a vida agrícola relativamente itinerante. Mesmo no interior de um só senhorio, o vilão muda freqüentemente de lugar, e conseqüentemente de moradia.

CAPÍTULO V

“SI EST TENS DE LA TABLE METRE” *

Da alimentação medieval conhecemos sobretudo os cardápios das faustosas refeições principescas dos séculos XIV e XV, assim como as pitorescas receitas culinárias de numerosos tratados compilados em honra da burguesia, mas dos quais nenhum é anterior à metade do século XIII. Antes dessa data, os hábitos alimentares são pouco conhecidos, especialmente os da classe camponesa. Na falta de fontes específicas, o estudo terá de ser conduzido indiretamente, através das práticas agrícolas e das atividades de troca. Mesmo para a aristocracia, o exame dos aspectos econômicos do sistema feudal revela-se mais instrutivo que as informações propriamente técnicas — narrativas ou literárias. A literatura cortês, por exemplo, tão prolixa acerca dos diferentes ritos que envolvem a refeição, revela-se, no entanto, pobre em detalhes sobre a composição dos cardápios e a preparação dos alimentos. Um estranho pudor, bem literário, impede que os autores nos digam o que comeram seus heróis; sabemos apenas que *“li mangiers fu molt rices et biaux”*.**¹

Eis um exemplo característico:

“Os serviçais instalaram a mesa e a prepararam para a refeição. Depois de terem lavado as mãos, os três comensais sentaram-se sem demora. Seria tedioso enumerar-vos as carnes que lhes foram servidas. É melhor que isso seja passado em silêncio. Meus ouvintes ficarão aliviados, e evitarei um esforço inútil. Mas, sem mentir, posso afirmar que eles comeram carne e beberam bons vinhos à vontade...”²

* “Sendo hora de pôr a mesa.” (N. do T.)

** “Eles comeram muitas iguarias e carnes.” (N. do T.)

Essa omissão é tanto mais lamentável por corresponder o nosso período a uma virada na história da alimentação: o aperfeiçoamento dos sistemas agrários dá origem ao aparecimento de novas culturas, de melhor produtividade; o desenvolvimento da criação de gado permite maior consumo de carne; os cereais deixam de ser o único alimento das classes inferiores e a ameaça da fome se faz menos aguda; os produtos circulam mais, os gostos mudam, os comportamentos à mesa se refinam.

Apesar das lacunas de nossa documentação, é possível, no entanto, traçar um quadro mais ou menos completo do que podia ser servido, ao final do século XII, à mesa senhorial e à do camponês. Nosso precário conhecimento não se restringe tanto à natureza dos produtos consumidos, e sim ao modo como eram dispostos (pois nesse ponto a literatura costuma ser extravagante), e sobretudo às quantidades consumidas a cada refeição; não nos dias de comilança e festividades, mas na realidade cotidiana.

A alimentação dos camponeses

Para os vilões e os servos, o essencial da alimentação consiste nos cereais³. Estes nem sempre são panificados — aliás, nem todos podem sê-lo —, mas consumidos sobretudo sob a forma de mingaus e broas. Os mais difundidos são a cevada, o centeio e o trigo, geralmente semeados e colhidos juntos para fornecer uma mistura de que é feito um pão escuro. Nas regiões montanhosas cultiva-se a espelta e nas províncias meridionais, diferentes espécies de milho. A aveia entra sobretudo na composição de sopas e mingaus, que podem também ser preparados a partir de sementes de cânhamo, legumes (favas, ervilhas, couves) ou de produtos selvagens (castanhas, bolotas). Será apenas bem no final da Idade Média que certos cereais começarão a ser especificamente destinados à alimentação dos animais.

Contudo, já no século XII, a melhora das condições de vida e um relativo enriquecimento permitem ao camponês

consumir outros alimentos que não só o pão, as broas e os mingaus. É o caso da criação de aves, que fornece ovos (muito consumidos), proporciona carne (frangos, pombos, gansos) e permite pagar em espécie certas dívidas contraídas com o senhor. Dos queijos, fortes ou suaves, com ou sem ervas, mas feitos principalmente com leite de ovelha, e não de vaca. Do peixe, que se compra, salgado ou defumado (especialmente o arenque), ou é pescado — em geral, clandestinamente — no riacho ou no lago do vizinho. De alguns legumes, cultivados na modesta horta atrás da choupana (além dos já mencionados: lentilha, feijão, cebola, alho, rabanete). De diversos frutos, que provêm não só do pomar, mas das sebes, dos campos e dos bosques: maçãs e peras, naturalmente, mas também amoras, ameixas, nêspas, frutos de lódão, sorvas, nozes, avelãs, murtas e bagas. É curioso observar que, quando um texto menciona um fruto sem distinguir a espécie, trata-se de maçã, na França, e de pêra, na Inglaterra. Finalmente, além das aves domésticas e da pequena caça proibida, consome-se principalmente carne de porco, que é morto em dezembro, mas cujos produtos, salgados, podem ser armazenados por um longo tempo.

Quer se trate de cereais, carnes ou peixes, a culinária camponesa é pródiga em condimentos e plantas aromáticas (alho, mostarda, menta, salsa, serpilho, etc.). Frituras, assados e grelhados são raros. A maior parte dos pratos se apresenta sob uma forma intermediária entre a sopa e o guisado, com um forte tempero e molho à base de miolo de pão, vinagre, cebola, noz, ocasionalmente um pouco de pimenta ou canela, compradas a preço de ouro no mercado de especiarias.

Evidentemente isso só está ao alcance do lavrador rico. Para a massa dos servos, o mingau e o pão representam a comida ordinária, e tudo o que acabamos de enumerar não constitui senão um alimento extra ou reservado aos dias de festa. O camponês do século XII encontra-se ainda assediado pelo temor de uma má colheita de cereais. Os baixos rendimentos e a deficiência dos processos de conservação impedem-no de prever suas reservas alimentares para além de um ano, e deixam-no à mercê das condições climáticas. Embora menos freqüentes que no século XI ou no XIV, a fome e a penúria espreitam por toda parte. Não obstante alguns pro-

gressos, o temor da fome e a obsessão do alimento permanecem; testemunha disso é o imaginário camponês, onde o moleiro sempre aparece como desleal e avaro, o açougueiro, uma personagem fascinante, e em que o tema da multiplicação dos pães ocupa, sob diversas formas, um lugar importante⁴. O folclore e a literatura estão cheios de relatos sobre roubos de alimentos, cenas de comilança, ou a transformação das matérias mais vulgares em maravilhosos manjares. É o caso do *Roman de Renart*, em que a fome é sempre a causadora dos delitos da raposa, e em que a maior parte de suas aventuras começa por uma constatação de penúria alimentar:

“Era o fim do verão, quando já desponta a estação do inverno. Em sua casa, a Raposa constata com dolorosa decepção que suas provisões estão esgotadas: não tem mais nada do que se alimentar, nem um tostão para comprar mantimentos, nada que possa reanimar suas forças. Então, arrastada pela necessidade, sai pela estrada...”⁵

A alimentação dos senhores

A alimentação do senhor, como a do camponês, varia mais de acordo com a fortuna do que com a região onde reside. Um modesto castelão do Maine ou de Poitou se alimenta mais ou menos do mesmo modo que um pequeno cavaleiro habitante de Kent. E na casa de um e de outro, as três refeições cotidianas se assemelham mais às de um lavrador rico que às de seu suserano, o rei da Inglaterra.

Não devemos, porém, exagerar — como fazem as canções de gesta — a opulência dos festins reais durante o período de que nos ocupamos. Tais festins são mais tardios. O mais antigo testemunho, historicamente comprovado, de um banquete suntuoso oferecido por um rei da França nos é dado por Joinville, ao narrar o que São Luís (Luís VIII) ofereceu em honra de seu irmão Afonso de Poitiers, no mercado de Saumur, em 1241⁶. Se, de fato, o luxo alimen-

tar já é “o primeiro dos luxos” (segundo a bela expressão de Jacques Legoff)⁷, nossa época ainda não é a do esnobismo de mesa e dos refinamentos culinários. É verdade que a gula e a voracidade são vícios largamente cultivados em todos os escalões da sociedade aristocrática — uma sociedade que reserva um ou dois dias da semana para grandes festanças —, mas a verdadeira gastronomia ainda é pouco praticada. Ela só irá se afirmar na segunda metade do século XIII, e seu desenvolvimento está ligado à ascensão da burguesia urbana, que, mais que a nobreza, buscará na perícia culinária uma prova de êxito social e mesmo de uma certa ética. Mas, entre os senhores do século XII, os excessos à mesa ainda não têm nada de precioso nem de ideológico. Com a mesma facilidade as pessoas se privam e se empanturram, entregues ao acaso das refeições. Para os cavaleiros da Távola Redonda, por exemplo, alternam-se os dias de abundância na corte do rei Artur e os dias de jejum no caminho da aventura, quando têm de se contentar com um pedaço de pão e um pouco de água oferecidos por um eremita hospitaleiro⁸. Mas trata-se aqui de amplitudes literárias. O que realmente comem um “honrado” senhor e seu séquito na grande sala de um torreão, que não é nem o castelo de Camelot nem a choupana de um anacoreta?

A diferença essencial em face da alimentação camponesa reside na substituição dos cereais por alimentos à base de carne. Nada de broas nem de mingaus, pouco pão, mas carne à vontade. Em primeiro lugar, a caça, que é apanágio da classe aristocrática: veados, gamos, cabras selvagens, javalis, lebres, perdizes, codornas, faisões; em certas regiões, alcatrazes, galos silvestres, cabritos monteses e até mesmo ursos. A seguir as aves de criação, destinadas especialmente à mesa: gansos, frangos e pombos; mas também pavões, cisnes, macaricos, groues, garças, alcaravões, que são iguarias de festa (o pato é considerado pouco comestível). Finalmente, a carne de açougue, que, também aqui, é basicamente a de porco. Não se come jamais carne de cavalo, e até a metade do século XIII o boi é sobretudo criado como animal de tração, e a ovelha, para fornecer a lã.

Diversos são também os peixes servidos à mesa senhorial. São consumidos frescos, quando de água doce; salgados,

secos ou defumados, quando procedentes do mar. Prefere-se bem mais os primeiros, e, entre estes, o salmão, a enguia, a lampréia e o lúcio são os mais apreciados. Regala-se ocasionalmente com a carne de certos cetáceos (baleia, orca) ou mesmo de tubarão, cujo valor reside mais na raridade do que na carne, insípida. Em troca, com exceção das ostras (que se consomem cozidas), os mariscos são pouco apreciados, da mesma forma que os crustáceos. Quer sejam grelhados, cozidos ou transformados em patês, os peixes — assim como as carnes — são sempre acompanhados de um molho ou recheio, em cuja composição entram diversas especiarias e condimentos, cultivados no vergel (cebola, alho, salsa, funcho, azeda-miúda, cerefólio), fornecidos pela flora local (tomilho, menta, manjerona, alecrim, cogumelos), ou importados do Oriente (pimenta, canela, cominho, cravo-da-índia). O alho, a pimenta, a menta e o vinho adicionado de mel formam a base de todo tempero.

As diversas espécies de *ervas* (isto é, os legumes), cultivadas no vergel, não são muito apreciadas nos dias em que se serve a carne. São reservadas principalmente para os dias de jejum ou para as refeições leves. Nos dias comuns, serve-se apenas carne, ou com uma salada de folhas (de preferência a alface e o agrião), ou com frutas cozidas (peras, pêssegos, ameixas). Depois dos queijos, cujas variedades não mudam muito de uma região para outra (são sempre fortes ou suaves, com ou sem aromatizantes), uma boa parte da refeição é reservada às sobremesas. Consistem sobretudo em massas (bolos, tortas, sonhos, broinhas de mel) e doces à base de mel, amêndoas e pasta de frutas. Os mais ricos fazem vir da Terra Santa o açúcar de cana e algumas frutas novas e deliciosas: abricós, melões, tâmaras, laranjas, figos. Os outros se contentam com maçãs, peras, cerejas, groselhas, framboesas (os morangos são pouco apreciados), nozes e avelãs. Mas, em geral, os frutos crus não importados são consumidos no intervalo entre as refeições, durante um passeio, no vergel ou no bosque.

As bebidas e o vinho

Em matéria de bebida, as diferenças sociais refletem-se mais na qualidade dos produtos consumidos do que em sua natureza. Nobres e plebeus embriagam-se com o mesmo vinho, a bebida por excelência do Ocidente medieval.

A cerveja, com efeito, é de consumo local: Flandres, Artois, Champagne, norte e centro da Inglaterra. As regiões que não a produzem também não a apreciam muito. Em Anjou, Saintonge, Borgonha e mesmo em Paris, prefere-se fazer penitência e beber cerveja. Além do mais, sem receber os devidos cuidados para sua conservação, e avessa a enfrentar um longo transporte, destina-se a ser consumida rapidamente e no local. Aliás, é uma bebida reservada antes de tudo às mulheres; os homens só recorrem a ela quando premidos pela falta de vinho. Para obter a cerveja, a cevada não é a única matéria-prima: empregam-se igualmente o trigo, a aveia e a espelta. Mas, até o século XV, não é muito comum aromatizá-la com lúpulo; assim, ela se parece mais com a antiga *cervoise* gaulesa (de que conserva o nome) do que com a que bebemos hoje. Todavia, há cervejas de várias qualidades: ela pode ser “fraca”, forte, adoçada com mel, temperada com especiarias e inclusive mentolada.

A sidra, considerada indigna das casas aristocráticas, é relegada aos camponeses mais pobres do oeste da França. Menos ácido, o vinho de pêra é mais difundido; misturado com água, constitui em muitas aldeias a bebida das crianças. Estas, até os sete ou oito anos, bebem também leite, cujo consumo por parte de um adulto é sinal de enfraquecimento extremo ou falta de juízo. Mais comum ainda é o hidromel, servido ao final das refeições, puro ou misturado com vinho, e com o qual a culinária prepara diversos temperos. Com certos frutos silvestres (amoras, abrunhos, nozes), fabricam-se vinhos pouco fermentados e fortemente aromatizados, que, sobretudo entre os camponeses, desempenham o papel de nossos licores. Não se conhece a aguardente de frutas, mas apenas o álcool de grãos (especialmente a cevada), que é mais medicinal que “digestivo”. Enfim, antes de se deitar,

bebe-se às vezes um chá (menta, verbena, alecrim), a que se adicionam mel ou especiarias.

Mas a bebida por excelência, que se bebe em todas as ocasiões e todas as horas do dia, é o vinho. Ele representa uma fonte de saúde, uma graça da existência, um dom da natureza, que merece um respeito quase religioso. Assim, a videira é cultivada em toda parte. Desde o ano 1000, não cessa de se estender, ao longo dos cursos d'água, na periferia das cidades, ao redor dos mosteiros e castelos. Essa extensão, que se faz mais em detrimento das lavouras que dos terrenos baldios, cria alguns problemas, visto que cada um, do mais rico ao mais pobre, quer possuir sua videira e melhorar ao máximo a produção. Os vinhedos se alastram bem adiante do atual limite climático, chegando à Frísia e à Escandinávia.

As principais regiões vinícolas da Inglaterra são Kent, Suffolk e o condado de Gloucester. Mas até em Lincoln e mesmo York, não há catedral ou abadia que, por razões culturais, não produza vinho. Na França, a geografia dos vinhedos é ainda mais dispersa⁹. As três grandes regiões produtoras são Auxerrois-Tonnerrois, que abastece boa parte do consumo parisiense; Aunis e Saintonge, que, via La Rochelle, exportam para a Inglaterra; e, por fim, a região de Beaune, cujo surto ocorre particularmente durante o reinado de Luís VIII. Mas há outras regiões que, embora menos extensas, nem por isso são menos famosas ou economicamente importantes. Ao norte, o Laonnois, a Champagne, o vale inferior do Sena, os campos ao redor de Paris e Beauvais. Ao longo do rio Loire, as regiões de Nevers, Sancerre, Orléans, Tours e principalmente Angers. Mais ao sul, as de Issoudun, Saint-Pourçain, Clermont e Cahors. O desenvolvimento das vinhas de Bordéus é um pouco posterior. Ocorrerá sobretudo durante o reinado de Henrique III, quando os domínios continentais desse rei inglês se reduzem apenas ao ducado de Guiana. Pelo mesmo motivo irá provocar o desaparecimento dos vinhos ingleses.

A maior parte das plantações já se encontra especializada. Ao norte, os vinhos brancos suaves; na Borgonha, os tintos, densos e fortes. Nas mesas aristocráticas, os primeiros terão a preferência até a metade do século XIII. Depois,

talvez por influência da burguesia urbana, irá se operar uma mudança de gosto, passando a ser mais apreciados os vinhos de maior teor alcoólico de Beaune e os vinhos licorosos do Languedoc, da Catalunha e do Oriente. A essas diferenças geográficas somam-se distinções sociais. É preciso distinguir uma viticultura de qualidade — da Igreja, dos príncipes e burgueses ricos — de uma de quantidade, praticada pelos camponeses.

Como a cerveja, o vinho não recebe os necessários cuidados para sua conservação. Deve ser bebido no mesmo ano, ou, no mais tardar, no seguinte. Se é verdade que os métodos de viticultura se encontram já bastante aperfeiçoados (eles não irão mudar muito até o século XIX), as técnicas de vinificação ainda são medíocres. Vinho velho é vinho perdido. Por isso, aliás, bebe-se muito. Como também muito se bebe vinhos *corados*, condimentados com substâncias picantes, mel ou aromatizantes. Talvez porque o vinho natural tivesse um sabor que deixava a desejar. Em todo caso, só as mulheres, as crianças e os doentes bebem-no misturado com água. O convalescente Erec ouve as palavras de seu amigo Guivret:

“Você deve beber vinho misturado com água, embora eu tenha sete barris cheios de um vinho de excelente qualidade; mas o vinho puro lhe faria mal, você ainda está muito abatido . . . ”¹⁰

E Erec, prudente, segue o sábio conselho.

O jejum

Não obstante o retorno periódico da penúria e da fome, as populações dos séculos XII e XIII são antes mal-alimentadas do que subalimentadas: carência de proteínas e excesso de farináceos entre os camponeses; alimentos excessivamente refinados e condimentados nos meios nobres. Também as

práticas de abstinência desempenham (conscientemente ou não) um papel dietético inegável.

A Igreja, com efeito, impõe aos fiéis diversos dias de jejum, que aumentam a partir da reforma gregoriana: dois dias por semana (quartas e sextas-feiras) em tempos ordinários; três (ou às vezes quatro) nas semanas do Advento, todos os dias, com exceção dos domingos, durante a Quaresma; e, por fim, às vésperas de grandes festas¹¹. A esses jejuns litúrgicos somam-se outros, integrais ou parciais, decididos pelo bispo por motivos excepcionais. Ao todo, durante mais de um terço dos dias do ano deveria ser observado o jejum. Mas na prática isso não acontece. A princípio, porque essa enorme frequência é acompanhada de exigências muito grandes. Jejuar consiste em fazer apenas uma única refeição por dia, a da noite, depois das vésperas, e em se abster de vinho, carne, ovos, doces e de todo produto de origem animal, exceto peixe. Cada jejum conforme os recursos de cada pessoa: os mais pobres se alimentam de água, pão e legumes; os mais ricos aproveitam para se fartar de salmões, enguias, lúcio, queijos (para os laticínios há uma certa tolerância) e frutas raras. Mas a abstinência alimentar não é tudo. Há que se privar dos jogos e da caça; há que se praticar a continência sexual, recolher-se em meditação e prece, converter em esmola o dinheiro que seria gasto em prazeres e festas.

Naturalmente, na maioria dos casos essas restrições são apenas teóricas. Seria preciso ter as virtudes de um São Luís para poder respeitar escrupulosamente as prescrições da Igreja. Na realidade, cada um tem seu modo de jejuar. Procura-se, sobretudo, evitar os abusos. É entre os desfavorecidos que o jejum mostra-se mais impopular e dolorosamente ressentido. "Todos os que já passaram por essa experiência sabem que a Quaresma, essa megera, não traz senão tristeza e tormento. Ela é odiada pelos pobres. O populacho a abomina..."¹² Assim se exprime o autor anônimo de um curioso poema composto na primeira metade do século XIII: *La bataille de Caresme et de Charnage* (A batalha de Quaresma e Carne). Esse texto satírico rima, em estilo épico, o combate que opõe duas personagens alegóricas: Quaresma e Carne. A primeira personifica a vida ascética e o jejum;

seus soldados são os peixes, os legumes e as frutas. A segunda representa a abundância e os prazeres da vida; integram suas tropas os animais de caça, as aves de criação, os patês e todas as comidas gordurosas. Após combates homéricos e uma última batalha que foi "*dure et orible et felonessse*" (dura, horrível e desleal), Quaresma é derrotada. É banida para sempre, com exceção de um retorno anual de um pouco mais de seis semanas, da quarta-feira de Cinzas ao sábado de Aleluia.

Comportamentos aristocráticos à mesa

Os usos e costumes que acompanham a refeição são mais bem conhecidos do que os cardápios, o que não quer dizer que sejam bem conhecidos. Pois, se acerca desse tema a literatura não é avara em detalhes, estes costumam ser estereotipados e respondem mais a procedimentos de autores que a uma preocupação de realismo. De mais a mais, concernem apenas à aristocracia. E a documentação iconográfica, infelizmente, não cobre a lacuna para as outras categorias sociais. Quer sejam narrados ou representados, os quadros de refeições põem em cena quase sempre o senhor, raramente o camponês.

De qualquer modo, não estamos ainda na época dos refinamentos alimentares; os últimos decênios do século XII e os primeiros do XIII não presenciavam ainda uma verdadeira etiqueta à mesa. Na França, é no reinado de Filipe III (1270-1285) que se processa uma mudança, tanto nesse domínio como na maneira de vestir. Contudo, não estamos mais nos tempos grosseiros da primeira fase feudal, e a literatura cortês, talvez aqui adiantada em relação à realidade, traduz já uma grande polidez de maneiras. A acolhida de um hóspede desenrola-se sempre segundo o mesmo cerimonial: o castelão o espera à entrada da casa, pede-lhe que desmonte, dá ordens para que alguém retire suas armas e apeie, dá ordens para que alguém retire suas armas e tome

conta do cavalo; por intermédio de uma das filhas, coloca uma mantilha sobre o ombro do visitante. A seguir, um empregado faz soar a trompa para anunciar a refeição; convida-se o visitante a lavar as mãos, no lavatório ou em magníficas bacias que os serviçais trazem até o salão; entrega-se-lhe uma toalha para que se enxugue cuidadosamente. Todos dirigem-se à mesa; a toalha de mesa é de um branco resplandecente; a baixela, de ouro e prata; o dono da casa convida o hóspede a sentar-se a seu lado, a usar o seu prato, a partilhar de sua taça. Os pratos são numerosos, a comida, requintada e deliciosa, os vinhos, excelentes. Leituras, espetáculos e canções servem de passatempo durante a longa refeição. Todos, por fim, se levantam, com o ventre repleto e o espírito alegre; os criados limpam a mesa e retiram a toalha; lavam-se novamente as mãos, antes de ir conversar num quarto ou passear no vergel¹³.

Tais descrições são tão freqüentes e tão pouco variadas, que seu esforço em traduzir a realidade torna-se suspeito. Até onde vão os lugares-comuns do poeta? Onde começam os testemunhos do observador?

Os gestos de boas-vindas não constituem um clichê literário. A sociedade medieval encontra-se em permanente deslocamento, e os sedentários provisórios mostram-se sempre acolhedores para com o viajante. Entre os mais ricos, o costume é oferecer muitos manjares. Assim também a lavagem das mãos, antes e após a refeição, não é uma invenção de escritor. Por convicção ou necessidade, a aristocracia tem hábitos higiênicos e conservará esses costumes até o século XIV. O que os autores exageram é menos os gestos que o cenário. Já vimos como as mesas eram dispostas na grande sala do torreão: algumas tábuas sobre cavaletes, isto é, nada de muito faustoso. A toalha de mesa, em cuja brancura reside a elegância, é uma raridade reservada aos dias de festa; os guardanapos são desconhecidos. A baixela de ouro e prata, quando existe, costuma ficar no aparador, e não sobre a mesa. Mesmo entre os príncipes, come-se em pratos de estanho ou de terracota.

Não há garfos, apenas umas poucas colheres, às vezes uma única faca para dois comensais. As comidas líquidas ou

semilíquidas são despejadas pelos criados numa tigela provida de abas; aqui também há apenas uma para duas pessoas. Peixes, carnes e alimentos sólidos são servidos em grandes travessas de pão, os *trinchos*, contendo caldo ou molho. Com a faca separam-se pedaços grandes, que são levados à boca com as mãos. Bebe-se o vinho numa taça enchida antes da refeição e partilhada com um ou vários vizinhos, ou então num cálice individual, que o copeiro, atendendo a uma ordem, vai encher no barril. Os pratos, trazidos da cozinha antes da acomodação dos comensais à mesa, são cobertos por um pano, que só é retirado no momento de servi-los. Nesse costume, os textos literários não mostram apenas um procedimento para conservar aquecidos os alimentos, mas também para evitar qualquer tentativa de envenenamento; eles põem em cena empregados degustadores, descrevendo práticas prodigiosas e profiláticas que permitem, com a ajuda de uma trompa de unicórnio ou um dente de serpente, revelar a presença de veneno.

Quanto ao desenrolar da refeição e à ordem em que são degustados os pratos, não há nenhuma informação esclarecedora. Os textos são contraditórios acerca desse assunto. Pode-se começar tanto pela sopa quanto pelos patês, os queijos ou mesmo as frutas. Pois, embora estas últimas sejam ocasionalmente deixadas para o fim da refeição, junto com as tortas e os doces, isso está longe de ser regra geral. Em certos casos termina-se inclusive pelos patês. Quanto às iluminuras, elas nos mostram mesas onde se apresentam todas as espécies de iguarias, as quentes e as frias, líquidas e sólidas, salgadas e doces. É possível que fossem degustados vários pratos ao mesmo tempo? No que concerne às carnes e aos peixes, uma coisa parece certa: serve-se primeiro a carne de caça graúda, a seguir as aves e por fim os peixes. Terminada a refeição, o costume geralmente é beber *licores*, isto é, vinhos licorosos (portanto, diferentes dos que acompanham a comida), bem como chás fortemente condimentados¹⁴.

A duração das refeições é igualmente desconhecida. Sé é certo que são longas, é improvável que atinjam as cinco, seis ou mesmo oito horas de que nos falam as canções de gesta. Não poderíamos estimar em média uma hora e meia

para o almoço e duas horas e meia para a ceia? A refeição da noite, com efeito, é mais longa que a primeira refeição não só os pratos são mais abundantes, como é nessa hora que os saltimbancos vêm mostrar suas artes, os trovadores cantar suas rimas, os peregrinos narrar suas viagens.

CAPÍTULO VI

UMA SOCIEDADE DE APARÊNCIA: VESTIMENTAS, CORES, EMBLEMAS

A civilização medieval é uma civilização do signo. Palavras, gestos, hábitos, tudo tem um sentido aparente e um sentido oculto. Da mesma forma que a moradia e a alimentação — e talvez num grau ainda mais acentuado —, o vestuário possui uma significação social. Pelo número de peças, a qualidade dos tecidos, o brilho das cores, a variedade dos ornamentos e acessórios, a roupa pode indicar o lugar de um indivíduo no seio de um grupo e o lugar desse grupo no seio da sociedade. Vestir-se de maneira mais rica ou mais pobre do que é costume em sua categoria social é um pecado de orgulho ou um sinal de degradação¹. Sobretudo para a aristocracia, cujo poder econômico diminui em detrimento da burguesia urbana, torna-se essencial assinalar as diferenças e os privilégios devidos ao nascimento e ao fato de pertencer a uma casta.

Mas esse aspecto hierarquizado do vestuário, reforçado pela utilização de emblemas e insígnias, não exclui mudanças regulares na maneira de vestir e mesmo o aparecimento de modas, comedidas ou excêntricas, efêmeras ou duráveis².

O nascimento da moda

O século XII assiste, com efeito, ao que se poderia chamar de nascimento da moda. É verdade que, desde as invasões bárbaras, o vestuário ocidental já havia sofrido transformações, mas tratava-se mais de uma lenta evolução

que de uma série de mudanças profundas. E, se houve entusiasmos passageiros por esta ou aquela maneira de vestir, foi de forma esporádica e não freqüentemente repetida, como acontece a partir da metade do século XII. A difusão do ideal cortês introduz nos meios aristocráticos uma maior preocupação com a aparência. À polidez das maneiras é preciso acrescentar a elegância do vestuário. Este assume uma crescente importância nas relações econômicas e sociais; tal como um produto de luxo, pode ser importado de muito longe, ofertado de presente ou mesmo utilizado como meio de pagamento. Julgam-se cada vez mais as pessoas pelos trajes, como testemunha a literatura cortês ao enfatizar a descrição das roupas e adereços, e ao dotar ocasionalmente seus heróis de vestes tão suntuosas que mais parecem irreais. A rainha Guinevere, por exemplo, oferece a Eneida, filha de um pobre subvassalo, um manto que

“...era magnífico e de excelente qualidade. A gola era guardada de duas peças de zibelina. Nos fechos havia o bastante para uma onça de ouro: de um lado, um jacinto; do outro, um rubi que brilhava mais que um carbúnculo. O forro era de arminho branco, o mais belo e mais fino que já se vira. Nas bordas, o manto era ricamente ornado de pequenas cruces multicoloridas: azuis, vermelhas, violeta, brancas, verdes, turquesa e amarelas...”³

O período que estudamos contém duas décadas em que o vestuário se modificou profundamente: os anos 40 do século XII e os anos 20 do século XIII. A primeira marca inclusive uma espécie de revolução da moda. Por volta de 1140, com efeito, desaparecem os últimos vestígios da indumentária germânica, trazida no século V pelos invasores bárbaros e conservada sem muitas modificações durante os Merovíngios e os Carolíngios. Para grande escândalo da Igreja — que vê nisso uma moda inconveniente e efeminada —, os homens adotam, a exemplo das mulheres, vestes longas. Além do mais, abandonando o cabelo curto e o rosto nu, deixam crescer a barba e os cabelos, que eles fazem enrolar a ferro. Para os dois sexos, os mantos e as túnicas descem até o chão; as mangas se alargam e se alongam a ponto de

cobrir as mãos; os calçados são extravagantes, com a ponta imensa e recurvada em forma de crescente, cuja moda irá durar até os últimos anos do reinado de Luís VII⁴. Difunde-se o gosto pelos adereços, pelos tecidos leves e sedosos, pelas cores vivas e um corte que realce as formas do corpo. A pesquisa da indumentária torna-se entre os nobres uma preocupação constante, apesar das invectivas de pregadores como São Bernardo, que vêem nisso um apego exagerado às coisas mundanas e uma frivolidade próxima do despudor.

Por volta de 1220, talvez um pouco antes nas regiões meridionais, ocorre uma outra mudança importante: o desaparecimento da túnica (*bliand*) e o aparecimento da sobreco-ta (*surcot*), espécie de túnica desprovida de mangas que se coloca por cima do vestido ou da malha. Uma vestimenta uniformizada é substituída por uma mais personalizada. Voltaremos a isso mais adiante. Essa transformação é acompanhada de modas novas: para as mulheres, roupas justas, peitos altos e delgados, cabelos ocultos; para os homens, rostos barbeados e cabelos curtos, franjados na testa, cuidadosamente ondulados sobre as têmporas e enrolados sobre a nuca. Essa diminuição da pilosidade capilar e facial é imposta aos combatentes pelo emprego do grande elmo fechado que se generaliza após a Batalha de Bouvines*.

Nos séculos XII e XIII acontece o que se passa em nossos dias: as modas do vestuário são antes cronológicas que geográficas. Excetuando-se os imperativos do clima, veste-se mais ou menos da mesma forma tanto em Londres quanto em Paris, tanto em York quanto em Bordéus. Quando existem, os particularismos regionais recaem mais sobre a cor e a textura dos tecidos do que sobre o modelo e o corte das roupas. Do mesmo modo, não há uma roupa própria para cada idade da vida: com exceção das crianças de colo, solidamente empacotadas num cueiro de onde só emerge o rosto⁵, todas se vestem como os adultos. As únicas diferenças devem-se ao sexo, e mesmo assim nem sempre são muito acentuadas. Adiante, porém, iremos examinar separadamente o vestuário masculino e o feminino. Teremos que nos limitar

* Famosa batalha travada em 1214, com o triunfo do rei Filipe Augusto da França sobre as forças coligadas da Inglaterra e da Alemanha. (N. do T.)

à aristocracia: os hábitos de vestuário dos camponeses prestam-se bastante mal a um estudo detalhado, não só porque carecemos de documentação, mas também porque a roupa dos vilões geralmente não passa de uma cópia grosseira e simplificada da dos nobres.

Tecidos e cores

A importância social do vestuário é atestada pelo grande número de atividades a ele relacionadas e pela extrema variedade dos tecidos⁶. Sua fabricação, aliás, é geralmente obra das mulheres: a do camponês colhe o linho, tosquia a ovelha, carda e tingue a lã; a do cavaleiro utiliza as horas vagas para fiar, tecer e bordar.

Os tecidos de linha são os mais comuns por serem de produção local: o pano de linho fino, de que são feitas as camisas e os lençóis; o cotim, tecido forte de cânhamo para fazer os forros e as roupas de trabalho; o fustão, um tecido feito de linho e algodão (este é importado do Egito ou da Itália), usado tanto para o vestuário quanto para a decoração. A indústria da lã, ao contrário, é mais centralizada (Flandres, Champagne, Normandia, centro-leste da Inglaterra), sendo a variedade dos lanifícios infinita, desde os lençóis ordinários em sarja ao reputado *stanfort* — sólido tecido de lã confeccionado em Stanford — ou ao magnífico *camelin* — flexível, leve, imitando a lã de camelo. Cada cidade tem sua especialidade de textura, cor e desenho. Os tecidos podem ser lisos (uma só cor), misturados (matizados), variados (com flores e ornatos de folhagem), salpicados (com bolinhas) ou listrados de diversas maneiras.

Essa profusão de variedades repete-se nos artigos de seda, importados do Oriente, do Egito, da Sicília, e cujo consumo no Ocidente cresce acentuadamente no século XII. O *damas* (damasco) é matizado tom sobre tom, o *osterlin*, tingido de violeta; o *siglaton* vem das ilhas Cíclades (Grécia), o *bofu*, de Bizâncio, o *baudequin*, de Bagdá. Os mais requisitados são o *samit*, um pano espesso e luxuoso, o *paille*,

tecido em brocado, fabricado em Alexandria, e o *cendal*, um tecido leve semelhante ao nosso tafetá.

A moda das peles, como a dos artigos de seda, está ligada ao desenvolvimento do comércio. As mais luxuosas são importadas da Sibéria, da Armênia, da Noruega e da Alemanha: marta, castor, zibelina, urso, arminho e esquilo. Os dois últimos são especialmente apreciados. Mosqueia-se a pele branca do arminho com os pêlos negros que enfeitam a ponta de sua cauda, e fabrica-se a pele de esquilo alternando-se as duas cores da pelagem do esquilo chamado "cinzen-to"; o ventre fornece o branco, e as costas, o cinza-azulado. Com essas duas peles faz-se a gola e o revestimento das roupas de gala. As peles provenientes da fauna local (fuiinha, raposa, lebre, coelho, cordeiro) são menos apreciadas; usam-se no interior das mangas ou no forro das peliças. As mais ordinárias, como a do coelho, são tingidas de vermelho para enfeitar os punhos e a borda inferior das túnicas.

A moda tem suas exigências cromáticas; a escolha das cores é sempre guiada por considerações hierárquicas. A mais apreciada é o vermelho — a cor por excelência —, de que podem ser obtidas infinitas nuanças, a partir de plantas tin-tórias (como a garança) ou de substâncias animais (como a da cochonilha). Para o vestuário, vêm em seguida o branco e o verde. O amarelo não difere muito do ouro e não é utilizado para as grandes superfícies. Quanto ao azul, é apenas no reinado de São Luís que haverá de se tornar uma cor refinada. Até então destina-se às roupas comuns, da mesma forma que o cinza, o negro e o castanho.

Como regra geral, a Idade Média tem um senso das cores mais desenvolvido que a Antiguidade ou a época moderna. Julga cada uma delas de acordo com seu grau de luminosidade. As que refletem mais claridade (vermelho, branco, verde, amarelo) são as mais procuradas, em detrimento daquelas que não se sabe, por falta de conhecimentos técnicos, como tornar brilhantes. Isso é comprovado pelo estudo semântico dos vocábulos, mostrando que as populações medievais viam no azul uma palidez insípida, no cinza, algo de sujo ou variegado, no castanho, um tom muito som-brio e no negro, uma ausência de luz sem brilho e inquietante⁷.

A roupa masculina

Ao se vestir, o senhor enfia sucessivamente os calções, a camisa, as *chausses*, os calçados, a peliça e a túnica. Se pretende sair, pode acrescentar um manto, uma cobertura para a cabeça e botas. Se parte para o combate, veste o equipamento militar por cima dos trajes civis.

Os calções são a única peça do vestuário reservada unicamente aos homens. É uma ceroula de malha fina, cujas pernas, retas, bufantes ou plissadas, descem quase até os tornozelos. O costume muito antigo de tingi-los de vermelho desaparece durante o século XII, quando se expande a moda dos calções de seda ou de couro. Salvo nesse último caso, passam a ser doravante brancos, mesmo entre os que continuam a usar os de linho. Os calções prendem-se ao corpo por um cinto de pano ou de couro, onde se penduram a bolsa, as chaves e às vezes uma espécie de liga para segurar as *chausses*. Mas estas últimas, enfiadas sobre os calções, na maioria das vezes são presas por meio de ligas de meias, com as da cintura⁸ servindo então para levantar os fundilhos dos calções. As *chausses* se parecem com meias de mulher, subindo até a metade da coxa. Flexíveis, amoldam-se à perna e podem ser de pano, de lã tricotada ou mesmo de seda, e às vezes possuem uma sola. Sua cor é escura (castanho, carmim, verde), exceto as de gala, listradas horizontalmente por faixas de diversas cores.

A camisa é uma túnica de baixo, fechada na parte superior e aberta na inferior à frente e atrás, descendo até a barriga da perna sobre o calção e a *chausse*, e com as mangas compridas apertadas nos punhos. Ela é branca ou de tecido cru, feita de sarja entre os camponeses, de crina para os religiosos que querem fazer penitência, de fino pano de linho ou de seda entre os cavaleiros. As mais belas são bordadas no colarinho e nos punhos, partes não cobertas pela túnica, e engomadas no peitilho. No século XIII, a camisa de linho, de uso cada vez mais generalizado, torna-se mais curta e ajustada. O costume é tirá-la para dormir e trocá-la a cada oito ou quinze dias. No inverno, entre a camisa e a túnica, veste-se a peliça, uma espécie de casaco comprido

sem mangas. É uma vestimenta de luxo, quente e confortável, constituída por um forro de peles coberto de tecido. Seus bordados em ouro e as peles que aparecem no pescoço e nas cavas fazem da peliça uma roupa muito elegante, que pode ser exibida na intimidade de um sarau.

A túnica, vestimenta nobre por excelência, é uma peça de lã ou de seda que se enfia passando a cabeça por uma ampla gola. As mangas também são bastante largas, e vão só até a metade dos braços; o corte da túnica, amplo, plissado, aberto na frente e atrás, desce até os pés. É presa ao corpo por um cinto, sobre o qual pende à maneira de uma blusa. Ao final do reinado de Filipe Augusto, a túnica tende a ser substituída pelo gibão, uma veste de lã mais curta, mais justa e dotada de mangas compridas e estreitas. Quando se sai de casa, põe-se sobre o gibão uma sobrecota, uma peça semelhante mas desprovida de mangas e que não desce além do joelho. Essa sobrecota é feita de um tecido de luxo (como o cendal) e tingida de uma cor viva, que contrasta com a do gibão.

Como a túnica, o manto é uma vestimenta reservada aos nobres. Pode ter formas variadas, mas a mais comum é quase circular e sem mangas. Geralmente aberto dos lados, prende-se sobre o ombro direito por uma fivela ou um laço. É de tecido forrado, ornado de franjas e bordados. Em viagem ou em dias de chuva, substitui-se o manto pela *capa*, feita de lã crua e provida de um amplo capuz, que se enfia como uma casula sacerdotal.

Não obstante sua diversidade, os calçados podem ser agrupados em duas categorias: as sapatilhas e os borzequins. As primeiras, de tecido ou pele de animal, têm mais ou menos a forma de nossas alpargatas; são usadas apenas dentro de casa ou dentro das botas. Os segundos, em couro forte da Espanha, assemelham-se aos calçados de esquí; envolvem o tornozelo e são fechados por um grande número de fivelas e cordões. Os cavaleiros, porém, preferem as *heusses*, botas altas impermeáveis, de couro flexível e cor vermelha ou preta. Os homens dão uma atenção toda especial à elegância dos pés. É nessa parte do vestuário que as modas mostram-se mais insólitas e caprichosas. De um modo geral, a estética valoriza os pés pequenos. Os calçados são justos, sem saltos,

mas com grande luxo de ornamentos (bordados, cores vivas, couros formando um mosaico) e acessórios (cordões, botões, presilhas, frisos).

As coberturas de cabeça também são extremamente variadas⁹. Primeiro, é preciso mencionar um pequeno gorro de lã ou de pano (*cale*) que se usa no interior de casa e tem a forma de uma touca de banho. No inverno, ele é coberto por um grande barrete flexível, que tanto pode ser cônico com a extremidade virada, quanto quadrado e munido de abas. No verão, substitui-se o barrete por uma peça de algodão semelhante a uma boina, ou por um chapéu de feltro com grandes abas rebaixadas. Nos dias de festa, cinge-se a cabeça com um *chapel*, grande faixa de tecido precioso enfeitado de pérolas, bordados, flores ou penas de pavão.

Finalmente, a última peça do vestuário consiste nas luvas, muito usadas por todos. As dos cavaleiros são de tricô, de couro ou de pele. Muito justas nas mãos, são mais soltas nos punhos e cobrem uma grande parte do antebraço. É uma peça do vestuário que seguidamente se oferece como presente, possuindo um valor simbólico: entregar a luva a um senhor é sinal de homenagem, lançá-la ao chão significa desafio. Da mesma forma que hoje, tiram-se as luvas antes de entrar numa igreja ou apertar a mão de alguém. Os caçadores usam luvas de couro sem dedos; os artesãos, luvas de tecido grosso; os camponeses, luvas inteiriças para arrancar os espinheiros.

A roupa feminina

A maior parte das peças que compõem o vestuário feminino não difere muito, nem na natureza, nem no corte, das usadas pelos homens. Observa-se, porém, maior diversidade de tecidos e cores, bem como uma proliferação de ornamentos e acessórios¹⁰.

As mulheres não usam calções, mas envolvem às vezes o peito com um véu de musselina que desempenha o papel de sutiã. Colocam por cima uma camisa plissada que desce

até os tornozelos. Seja de linho ou de crepe de seda, sua principal característica é a brancura, sendo bordada, como a dos homens, na gola, nos punhos e na borda inferior, partes que ultrapassam o vestido ou a túnica. Quando, após a toalete, ficam a se enfeitar no quarto, as mulheres vestem uma espécie de penhoar, mais largo que a camisa, mas feito do mesmo tecido: o *chainse*. No inverno, completam o traje caseiro com uma peliça de arminho, semelhante à dos homens, porém mais longa e ricamente trabalhada.

A roupa de cima é a túnica. Há de dois tipos: a comum, que é uma túnica simples que desce até um pouco abaixo dos joelhos, e a composta, que aparece por volta de 1180 e inclui um corpinho bastante ajustado, uma larga faixa apertada na cintura e uma longa saia aberta dos lados¹¹. Esse tipo de túnica destaca mais a silhueta, realçando o busto, o ventre e as ancas. Em ambos os casos, a gola é larga e arredondada, as mangas compridas e abertas a partir do cotovelo. Mas, em relação às mangas, a moda se mostra bastante versátil. Entre 1185 e 1190, sua extremidade forma uma imensa boca que quase se arrasta no chão; no início do século XIII, ao contrário, há um excesso no outro sentido: as mangas comprimem completamente o antebraço, que é apertado por laços ou mesmo costuras efetuadas depois de enfiada a manga¹². As mais belas túnicas são de tecidos finos importados do Oriente, estampados a seco na frente do corpinho, pregueados na base da saia e possuindo frisos e bordados, sendo que os mais apreciados provêm da Inglaterra e de Chipre. Às vezes, as túnicas são substituídas por vestidos de cendal ou *camelin*, mais folgados e dotados de uma cauda (que a Igreja considera desavergonhada), e cujo corte menos uniforme faz realçar o corpo. Como o gibão para os homens, o vestido, associado à sobrecota, irá pouco a pouco suplantar a túnica e impor-se definitivamente sob o reinado de São Luís. Mas, quer se trate de um vestido ou de uma túnica, a elegância manda que a mulher ponha por cima um interminável cinto (correias de couro trançadas, cordões de seda ou de linho), cuja laçada é cuidadosamente ordenada: dá-se uma primeira volta ao nível da cintura, um nó sobre os quadris, a seguir uma segunda volta na altura das ancas e um novo

nó, deixando-se cair as duas extremidades de mesmo comprimento até o chão.

As *chausses* não diferem em nada das dos homens, exceto pelo fato de serem presas por ligas de meias, dada a ausência de calções. Os sapatos são de todos os tipos: altos ou baixos, fechados ou abertos, com ou sem fivela, de couro, feltro, pano, forrados ou não. A moda é de pés minúsculos, saltos um pouco altos, andar bamboleante e cuidadosamente estudado.

O manto feminino é uma capa semicircular, que se fecha, não sobre o ombro como a dos homens, mas na frente, por meio de diversos colchetes e cordões cuja confecção exige o maior cuidado. Julga-se um manto pela qualidade das peles com que é forrado, pelos fechos. As vestimentas mais leves utilizam também para o fechamento o alfinete (semelhante ao nosso, mas de maiores dimensões) e o botão. O emprego deste último se difunde sobretudo ao final do século XII, sob a forma de botões duplos que são passados em duas casas. Eles podem ser esféricos ou achatados, de couro, tecido, osso, chifre, marfim ou metal.

Finalmente, se para todas as mulheres o costume é conservar o cabelo o mais comprido possível, o penteado propriamente dito varia conforme a idade¹³. Meninas e mulheres jovens os separam por uma linha mediana em duas tranças colocadas à frente e que, a confiar nos documentos iconográficos, descem geralmente até os joelhos. Essas tranças podem inclusive ser alongadas por pingentes presos nas extremidades. Para aquelas não muito providas pela natureza, ornamentos postiços devidamente colocados compensam a falta de comprimento capilar. Após 1200, a moda de imensas tranças tende a desaparecer, para dar lugar à de cabelos mais curtos, presos atrás por um aro e que caem soltos sobre os ombros. Ao sair para a rua, ou ao entrar numa igreja, cobrem-se os cabelos com um véu de linho ou de seda. As mulheres mais idosas fazem um grande coque (se necessário, inflado artificialmente) que cobrem com uma espécie de lenço de seda amarrado sob o queixo e atravessado por uma faixa que cinge o crânio horizontalmente. As viúvas e as religiosas usam o véu (*guimpe*), peça em tecido leve

que oculta completamente os cabelos, as têmporas, o pescoço e mesmo a parte superior do busto.

Os brasões

A roupa não é o único meio de exteriorizar a personalidade e traduzir a vinculação a um grupo. Diversos acessórios, insígnias e emblemas cumprem função análoga, cabendo um lugar especial aos brasões, que aparecem no século XII e constituem para o historiador um dos espelhos mais fiéis da mentalidade medieval.

Todo mundo conhece brasões: emblemas em cores, próprios a um indivíduo, uma família ou uma comunidade, submetidos em sua composição a regras especiais e geralmente representados sobre um escudo¹⁴. O que quase ninguém sabe é que eles jamais foram atributo exclusivo da nobreza, que diferem totalmente das figuras emblemáticas da Antiguidade, que não têm, por assim dizer, nada a ver com o mundo misterioso dos símbolos, e que seu aparecimento de modo nenhum está ligado às Cruzadas. Os mais antigos são os de Godofredo Plantageneta, futuro conde d'Anjou: um escudo *azul com seis leões de ouro*. De acordo com uma tradição hoje contestada, em 1127 ele os teria recebido de seu sogro, o rei da Inglaterra, Henrique I, por ocasião de seu casamento com a filha deste, Matilde, viúva do imperador Henrique V. Seja como for, o segundo quarto do século XII assiste ao nascimento dos brasões em diferentes regiões da Europa ocidental: Anjou, Normandia, Picardia, Île-de-France, Inglaterra meridional, vale do Reno. A partir de 1150, seu emprego estende-se não só geograficamente, mas também socialmente. Ainda que na origem apenas os chefes guerreiros façam uso deles, progressivamente passam a ser adotados por seus vassalos e subvassalos, a ponto de no início do século XIII toda a pequena e média nobreza possuir o seu. E a moda é tal que, aos poucos, deixam de ser exclusivos dos combatentes. Sucessivamente, as mulheres (antes de 1156), as cidades (a partir de 1190), os clérigos (por volta de

1200), os burgueses (cerca de 1225) e inclusive os camponeses (a partir de 1234) atribuem-se brasões. Essa disseminação irá durar até o século XV. Na Idade Média o porte de brasões jamais esteve reservado a uma categoria social particular.

A origem dos brasões não é nem oriental, nem hermetica. Está ligada à evolução do equipamento militar, e mais particularmente à do timbre do escudo. Quando, no início do século XII, os combatentes tornam-se irreconhecíveis em sua armadura, adquirem o hábito de pintar na grande superfície plana dos escudos signos de reconhecimento, primeiro instáveis e que variam ao sabor da fantasia; depois, tornam-se cada vez mais permanentes. Pode-se falar de brasões a partir do momento em que uma mesma personagem utiliza constantemente os mesmos signos. Para sua elaboração, fizeram-se vários empréstimos: os estandartes forneceram as cores e as divisões geométricas; os sinetes, o repertório das figuras (animais, plantas, objetos) e seu caráter hereditário; os escudos, enfim, a forma triangular e a disposição geral. Os brasões não foram, portanto, uma criação espontânea, e sim a fusão num único signo de diferentes elementos preexistentes.

Essa fusão não se dá de uma só vez, mas progressivamente. Também a transmissão hereditária dos brasões só irá se impor lentamente. Sob o reinado de São Luís, ainda são numerosos os filhos que portam um escudo totalmente diferente do de seu pai. Da mesma forma, as regras de composição não se fixaram verdadeiramente senão a partir da metade do século XIII. Apenas uma foi respeitada desde a origem (provavelmente por ser herdada dos estandartes): a que ordena a disposição dos esmaltes e proíbe colocar “metal sobre metal e cor sobre cor”. Os metais são o *ouro* (amarelo) e a *prata* (branco); as cores, o *sable* (preto), o *goles* (vermelho), o *azul*, o *sinople* (verde) e mais tarde o *púrpura* (violeta-escuro). É contrário à regra colocar ouro ao lado de prata, *goles* ao lado de azul, *sable* ao lado de sinople, etc. Quanto à nomenclatura da heráldica, também ela não se libertou senão pouco a pouco da linguagem ordinária. Assim, a cor verde, que se diz *sinople* em heráldica clássica, é chamada, nos séculos XII e XIII, simplesmente de *verde*.

Mas o aspecto técnico dos brasões não é o essencial. O mais interessante para o historiador é pesquisar os motivos que presidiram a escolha desta ou daquela figura por tal família ou tal indivíduo. Pode ser por questão política: adota-se a mesma figura que a do senhor ou do chefe do grupo a que se pertence. Assim são numerosas as famílias flamengas que, à imagem dos brasões condaís, portam um leão em seu escudo. Pode ser o desejo de evocar um laço de parentesco, um fato histórico, uma origem geográfica ou uma profissão. Um pedreiro escolherá uma trolha, um açougueiro, um boi, um pescador, um peixe; qualquer um que tenha participado das Cruzadas poderá conservar sua cruz nos brasões, ao passo que outro, originário desta ou daquela cidade, colocará um objeto que a lembre. Pode ser sobretudo uma alusão ao patronímico, ao nome de batismo ou ao cognome. Um Jehan Lecocq portará um galo (*coq*), um Guilherme Legoupil, uma raposa (*goupil*, variante para *renard*). Desde meados do século XII, a grande família dos Lucy, com senhorios na Inglaterra e na França, adota como emblema um lúcio, porque em francês arcaico a palavra *lus* designa esse peixe. Pode ser, enfim, uma simples questão de gosto, ligada ou não a considerações mais ou menos simbólicas. De qualquer forma, o simbolismo heráldico, quando ocorre, é sempre muito primário: o leão evoca a força; o carneiro, a inocência; o javali, a coragem; a cruz, o cristão, etc.

Inicialmente limitado a alguns animais (leão, águia, urso, cervo, javali, lobo, corvo) e a algumas partições geométricas, o repertório das figuras se diversifica quando o uso dos brasões se estende à pequena nobreza e aos não-combatentes, e quando começam a se inscrever não apenas sobre as diferentes peças do equipamento militar (escudos, estandartes, armaduras, gualdrapas dos cavalos), mas também sobre todos os objetos, móveis e vestimentas da vida cotidiana: sinetes, moedas, pesa-papéis, manuscritos, vitrais, pedras tumulares, revestimentos de pisos e paredes, vestidos, luvas, mantos, ferramentas e utensílios diversos. A literatura não escapa a essa invasão. Desde o início do século XIII, dota seus heróis de brasões copiados da realidade¹⁵. Os autores atribuem ao rei Artur um brasão de *prata com três faixas de*

goles, a seu primo Bohort um escudo semelhante, mas cujo campo é arminhado (branco pontilhado de negro), e ao valente Galahad, o primeiro a se lançar na demanda do Graal, um escudo de *prata com a cruz de goles*, lembrando a insígnia dos cavaleiros cristãos que partiam para a Terra Santa.

CAPÍTULO VII

UM TEMPO PARA A GUERRA E UM TEMPO PARA A PAZ

Combater é a razão de ser do cavaleiro. Sem dúvida, sagrado cavaleiro, ele é um soldado de Deus, que deve temperar seu gosto pela guerra e submetê-lo às exigências da fé. Mas esse gosto, essa paixão pelas atividades guerreiras, permanece. De resto, toda uma literatura o alimenta. Uma literatura exaltante, que descreve combates heróicos, em que cavaleiros magníficos, em armaduras brilhantes, realizam feitos de guerra inumeráveis, antes de encontrar uma morte sublime ou de conquistar a mais gloriosa das vitórias. Uma literatura militante, que fala de guerra justa, de paz magnânima, que exalta a bravura generosa dos que combatem para fazer valer os direitos de seu senhor, para defender os ministros e os bens da Igreja, para levar assistência a todos os fracos, a todos os pobres que têm necessidade deles.

A realidade, porém, é outra. As proezas de Gawain as aventuras de Lancelot não acontecem. Não há armaduras invencíveis, nem elmos engastados de pedras preciosas, nem espadas mágicas que fazem triunfar seus portadores. A guerra não é gloriosa, mas mercenária. A paz não é nobre, mas humilhante e desonrosa. As grandes batalhas são raras e pouco sangrentas; as mortes sublimes não existem. Aqui, mais uma vez, há uma grande distância entre as cores brilhantes do sonho e o cinza banal da existência cotidiana.

Guerras privadas e paz de Deus

Na metade do século XIII, o direito de fazer a guerra ainda pertence a todo mundo. Consiste em um dos dois únicos meios de fazer valer seus direitos; o outro é o recurso à justiça do senhor. Trata-se, de certo modo, de escolher entre as vias de fato e as vias de direito. Essa concepção da guerra privada, herdada da antiga *faida* (direito de vingança) dos germânicos, havia praticamente desaparecido na época de Carlos Magno; ela reaparece no século X com a decadência da autoridade central, e permanece, até o começo do século XIII, como um dos traços fundamentais da sociedade medieval. A guerra privada tem suas regras próprias, é declarada em boa e devida forma, e dura enquanto não for suspensa por uma trégua ou encerrada por uma paz. Estende-se a toda a linhagem dos beligerantes, até um grau avançado (geralmente a partir do qual o casamento é permitido sem necessidade de autorização da Igreja). Na prática, porém, nem todo mundo pode tomar a iniciativa de declarar guerra, pois esta supõe um certo poder, econômico e político. Assim, ela é conduzida essencialmente pelos proprietários de feudos, e mais precisamente pelos proprietários importantes, em nome de seus interesses próprios ou, mais raramente, dos de um vassalo.

Pondo de lado as Cruzadas, de que falaremos adiante, as guerras entre nações não existem. Não há senão lutas entre um senhor e seu vassalo, rivalidades entre dois feudos, vinganças entre duas linhagens. As incessantes disputas que opõem os reis da França e da Inglaterra não são de maneira nenhuma um conflito entre dois países, mas uma guerra privada entre um poderoso vassalo e seu suserano, em que cada um procura um meio legítimo de fazer respeitar o que acredita ser seu direito. E quando, em 1214, Filipe Augusto inicia no norte da França a gloriosa campanha que culminará na Batalha de Bouvines, não é tanto para enfrentar uma coalizão internacional (à frente da qual, no entanto, se encontra o imperador e rei da Alemanha, Óton IV de Brunswick) quanto para castigar um vassalo traidor, para devastar

o feudo de um homem que faltou a seus deveres de feudatário: o conde de Flandres Ferrand.

Esse aspecto jurídico da guerra não é evidentemente o único. Pois, se ela é um meio legal de sancionar seus direitos, é também (talvez deva-se acrescentar "e sobretudo") um meio eficaz de aumentar a fortuna e o poder. A guerra do século XII é sempre uma busca de despojos. Para os poderosos que a conduzem, isso representa mais uma necessidade que uma avidez vulgar: os bens saqueados servirão para pagar os mercenários, fortificar os castelos, recompensar os vassalos que colaboraram para a vitória e, ao fazê-lo, assegurar uma vez mais sua fidelidade para operações futuras. O que será tanto mais precioso, na medida em que estas últimas serão provavelmente defensivas, a vitória de um desencadeando sempre uma nova agressão por parte do outro. Para os cavaleiros que acompanharam seu senhor, o saque é a justa indenização de sua presença, pois, como veremos, essa ajuda militar imposta pelas instituições feudais custa não só tempo como também dinheiro, já que cada cavaleiro tem de se equipar por conta própria. E entre todos, aristocratas ou plebeus, vassalos ou mercenários, o espírito de lucro e rapina está presente; constitui inclusive a principal motivação para lançar-se ao combate, cada um sendo perfeitamente indiferente às lutas empreendidas em nome de interesses que não sejam os seus.

A guerra, portanto, consiste menos em vencer ou matar o inimigo do que em capturá-lo, despojá-lo, saqueá-lo. Consiste menos em ações de envergadura e batalhas decisivas do que em ataques repentinos, escaramuças, vandalismo, pilhagens e incêndios. Ela se arrasta no tempo, é entrecortada de tréguas efêmeras, ressurgue todo ano, do fim de março ao início de novembro, e, para resumir, nunca chega a uma solução¹.

Por esse motivo, os que querem atingir um objetivo político ou jurídico preciso mostram-se mais dispostos a recorrer à negociação, que se manifesta sob formas variadas: encontro entre dois beligerantes, numa fronteira, em território neutro ou por ocasião de uma peregrinação; envio de embaixadores, prelados ou leigos de alto escalão, que gozem de imunidade, acompanhados de uma comitiva numerosa e

que portem credenciais e presentes, cuja recepção é sempre solene; utilização de enviados mais secretos, geralmente clérigos, investidos de plenos poderes para negociar; recurso a arbitragens e mediações, seja de uma personagem poderosa (o papa, representado por um de seus legados; um grande senhor aparentado às duas partes em disputa, como foi o caso do conde de Flandres, Filipe da Alsácia, que pretendeu ser ao longo de todo o seu “reinado” — 1168 a 1191 — o grande mediador do Ocidente), seja de um colégio de árbitros designados após um compromisso. A conclusão de um tratado é algo comum, e as garantias com que se procura firmá-lo, numerosas: juramentos sobre as Escrituras ou sobre relíquias; nomeação de “reféns de garantia”, isto é, vassalos ou pessoas que serão feitos prisioneiros, se seu senhor não respeitar o compromisso assumido no tratado; ameaças de sanções religiosas (excomunhão) ou jurídicas (retirada da vassalagem ou confisco do feudo). A eficácia dessas medidas, no entanto, é duvidosa².

As guerras privadas, quer sejam feitas entre pequenos vassalos ou grandes feudatários, são sempre conflitos intermináveis que devastam os campos e degeneram em banditismo. A Igreja foi a primeira a intervir nesse flagelo. Além da convocação para as Cruzadas e o estabelecimento da cavalaria — duas instituições destinadas a canalizar para o serviço de Deus os impulsos guerreiros dos combatentes —, ela tomou, ao longo do século XI, diferentes medidas exemplares para restringir as conseqüências desastrosas dessas guerras. Na metade do século seguinte, tais medidas podem ser agrupadas em duas grandes regras: a *paz de Deus* e a *trégua de Deus*. A primeira destina-se a proteger os não-beligerantes (eclesiásticos, mulheres e crianças, agricultores, peregrinos, comerciantes) e certos bens de utilidade pública (igrejas, moinhos, colheitas, animais de lavoura), colocando-os sob a “paz de Deus”, para que não sejam atacados nem destruídos. A segunda proíbe as hostilidades em certos períodos do ano (Advento, Quaresma, Páscoa) ou da semana (de sexta-feira à noite a segunda-feira de manhã) que supõem uma vida religiosa mais intensa. Violar a paz ou a “trégua de Deus” é uma infração particularmente grave, que implica a excomunhão e a citação perante um “tribunal de paz” for-

mado de senhores e prelados. As sanções desse tribunal são extremamente severas.

Inicialmente respeitadas e eficazes, essas regras caíram um pouco em descrédito desde que a Igreja resolveu ampliá-las: especialmente no início do século XIII, quando tentou impor a trégua de Deus toda semana de quarta-feira à noite a segunda de manhã. A esse respeito há um fato muito significativo: a Batalha de Bouvines (27 de julho de 1214), envolvendo os príncipes mais poderosos do Ocidente, foi travada num domingo.

Foram os próprios poderes temporais, e particularmente os soberanos, que sucederam à Igreja com o propósito de limitar as guerras privadas. Filipe Augusto, por exemplo, foi o primeiro a proibi-las aos plebeus. Além disso, instituiu várias leis que foram gradativamente sendo imitadas, sob diversas variações, nos reinos vizinhos: a famosa “quarentena do rei” proíbe atacar os parentes de um adversário nos primeiros quarenta dias após a declaração das hostilidades (isso a fim de evitar as freqüentes agressões de surpresa); a “salvaguarda real” confere a um indivíduo, grupo ou estabelecimento a possibilidade de ser colocado sob a proteção especial do rei: atacá-lo significa atacar o próprio rei; por fim, o “asseguramento real” é uma garantia dada pelo soberano a um pacto de não-agressão firmado entre um senhor e uma comunidade de indivíduos³.

A partir dos anos 1220-1230, a guerra começa a ser refreada. As restrições impostas pelas estações (não se costuma combater no inverno), pelas circunstâncias atmosféricas (suspende-se a batalha quando começa a chover), pelas horas do dia (jamais se luta à noite) e àquelas determinadas pela Igreja (as antigas paz e trégua de Deus), somam-se agora as que emanam de um poder soberano cada vez mais influente.

Doravante, a atividade essencial do cavaleiro não é mais a guerra, mas o torneio.

O serviço militar feudal

A segunda metade do século XII é marcada por uma certa decadência das instituições militares. Aos princípios feudais muito rígidos se opõem aplicações práticas bem mais flexíveis, onde o papel do dinheiro torna-se a cada dia mais importante que o dos compromissos de vassalagem.

Em troca da terra que lhe foi outorgada em feudo, o vassalo deve ao senhor, entre outras obrigações, uma ajuda militar, que pode assumir três formas: a campanha, a incursão e a guarda. O serviço de campanha só pode ser exigido pelos senhores que ocupam o alto da pirâmide feudal — reis, duques ou condes. É uma expedição ofensiva a longa distância, que pode ser exigida apenas uma vez por ano e com duração limitada a quarenta dias; cada vassalo participa com um certo número de seus próprios vassalos (o número é proporcional à importância do feudo) e deve equipar-se por conta própria (armas, víveres, cavalos). Passado o quadragésimo dia, o senhor pode prolongar a campanha, mas deve então encarregar-se das despesas de equipamento e abastecimento e pagar uma indenização aos que aceitaram a prorrogação. O serviço de incursão tem o tempo (em geral, uma semana) e o espaço (o equivalente a um dia de marcha) mais limitados. É o que se exige mais amiúde, pois serve sobretudo à guerra entre vizinhos: expedições levadas a cabo contra as terras do adversário ou ataques de surpresa contra seu castelo. Pode ser reclamado pelo senhor a qualquer momento. O serviço de guarda, enfim, fornece chefes para a guarnição militar da fortaleza senhorial; como possui apenas uma função defensiva, compete sobretudo aos vassalos mais idosos, inválidos ou momentaneamente incapacitados de participar da guerra.

Tudo isso concerne apenas aos homens que possuem terra. O serviço militar devido pelos plebeus é mais difícil de definir, pois varia de região para região. No norte da França, os vilões devem apenas participar do plano defensivo: guarda do castelo e colaboração na defesa do senhorio em caso de invasão. Frequentemente, aliás, são dispensados da primeira tarefa, com o pagamento da uma taxa que

permite manter em seu lugar uma guarnição profissional; na segunda, desempenham apenas uma função de apoio (como sentinelas, abrindo valas, providenciando munições). Contudo, em seu próprio domínio, o rei da França exige ocasionalmente um serviço plebeu: cada entidade administrativa (prebostado, comuna, abadia real) deve fornecer um contingente de infantaria proporcional ao número de feudos que abriga. Todos os habitantes se cotizam para equipar os voluntários ou aqueles que são designados para esse serviço.

Finalmente, ao lado dessas formas normais de ajuda militar, o rei e alguns grandes senhores podem, em casos de extremo perigo, convocar todos os súditos, vassalos ou vilões, para uma assistência sem limite de tempo: é o *arrière-ban* (convocação da nobreza para a guerra), reminiscência do antigo serviço público devido por todos os homens livres ao soberano carolíngio. No século XII, o *arrière-ban* foi convocado uma única vez na França, pelo rei Luís VI, quando o imperador Henrique V fez uma tentativa frustrada de invadir a Champagne em agosto de 1124⁴.

Mas essa organização funciona apenas no papel. Na prática, o serviço militar feudal revela-se medíocre. Há subterfúgios em todos os níveis. Por ocasião das incursões, os pequenos vassalos relutam em se afastar de suas terras e freqüentemente se recusam a servir além dos limites do senhorio. Os grandes senhores, por outro lado, participam contrariados das campanhas de seu suserano. Na Inglaterra, muitos inclusive não aceitam seguir o rei em expedições conduzidas no continente europeu. Na França, tanto Luís VII como Filipe Augusto só podiam contar com a ajuda de alguns de seus vassalos; e mesmo esse auxílio só era obtido após longos entendimentos, em que se alternavam promessas e ameaças. De uma maneira geral, apenas participam da campanha aqueles que se encontram mais próximos do campo de operações.

A essas carências somam-se as demoras, a indisciplina, o desleixo na hora dos combates e a mediocridade dos efetivos. Cada feudatário, com efeito, não traz consigo senão um pequeno número de seus próprios vassalos, pois ele teve também laboriosamente que negociar, prometer e ameaçar para convencê-los a acompanhá-lo. E a mesma deficiência ve-

rifica-se — ao menos na França — em todos os escalões da pirâmide feudal. No início do século XIII, por exemplo, Filipe Augusto dispõe de um exército não superior a três mil homens, dos quais dois mil infantes fornecidos pelo domínio real, trezentos mercenários brabanções e duzentos besteiros. Mesmo em tempos de guerra, raramente ele consegue reunir para suas campanhas mais de trezentos e cinquenta ou quatrocentos cavaleiros. Um documento intitulado *Milites regni Francie* (“Os cavaleiros do reino da França”) informa que mesmo em 1216, portanto dois anos após a grande vitória de Bouvines, o exército do reino conta com apenas quatrocentos e trinta e seis cavaleiros, todos oriundos do norte da França. Mostra também que o duque de Bretanha, Pierre I Mauclerc, é acompanhado por apenas trinta e seis cavaleiros, quando podia contar com um efetivo dez vezes superior a esse número para seu próprio serviço de campanha; que o condado de Flandres só dispõe de quarenta e seis, e o ducado da Normandia, o mais poderoso de toda a cristandade, não mais que sessenta⁵.

Os mercenários

Essa carência de ajuda militar da vassalagem tem como consequência o aparecimento de verdadeiros *soldados* (que recebem soldo, pagamento). Pouco a pouco o dinheiro torna-se, de fato, o “motor” da guerra. Já havia muito tempo admitia-se que os vassalos menores, idosos, doentes ou ausentes (em peregrinação, por exemplo) podiam pagar uma taxa para obter a dispensa. Essa prática se amplia gradativamente. Na Inglaterra, desde a metade do século XII, qualquer vassalo pode ser dispensado do serviço de campanha; a tendência, inclusive, é cobrar um imposto a todos os homens livres para subvencionar o exército real. Na França, Filipe Augusto institui um pouco mais tarde os feudos “em dinheiro”: os beneficiários não recebem terras, mas uma renda em troca da qual devem ao rei uma ajuda militar, geralmente para servir como arqueiros ou besteiros. Essas

práticas permitem aos dois soberanos recompensar melhor os que aceitam combater a seu lado, formar verdadeiros profissionais da guerra e lançar assim as bases de um exército permanente.

Embora possamos citar cavaleiros que às vezes venderam seus serviços à melhor oferta, os mercenários são recrutados essencialmente entre os não-nobres, e geralmente nas regiões pobres ou densamente povoadas da Europa ocidental (País de Gales, Brabante, Flandres, Aragão, Navarra). Costuma-se designá-los por sua terra de origem (aragoneses, brabanções) ou por termos mais genéricos como "andantes" ou "armados". Ainda raros no início do século XII, são inicialmente utilizados pelos reis da Inglaterra, mas começam a proliferar a partir dos anos 1160-1170, tornando-se então um flagelo para todo o Ocidente: não apenas subvertem a arte da guerra pela utilização de armas novas, que matam em vez de capturar (facas, arpões, bestas), mas sobretudo organizam-se em bandos temíveis, quase invencíveis, chefiados por homens que acabam agindo por conta própria e com os quais é preciso constantemente negociar. Na verdade, parecem ser ainda mais perigosos em tempos de paz do que em épocas de guerra, pois permanecem no país à espera das hostilidades, cometendo crimes e sacrilégios de toda espécie. Verdadeiras cruzadas se organizam periodicamente contra esses bandos; mas, apesar dos severos castigos infligidos aos que são capturados (em 1182, Ricardo Coração de Leão manda degolar a metade de um bando de mercenários brabanções aprisionados, e liberta os outros depois de ter-lhes vazado os olhos), a Europa ocidental terá que conviver com esses delinquentes pelo menos até a metade do século XV⁶.

O equipamento dos combatentes

O equipamento dos combatentes é relativamente bem conhecido. Embora poucos vestígios tenham sobrevivido — dada a escassez de matéria-prima, especialmente o ferro, as

armas velhas ou deterioradas eram fundidas para a fabricação de novas —, os testemunhos iconográficos (iluminuras e sobretudo sinetes) e as descrições literárias (canções de gesta e romances de cavalaria) são extremamente abundantes. O que surpreende, antes de tudo, é a grande diversidade de armas e vestimentas, tanto entre os cavalarianos quanto entre os que lutam a pé. Alguns ainda se vestem como os guerreiros representados na célebre tapeçaria da rainha Matilde conservada em Bayeux; outros já aparecem equipados como São Luís e seus companheiros. A razão principal dessa disparidade é o fato de cada combatente se armar às próprias custas. Ora, o equipamento custa caro, muito caro; raros são aqueles que possuem um completo. Já observamos que alguns candidatos à cavalaria eram obrigados a adiar a data de sua ordenação, pois sua fortuna, ou a dos pais, não lhes permitia a aquisição de um equipamento adequado. O de um cavaleiro deveria compreender, pelo menos: a cota de malha, o elmo, o escudo, a espada e a lança; o de um escudeiro a cavalo: a jaqueta reforçada, o capacete de ferro, a espada ou o venábulo, o arco ou a besta; o de um infante: a cota de couro, uma cobertura de ferro ou couro curtido para a cabeça, o arco ou a besta, além de outras armas de ataque, como atiradeiras, clavas, porretes, facas e ganchos de vários tipos.

Examinemos detalhadamente alguns desses diferentes elementos.

A cota de malha é, para o cavaleiro, a peça principal do equipamento defensivo. Consiste numa espécie de túnica metálica, feita de pequenos anéis de ferro ou aço, que é enfiada como uma camisa e que adere ao corpo por um cinturão; desce até os joelhos e é aberta na frente e atrás para facilitar a subida no cavalo, tendo na parte superior um capuz que envolve o pescoço, a nuca e o queixo. As mangas, que inicialmente iam só até um pouco abaixo do cotovelo, prolongam-se gradativamente com o decorrer do tempo, e por volta de 1200 acabam por cobrir toda a mão numa peça única. A cota de malha deriva de uma vestimenta semelhante usada pelos guerreiros dos séculos X e XI, de couro ou de tecido grosso, que aos poucos foi sendo coberta por anéis de metal. Essa cota de malha nasceu quando

se teve a idéia de entrelaçar os anéis de ferro para formar um tecido que dispensava o suporte de couro ou de pano. No final do século XII, uma boa cota de malha é formada por cerca de trinta mil anéis e pesa de dez a doze quilos. O peso aumenta ainda mais no começo do século seguinte, quando certas partes — ou mesmo o conjunto — passam a ser tecidas em malhas duplas ou triplas, juntamente com o reforço nos ombros, cotovelos, joelhos de placas de ferro ou latão diretamente costuradas sobre os anéis. Resulta então uma maior solidez em detrimento da flexibilidade. As malhas são envernizadas de diferentes cores, sendo a mais freqüente o verde; alguns grandes senhores mandam inclusive dourá-las ou prateá-las, e enfeitam a extremidade das mangas e a parte inferior da túnica com ornamentos. Chrétien de Troyes chega ao ponto de dotar seu herói, Erec, de uma cota toda de prata, feita de pequenas malhas triplas, que não enferruja e parece mais leve e confortável que um manto de seda⁷.

Semelhante vestimenta evidentemente jamais existiu. O preço de uma cota de malha comum já é tão elevado que só um pequeno número de cavaleiros tem condições de adquiri-la. Os demais se contentam com uma simples jaqueta (*haubergeon*), uma cota de malha de menor tamanho e de mangas curtas, às vezes reduzida a um vulgar peitilho de camisa. Para proteger os pés e as pernas, o cavaleiro os cobre de meias feitas igualmente com um tecido metálico. É por elas que começa a longa operação de vestir a roupa de guerra. São presas por um laço atado no alto da coxa.

Sob a cota de malha, o cavaleiro porta não apenas as roupas “civis” (calções, camisa, túnica, de que falamos no capítulo anterior), mas às vezes também um *gambison*, espécie de jaqueta de pele ou tecido, acolchoada de fibras ou estopa e semelhante a um edredom. Destina-se a amortecer os golpes e o atrito, e por esse motivo envolve freqüentemente os braços e as coxas. Em vez da cota de malha, os escudeiros a cavalo portam como armadura essa mesma jaqueta reforçada de placas de couro ou ferro.

Ao final do século XII, aparece a cota de armas, ampla túnica de linho ou de seda que o cavaleiro põe por cima da cota de malha para protegê-la do sol ou da chuva. Inicial-

mente lisa ou decorada de cores extravagantes, essa cota passa a ser coberta de brasões nos primeiros anos do século XIII.

As duas outras peças essenciais do armamento defensivo são o elmo e o escudo. O elmo sofre uma importante transformação ao longo do período que nos interessa. Por volta de meados do século XII, é ainda um simples capacete de aço, formado de uma calota, hemisférica ou cônica, reforçado na base por um aro espesso de onde pende o nasal, barra de ferro retangular destinada a proteger o nariz. Pouco a pouco a parte posterior desse capacete prolonga-se até a nuca, enquanto o nasal se alarga de modo a cobrir as bochechas. Entre os anos 1210 e 1220, esse conjunto torna-se inteiramente cilíndrico, graças ao acréscimo de placas laterais que cobrem as orelhas e as têmporas. É o elmo clássico do século XIII, cujas únicas aberturas são as viseiras e alguns orifícios de ventilação. Pesado e incômodo, serve apenas para o combate; aliás, os cavaleiros preferem usar o *chapel*, pequeno bacinete de ferro que cobre apenas o alto do crânio.

Embora seja acolchoado internamente, não se põe o elmo diretamente sobre a cabeça, mas sobre o capuz da cota de malha, ao qual se prende por uma série de laçadas em couro. Freqüentemente, também, uma espécie de carapuça de pano ou de lã, chamada "capa", é colocada entre ambos para amortecer os choques. Os elmos são às vezes pintados; aqui também o verde parece ser a cor preferida. Certas partes — o alto da calota, o aro em volta da base, o nasal — podem ser mais ou menos ricamente lavradas e engastadas com pedras coloridas, que nos romances de cavalaria se tornam magníficas pedras preciosas ou brilhantes rubis que permitem sua visualização à noite.

O escudo tem a forma de uma grande amêndoa, que se curva ao longo de seu eixo vertical e termina numa ponta, que possibilita fixá-lo no chão e servir como abrigo. As dimensões são de fato consideráveis: cerca de um metro e meio de altura, e largura compreendida entre cinquenta e setenta centímetros; cobre inteiramente o combatente, do queixo aos dedos do pé, e serve de maca após a batalha. É formado por um conjunto de pranchas sustentadas por uma

dupla armação metálica, que faz o contorno do escudo e se une no centro por uma espécie de estrela de oito pontas. A parte interna é acolchoada, a externa coberta de pele, tecido ou couro presos por pregos. Na parte mais abaulada, a curva se prolonga numa alça de metal mais ou menos saliente, a *boucle* (de onde provém o nome *bouclier*, que, como *écu*, também significa "escudo" em francês), finalmente lavrada e às vezes engastada com vidrilhos ou pedras finas. Quando não se encontra em combate, o cavaleiro pode colocar o escudo a tiracolo ou suspendê-lo por uma correia passada em volta do pescoço, a *guiche*. No campo de batalha, passa a mão que segura as rédeas do cavalo nas *énarmes*, correia mais curta, em forma de cruz ou de X, que mantém o escudo preso pelo antebraço ou pelo punho. Manejar o escudo é uma arte difícil, que requer, segundo nos relatam os textos, uma longa aprendizagem.

Quando a superfície externa do escudo é de couro ou de tecido, costuma ser pintada e decorada com figuras florais, animais ou geométricas, que — como vimos — transformam-se pouco a pouco em verdadeiros emblemas heráldicos. À medida que a cota de malha é reforçada por placas metálicas (especialmente as aletas que protegem os ombros), diminui a função protetora do escudo, que se converte então em portador dos brasões. No primeiro quarto do século XIII, ele se torna, com isso, menor, adquire a forma de um triângulo isósceles, e perde a alça (*boucle*).

O escudo em forma de amêndoa não é o único. O antigo escudo redondo dos cavaleiros carolíngios não desapareceu completamente no século XII. Mas, se os cavaleiros ainda fazem uso dele, parece antes reservado aos escudeiros a cavalo e a alguns infantes.

Vejamos agora o equipamento de ataque dos combatentes.

A espada é a arma do cavaleiro por excelência. É constituída de três partes: a lâmina (*alemele*), o punho (*beudeüre*) e o botão do punho (*pons*). O tamanho e a forma variam bastante; mas a mais comum é a espada "normanda", de um metro de comprimento e cerca de dois quilos de peso. A lâmina é larga (de sete a nove centímetros), feita de um aço pesado amenizado por um ou dois sulcos de cada lado,

e às vezes damasquinada. Os gumes são duros e acerados. Utiliza-se mais como arma de corte do que como arma de estocada, e não tanto para matar o adversário quanto para espancá-lo. A ponta é usada apenas para furar os escudos ou rasgar a cota de malha. O punho é a parte da espada mais ricamente decorada; estreita e comprida — pois costuma-se segurá-la com as duas mãos —, é protegida pelos dois guarda-mãos, retos ou curvados no sentido da lâmina. O botão do punho tem a forma de um disco de seis a dez centímetros de diâmetro. Às vezes, de metal precioso, pode servir (ao menos nas canções de gesta) de relicário. Durendal, a espada de Rolando, possui um botão de ouro que guarda

“... muitas relíquias:

um dente de São Pedro e sangue de São Basílio,
cabelos do monsenhor São Denis
e um pedaço das vestes de Santa Maria. . .”⁸

Freqüentemente a espada é objeto de toda uma liturgia. Considera-se a mais nobre das armas, o símbolo da justiça e da autoridade. Todo cavaleiro procura conservar a sua pelo maior tempo possível, antes de transmiti-la ao filho ou ao afilhado em cavalaria. As espadas dos heróis dos romances têm cada qual um nome: a do rei Artur chama-se “Excalibur”; a de Carlos Magno, “Feliz”; a de Oliver, “Altalaca”; a de Ogier, o Dinamarquês, “Baixote”.

A bainha prende-se por uma correia a tiracolo do lado esquerdo do cinturão; é de madeira revestida de pele ou tecido mais ou menos precioso. Quando o cavaleiro se arma de duas espadas, uma para o combate a cavalo, outra para o combate a pé, esta última é desprovida de bainha. Mais longa e pesada, ela é carregada pelo escudeiro. Também é mais afilada: como o combate a pé é extremamente perigoso, procura-se ferir o adversário o mais rápido possível, atingindo-o com a segunda espada através da viseira ou na dobra da virilha, entre a cota de malha e as meias metálicas.

A lança é uma arma de estocada. Seu comprimento (cerca de três metros) e peso (de dois a cinco quilos) impede que seja utilizada como um dardo. A haste é pintada e feita de uma madeira rígida capaz de resistir aos choques:

geralmente o freixo, às vezes carpino, macieira ou abeto. A parte inferior termina numa ponta metálica que permite plantar a arma no chão (o que, em combate, significa a intenção de parlamentar). Na outra extremidade, a madeira se encaixa num ferro de lança, curto, acircular, em forma de cone, losango ou folha. A "empunhadura" da lança é entalhada e às vezes coberta de uma pele; nesse caso é designado pelo nome de *quamois* (camurça). Cavalgando pela estrada, a lança é levada verticalmente; em combate, é colocada tanto na posição horizontal (sobre o ombro ou sob a axila, à altura da cabeça ou dos quadris) quanto na oblíqua; neste último caso, a haste é calçada por uma almofada de feltro colocada diante da sela. O essencial é resistir ao choque, e utilizar o impulso da arremetida para derrubar o adversário, transpassar o escudo e rasgar a cota de malha.

No alto da haste, um pouco abaixo da ponta de ferro, fixam-se com pregos várias tiras, que servem como insígnia. Na primeira metade do século XII, é o pendão, pequeno estandarte retangular que termina em várias pontas. Por volta de 1150, é substituído pela *bannière*, bandeira igualmente retangular, mas cujo eixo maior é paralelo ao da lança. Ela é reservada aos chefes guerreiros que participam de uma campanha ao lado de vários pequenos vassalos, então chamados de "cavaleiros embandeirados". Essa bandeira é brasonada e funciona como um toque de reunir em meio à batalha. Os cavaleiros que não passam de simples combatentes não hasteiam uma bandeira, mas um modesto pendão, estreita peça triangular feita de um pano bicromado com as cores do senhorio⁹.

O equipamento de ataque dos escudeiros e infantes é bem mais variado que o dos cavaleiros. Entre as armas de mão, podemos citar o machado, sendo o mais comum chamado de "dinamarquês" (comprimento do cabo, um metro; superfície da parte cortante, trinta por quinze centímetros); a *corgiée*, chicote sem cabo formado por um conjunto de tiras de couro; a *masse d'armes*, espécie de maça com a extremidade de pontas aguçadas; a faca, particularmente temível no combate corpo a corpo; e os múltiplos e grosseiros cassetetes de que se armam os camponeses e vilões mais pobres. A lança é substituída por chuços ou varas rudimen-

tares, feitos de uma longa haste de madeira com uma ponta de ferro, larga, às vezes dupla ou tripla, usada para atacar os cavalos ou prostrar os cavaleiros.

Entre as armas de arremesso, é preciso mencionar a atiradeira e, sobretudo, o arco e a besta. O arco é de madeira (geralmente freixo ou teixo), mais raramente de metal ou osso; sua dimensão varia entre um e dois metros, mas os mais curtos parecem ter sido os mais famosos. Ele dispara uma flecha de cerca de noventa centímetros a uma distância que pode ultrapassar duzentos metros; como a lança, essa flecha pode ser ornada de um pendão. O uso da besta, embora bastante antigo no Ocidente, impôs-se verdadeiramente apenas na segunda metade do século XII. Considerada pérfida, extremamente mortífera, indigna de um cristão, por muito tempo foi proibida pela Igreja. Ainda em 1139, o Concílio de Latrão a reserva apenas para a guerra contra os infiéis. Mas os combatentes ocidentais ignoram essa proibição, e desde o reinado de Henrique II o exército inglês conta com um corpo permanente de besteiros. Logo em seguida, Ricardo Coração de Leão os multiplica (o destino quis que ele próprio viesse a ser mortalmente ferido por uma seta de besta); é imitado na França por Filipe Augusto, que cria inclusive uma companhia de besteiros montados.

A besta do século XII é feita de um pequeno arco rígido, fixo a um suporte de madeira (*arbrier*), disposto perpendicularmente a ele, que dispara uma seta mais curta e grossa que a flecha de um arco. Como este último, está munida às vezes de um estribo, que serve de apoio ao pé para facilitar o trabalho de puxar a corda. Esta é distendida com as duas mãos e se encaixa numa reentrância, onde permanece presa até o momento do disparo. A vantagem da besta consiste em não cansar o braço que mantém a corda estendida, o que proporciona maior facilidade para se fazer a pontaria. Contudo, sua força e alcance são menores que os do arco; e, além disso, seu manejo é bem mais complexo: enquanto um besteiro dispara duas setas, um arqueiro arremessa dez, doze ou quinze flechas¹⁰.

Os cavalos

O cavalo ocupa evidentemente uma posição de destaque nas atividades bélicas do cavaleiro. As canções de gesta, ao contrário da literatura cortês, apresentam-no como o mais fiel companheiro do herói e dão-lhe um nome personalizado: Tencedor é o cavalo de Carlos Magno, Vieillantif, o de Rolando; Tachebrun, o de Ganelon; o cavalo de Guilherme de Orange se chama Baucent; o de Renaut de Montauban, Bayard, e o de Ogier, o Dinamarquês, Broiefort — um animal capaz de chorar de alegria ao rever o dono após uma separação de sete anos¹¹.

Casuístas minuciosos, os escritores designam de maneira diferente os cavalos de acordo com a função a que se destinam: o *palafrejm* é o cavalo da aristocracia; é montado ordinariamente pelas senhoras e os prelados, e pelos senhores durante as cerimônias. O *corcel* é o cavalo de batalha; o cavaleiro só o monta momentos antes do início do combate; na estrada, é conduzido por um escudeiro, enquanto o próprio cavaleiro segue montado sobre um *rocim* *, um cavalo de tração habitualmente empregado nos trabalhos do campo e na atrelagem. A *azêmola*, por fim, é uma besta de carga que leva as bagagens e o equipamento de viagem.

Na prática, essas sutis distinções não parecem ter existido. O estudo iconográfico dos sinetes eqüestres, por exemplo, revela uma grande disparidade das montarias de combate ao longo dos séculos XII e XIII. Todavia, parece certo que um cavaleiro bem equipado deveria possuir, pelo menos: um cavalo de estrada, para viagens; um cavalo de carga, para o transporte de armas e seus petrechos, e um ou dois cavalos especialmente reservados ao combate. Curiosamente, as éguas parecem ter sido julgadas incapazes para esta última função.

Poetas e romancistas descrevem igualmente com muitos detalhes o pêlo dos cavalos. Os mais apreciados são os inteiramente brancos ou pretos; em seguida, vêm os bau-

* Nome que deu origem a Rocinante, o cavalo de dom Quixote. (N. do T.)

cents, isto é, de uma cor qualquer, mas com manchas brancas; seguem-se os *liards*, *vairs* ou *ferrands*, todos de diferentes tonalidades entre o preto e o branco. Já os baios de pelagem *bure* (escura) e os alazões (cor de canela) são um tanto desdenhados.

Os arreios se modificam sensivelmente na segunda metade do século XII. Os arções da sela aumentam de tamanho, especialmente o traseiro, a patilha do selim, que tende a formar um pequeno encosto. Esta sela, sempre ricamente trabalhada, de acordo com os textos literários, é colocada sobre um tapete retangular ocasionalmente enfeitado com motivos heráldicos, a *cobertura*. No final do século XII, ela se transforma numa verdadeira gualdrapa que recobre, como proteção, o pescoço, o corpo e as patas do animal. Rivalizando com a cota de armas do cavaleiro, é ela que doravante passa a ostentar os brasões, que enfeitam também o *penacho*, estreita peça de couro ou de metal que protege a cabeça. Os estribos em semicírculo, como os que podem ser vistos na tapeçaria de Bayeux, são substituídos por estribos nitidamente triangulares. Eles pendem na ponta dos *loros*, grossas correias de couro que passam sob a gualdrapa ou a cobertura, na parte mais anterior dos flancos do cavalo. Daí a necessidade de longas esporas, formadas de uma haste metálica que termina numa ponta cônica. As primeiras esporas de roseta móvel, menos dolorosas para o animal, aparecem no início do século XIII, mas levarão um certo tempo para se impor¹².

Ao contrário do que se afirma com muita freqüência, o uso de esporas jamais esteve reservado apenas à classe dos cavaleiros, embora seja de certa forma um símbolo dela. Depois da espada, as esporas são a segunda arma entregue ao jovem guerreiro no dia de sua sagração; e é também a última a ser-lhe retirada quando, por motivo de uma falta grave (geralmente, traição), perde a qualidade de cavaleiro: são então seccionadas por um golpe de machado e depois pisoteadas no chão.

A guerra de cerco

As guerras do século XII são batalhas insidiosas, cujas principais — e muitas vezes únicas — operações consistem no devastamento das terras do vizinho e no lançamento de alguns ataques repentinos contra seu castelo. Os grandes cercos, assim como as grandes batalhas, são raros. Mas ainda que sejam breves, as atividades poliorcéticas fazem parte das técnicas de combate e representam, em todos os níveis das disputas feudais, uma parte importante da vida cotidiana dos exércitos.

Um cerco é um empreendimento previsto para durar muito tempo, no mínimo algumas semanas, podendo chegar a vários anos. O famoso Château-Gaillard resistiu durante oito meses (setembro de 1203 a abril de 1204) às tropas de Filipe Augusto; e a cidade de Acre não se rendeu aos cruzados senão após um cerco de quase dois anos (outubro de 1189 a julho de 1191). Daí o número e a variedade de edificações levantadas pelos sitiantes em redor da fortaleza: instalação de tendas, abrigos, barracões de madeira para abrigar os homens, os víveres, os animais e o material; trabalhos de terraplanagem, fossos, paliçadas para cercar o lugar e impedir a chegada de eventuais socorros; construção de escadas, torres, galerias sobre rodas para se aproximar das muralhas.

Estas não devem apenas resistir aos homens, mas também a um verdadeiro bombardeio de artilharia. Graças à experiência dos cruzados, há com efeito um aperfeiçoamento dos engenhos de guerra, inspirado nos equipamentos árabes e bizantinos. Apesar de sua diversidade, pode-se agrupá-los em duas categorias: engenhos à mola e engenhos a pêndulo. Os primeiros são enormes catapultas, cujas dimensões e complexidade impediam sua construção no local; era preciso trazê-las de longe. O tipo mais comum se assemelha a uma besta gigantesca capaz de arremessar dardos, balas de ferro e lanças incendiárias. Os segundos são máquinas de arremesso mais sumárias, semelhantes às da Antiguidade. Montadas no local por carpinteiros, sob a direção de um *engingnieur*, podem lançar enormes pedras, material incendiário, produtos asfixiantes (enxofre inflamado, por

exemplo), às vezes até corpos em decomposição para propagar uma epidemia na fortaleza. O mais usado é o *trabuco*, espécie de atiradeira gigante capaz de disparar uma bala de vinte a trinta quilos a uma distância superior a duzentos metros.

Esses bombardeios não se destinam tanto a derrubar as muralhas ou mesmo atingir os sitiados, mas principalmente a proteger o trabalho realizado na base da fortificação. O que importa não é visar um alvo preciso, mas concentrar o ataque num mesmo lado da fortaleza para neutralizar o adversário nesse local. Enquanto isso, um grupo de cavoucadores abre fossos, e outro, protegido pelo teto de uma galeria sobre rodas, avança até o pé das muralhas para tentar arrancar as pedras. Às vezes, empreende-se um avanço até uma galeria subterrânea, a fim de abrir enormes cavidades nas fundações da fortaleza e ali atear fogo. Mais do que os engenhos de guerra, é esse trabalho de sapa que produz na muralha os abalos e as brechas que permitem a penetração dos atacantes. A menos que estes penetrem diretamente pelos portões, que cederam aos golpes do *ariete*, enorme viga de madeira rígida (às vezes, com uma extremidade metálica) de seis a dez metros de comprimento, suspensa por cabos à maneira de um andaime e acionada num movimento de pêndulo por uma dezena de homens. A conquista das muralhas através de escadas e o combate corpo-a-corpo que se segue, embora freqüentemente representados nas iluminuras, parecem ter sido bastante raros na realidade.

Isso porque os sitiados dispõem de meios eficazes para repelir os assaltos inimigos. Não apenas instrumentos e líquidos em ebulição usados contra os que escalam os muros através de escadas, não apenas torres de madeira que se deslocam rapidamente e de onde seus arqueiros e besteiros podem dominar os atacantes, mas sobretudo engenhocas e catapultas exatamente iguais às empregadas pelos invasores. Para os sitiados, com efeito, o essencial é destruir rapidamente, por meio de seus próprios engenhos, as máquinas de guerra adversárias. Os "bombardeios" ocorrem assim nos dois sentidos, como nos futuros combates de artilharia. Durante o cerco de Toulouse (1218), o célebre Simão IV de Montfort, um dos chefes da cruzada contra os albigenses,

foi vítima de uma bala lançada por um trabuco da cidade, quando se encontrava a mais de duzentos metros das muralhas¹³.

Apesar de seu aspecto impressionante, a eficácia desses engenhos é bastante rudimentar. O carregamento é extremamente lento. Um trabuco, por exemplo, não pode lançar uma bala senão a cada duas ou três horas. De mais a mais, nos cercos ordinários é raro que se utilizem vários desses engenhos ao mesmo tempo. Enfim, o ímpeto dos atacantes nem sempre é uma tradução fiel dos romances de cavalaria. A paciência parece ter sido uma arma mais eficaz que a combatividade, pois sabemos que, no século XII, a queda de uma fortaleza se deve na maioria das vezes ao cansaço, à fome, à epidemia ou à traição.

A batalha

Até o século XIV, a guerra e a batalha são dois fatos militares fundamentalmente diferentes. Num livro recente, M. G. Ruby mostrou magnificamente como a primeira termina no momento em que a segunda começa¹⁴: a batalha é um “procedimento de paz”, um verdadeiro “ordálio”. Provocá-la ou aceitá-la é querer pôr termo definitivo a um conflito que se prolonga e se deteriora; é correr o risco de perder em alguns instantes os magros benefícios de vários meses ou mesmo anos de luta; é submeter-se, enfim, ao juízo de Deus sem poder contestar a sentença que será proferida. Nesse sentido, a batalha pertence ao sagrado, e seus ritos têm algo de litúrgico: escolha de um lugar específico, vasto e plano (a “planície campestre”); longa preparação solene (discurso dos chefes, cerimônia penitencial e eucaristia); lancinantes exortações feitas pelos clérigos de ambas as facções durante o combate; finalmente, derrota sempre total de um dos adversários, para deixar bem claros os plenos direitos do vencedor. Pois a vitória torna tudo legítimo — o que precedeu a batalha e o que irá sucedê-la.

Durante o período que nos interessa, as grandes bata-

lhas entre cristãos são raras, muito raras. Para falar a verdade, pode-se dizer que houve apenas uma: a de Bouvines, no domingo, 27 de julho de 1214. Há um fato significativo a esse respeito: é a primeira batalha importante travada pelo rei da França após quase um século, quando do desastre de Brémule, em 1119, que viu Luís IV ser totalmente batido pelo rei da Inglaterra, Henrique I Beauclerc. O mesmo fenômeno se observa nos romances de cavalaria. Aos grandes combates coletivos, os autores, e especialmente Chrétien de Troyes, preferem os duelos, os torneios, os embates de pequenas tropas. Será preciso aguardar um romance escrito em 1230, *La mort le roi Artu*, para assistir em detalhe a um combate de grande envergadura: a Batalha de Salisbury. É verdade que a espera é recompensada, pois trata-se de uma batalha de titãs, "a maior que já houve", que pôs fim às aventuras de Artur e seus cavaleiros, aniquilando o reino da Távola Redonda.

Mas isso é literatura. Vejamos como se desenrola uma batalha de verdade.

A tática é relativamente simples. No momento do confronto, cada exército alinha-se grosseiramente em três filas. Na primeira, agachados, os soldados da infantaria armados de lanças e chuços; na segunda, de pé, os arqueiros e besteiros; na última, os combatentes a cavalo, com o centro ocupado pelos cavaleiros, com o equipamento mais pesado, e os flancos, pelos escudeiros, com armas mais leves. Cabe a esses combatentes montados, e somente a eles, o papel ofensivo. Alinhados em fila única, devem fustigar o inimigo em assaltos sucessivos, avançando pelos flancos de sua própria infantaria, atrás da qual voltam a se abrigar sempre que um ataque não tenha sido decisivo. Arqueiros e lanceiros permanecem fixos; têm uma missão apenas defensiva: conter o ímpeto da cavalaria adversária e proteger a sua. Seu único movimento é fechar os flancos (às vezes, até formar um círculo completo) quando a cavalaria se vê ameaçada de vários lados.

Rapidamente, após dois ou três assaltos de parte a parte, a confusão torna-se generalizada e degenera numa série de combates individuais, ou talvez de pequenos grupos, cada vassalo e cada escudeiro procurando não se afastar da ban-

deira de seu senhor e de combater a seu lado. O que nem sempre é fácil. Desde os primeiros confrontos, os signos de reconhecimento visuais (estandartes, escudos e cotas de armas brasonadas) perdem-se de vista. Os enganos tornam-se frequentes. É preciso recorrer a gritos de guerra, que aliás servem tanto para assustar o inimigo e excitar os ânimos das tropas quanto para unir e reencontrar os seus no meio da confusão. Quando não são invocações políticas ou religiosas — como o famoso *Diex aie* ("Deus nos valha") dos cruzados —, esses gritos de guerra são simples nomes de feudo, acompanhados ou não de um aposto. Assim, os homens do condado de Hainaut gritam orgulhosamente "Hainaut, o Nobre", enquanto os chefes de guerra flamengos, em alusão aos brasões de seu condado, berram: "Flandres do leão".

Mesmo quando a confusão é total, cada cavaleiro procura enfrentar apenas um cavaleiro adversário; isso nem tanto em virtude de certas regras de uma honra de cavalaria, que não é muito respeitada, mas por um propósito baixamente lucrativo: o que importa é fazer prisioneiros, exigir resgate e terminar o combate o mais rico possível. Não se costuma matar; captura-se para depois negociar. No auge da refrega processam-se assim negociações de todo tipo; pois os prisioneiros são libertados desde que prometam pagar um resgate; e eles retomam em seguida as armas para tentar fazer, por seu turno, um prisioneiro cujo resgate compensará o seu. Por outro lado, hostilidades muito intensas abalam os juramentos de assistência e lealdade mais sólidos. Assim que o combate se torna um pouco áspero, assim que a fortuna se mostra um tanto vacilante, cada senhor deve renegociar a fidelidade dos que o acompanham. O dinheiro, também aqui, é o catalisador da batalha. A realidade da guerra não conhece as façanhas generosas de Gawain, de Lancelot e seus companheiros. A coragem certamente existe (a cota de malha, de resto, protege contra a maior parte dos golpes), mas a temeridade é uma virtude ainda desconhecida. Cada um procura sair ileso, física e pecuniariamente, da batalha, esquivando-se das setas das bestas (as únicas fatais), evitando ser desmontado por infantas, cuja função, no meio da refrega, é derrubar os cavalos e os cavaleiros. Os próprios

cronistas falam de cavaleiros “muito prudentes” (deve-se ler “timoratos”), protegendo-se uns atrás dos outros.

Nessas batalhas organizadas, a principal vítima, portanto, é a infantaria, ferida pelos cavaleiros, pisoteada pelos cavalos, liquidada no momento da derrota. De fato, ninguém pede resgate pelos arqueiros e lanceiros capturados: eles são simplesmente degolados e saqueados. Entre os cavaleiros, ao contrário, mesmo que os ferimentos sejam numerosos, as mortes são raras. Em Bouvines teria ocorrido apenas uma, a julgar pelo que nos relata uma crônica. Em todo caso, segundo estimativas mais confiáveis, menos de dois por cento dos que participaram da luta. É verdade que a batalha durou apenas duas horas e os efetivos não eram muito numerosos: estudos recentes admitem que o exército de Filipe Augusto contava com mil e trezentos cavaleiros, mil e duzentos escudeiros a cavalo e cerca de cinco mil soldados de infantaria, enquanto a coalizão anglo-imperial de Óton de Brunswick reunia um número mais ou menos idêntico de combatentes a cavalo e mil a dois mil infantes a mais¹⁵. São números modestos para aquela que foi a maior batalha do período a que nos referimos. Estamos bem longe das planícies de Salisbury, cenário do crepúsculo da Távola Redonda, onde, segundo Wace, defrontaram-se cerca de cem mil combatentes, e onde pereceu, segundo o autor anônimo de *La mort le roi Artu*, a quase totalidade da cavalaria arturiana após uma jornada inteira de combates fratricidas¹⁶.



Passada a porta, a refeição partilhada e o amor. Saltério de Odbert, abade de Sant-Bertin, c. 1000.



candū sicut pollicebat̃ cenobiū tradere.
 cap. viii.



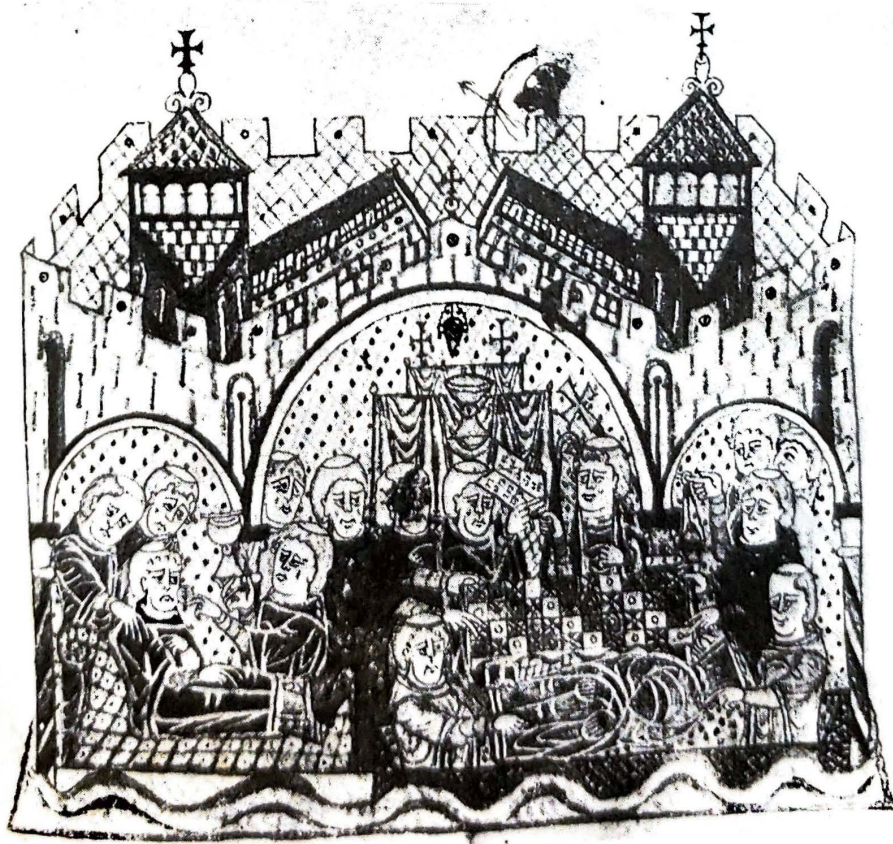
De prima hospitalitate quam habuim



Enfermaria e oratório monástico (no alto). Monges cavaleiros, reliquias e sala capitular (centro). Santo punindo um mau senhor (acima).
 [Vie et miracles de Saint Maur, fim do século XI].



Criança, com dote, entra no monastério. [Gratiani concordantia discordantium canonum, séc. XII].



A morte do monge. [Vie et miracles de Saint Maur].



Os homens na sala, as mulheres no quarto. [Histoire scolastique de Pierre le Mangeur, fim do séc. XII].



O senhor e as mulheres. [Séc. XII. Toulouse, Musée des Augustins].

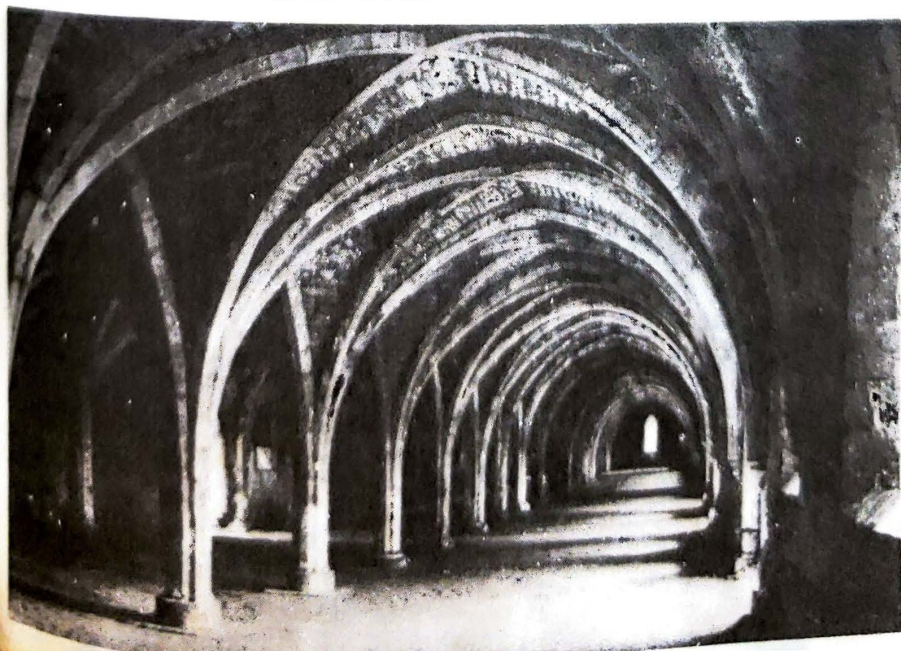
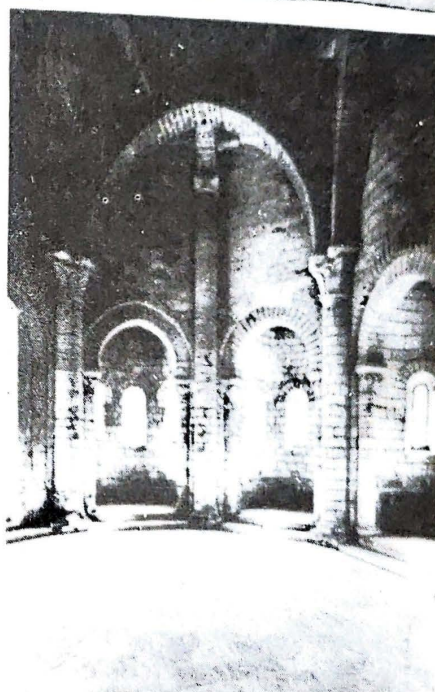
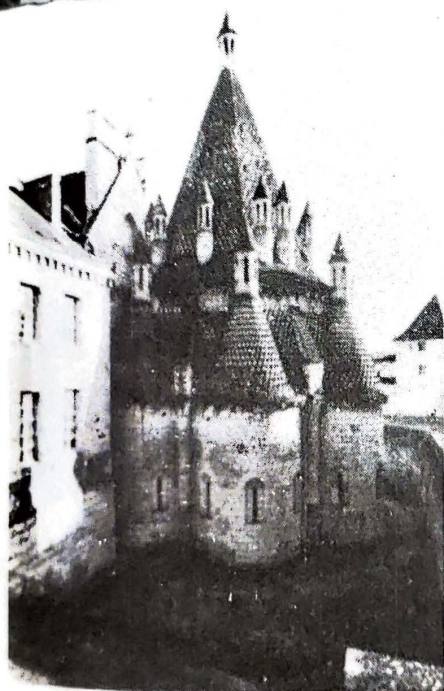


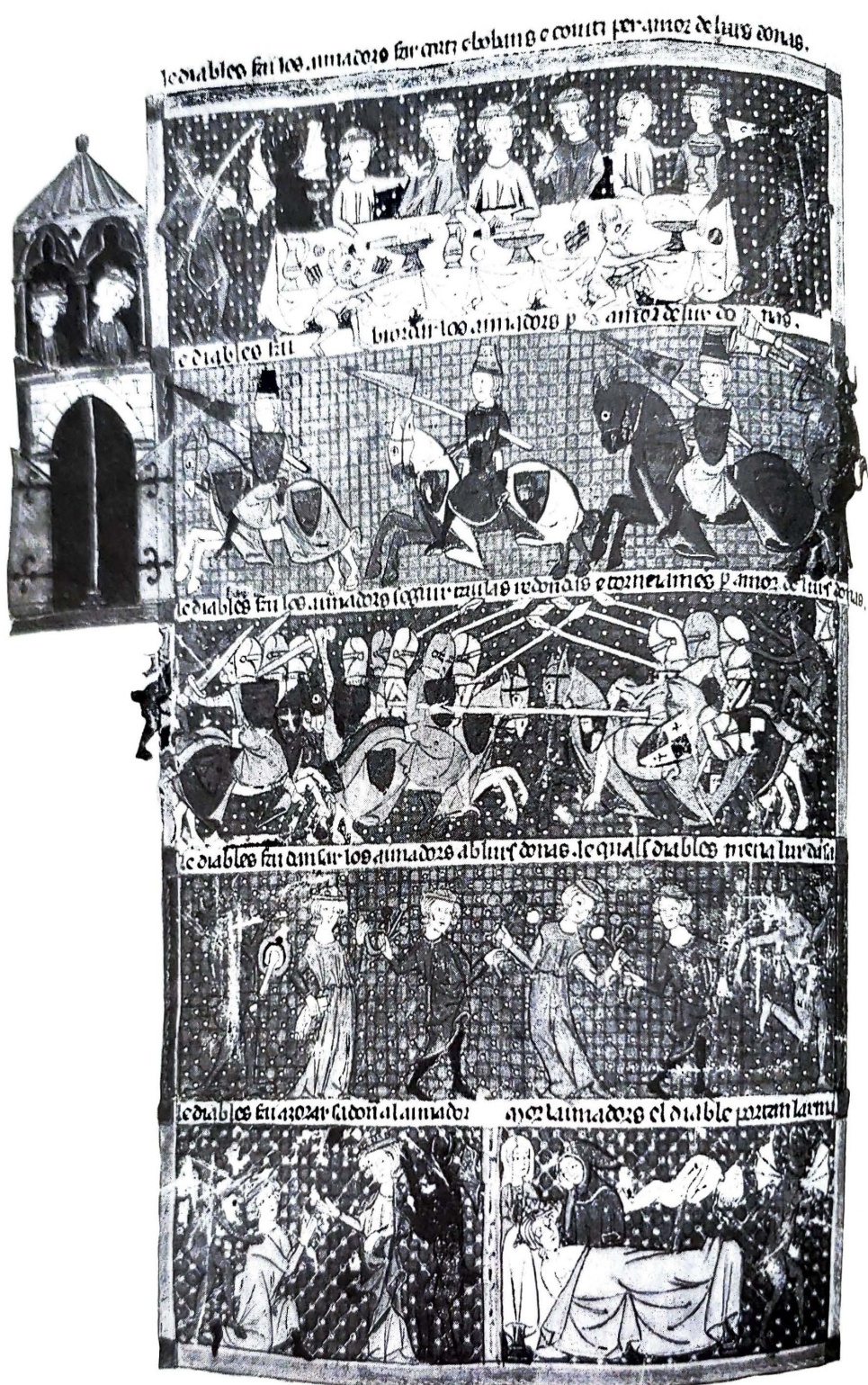
Preparação do banquete senhorial. [Tapisserie de le reine Mathilde, séc. XI, Musée de Bayeux].

Página oposta: Cozinha da abadia de Fontevraud, exterior (esquerda) e interior (direita). Fountains Abbey, Grã-Bretanha (embaixo).



Reconstrução de uma das casas do sítio de Charavines, em Isère, na França, do início do séc. XI.





Prazeres perigosos da vida mundana. [Mestre Ermengol, Le bréviaire d'amour, séc. XIII].

CAPÍTULO VIII

ALGUNS NOBRES “DÉDUITS”

Sociedade da rotina e da monotonia, a medieval é também a da festa e do jogo. Uma acompanha a outra, e para todo mundo, mesmo os mais desfavorecidos, há um tempo para o aborrecimento e outro para o *déduit* (divertimento). Este é reservado, cada dia, aos primeiros momentos da tarde e a uma boa parte da noite, e cada semana à totalidade do repouso dominical obrigatório. Além disso, toda cerimônia importante é acompanhada de folguedos coletivos, em que se misturam cavaleiros e vilões, gente dos burgos e dos campos. A literatura nos oferece cenas um tanto idílicas desses momentos, mas que mesmo assim traduzem bem a idéia que se faz da festa no final do século XII. Por ocasião do casamento de Erec e Enide

“... todos os menestréis da região, todos aqueles que possuíam a arte de divertir, foram reunidos na corte de Artur. Na enorme sala reinava uma atmosfera de grande alegria. Cada um exhibia seus talentos. Um saltava, outro contorcia-se no chão, um terceiro fazia demonstrações de prestidigitação; este assobiava, aquele cantava; um outro tocava oboé, ou então flauta, ou ainda sanfona. As jovens dançavam formando farândolas. Todos participavam da alegria geral. Nada que pudesse alegrar a festa era desprezado [...] Portas e janelas ficaram abertas o dia inteiro. Ricos ou pobres, todos podiam entrar. E o rei Artur não se mostrou nem um pouco avaro. Ordenou a seus cozinheiros, copeiros e padeiros que distribuíssem pão, vinho e carne de caça à vontade. Ninguém se viu privado do que desejava. Tudo foi oferecido em abundância...”¹

A maior parte dos divertimentos são comuns a todas as categorias sociais: os passeios e os espetáculos (teatro, jograis, animais), a música e o canto, a dança — talvez a recreação favorita das populações medievais —, os jogos de azar e os de salão. Todos são bem conhecidos e não iremos nos deter neles². Mas há outros exclusivos da aristocracia e, como tal, nem sempre bem compreendidos pelos historiadores. Abordaremos três deles.

Os torneios

Os torneios são o principal *déduit* do cavaleiro³. Mais que a guerra — onde os verdadeiros confrontos são raros —, constituem o essencial da vida militar e o meio mais seguro para conquistar fama e fortuna. Os romances de cavalaria, e particularmente os da Távola Redonda, dedicam-lhes uma boa porção de seus relatos⁴. A origem dos torneios permanece obscura. Provavelmente é muito antiga e associada a costumes guerreiros germânicos. Sob a forma medieval, sua existência é atestada entre os rios Loire e Mosa desde a segunda metade do século XI. A partir dessa época, e apesar de constantes proibições feitas pela Igreja e certos soberanos, sua moda não cessa de crescer. Nas regiões em que a paz de Deus diminuiu as guerras privadas, o torneio representa, com efeito, o único meio de a classe dos cavaleiros extravasar a agressividade e uma das raras ocasiões de deixar o castelo, sua monotonia ociosa e a existência rotineira. No entanto, ao longo dos séculos XII e XIII, a Igreja condena os encontros fúteis onde se brinca de combater, os jogos de azar e dinheiro em que freqüentemente há mortes, onde nascem rancores tenazes e onde se desperdiçam inutilmente as forças da cavalaria cristã, cuja única preocupação deveria ser a defesa da Terra Santa. Mas as proibições permanecem sem efeito. Se alguns poucos soberanos — como Henrique II Plantageneta ou São Luís — as endossam, a maior parte mostra-se tolerante, mesmo aqueles que não têm pelos torneios muita estima, como é

o caso de Luís VII ou Filipe Augusto. Isso porque seus feudatários são os primeiros a instigá-los, a organizá-los e às vezes a participar deles. Na segunda metade do século XII, a França, sobretudo ao norte e ao oeste, torna-se efetivamente o paraíso dos competidores de torneios.

Mas quem são esses competidores? Na maior parte, jovens cavaleiros recém-ordenados, solteiros, sem terras, que partem em bandos turbulentos em busca da aventura e de uma rica herdeira. Já falamos sobre isso. Sob a chefia de um filho de príncipe ou de conde, correm atrás de torneios durante cinco, dez ou até quinze anos, antes de poder assumir o feudo familiar⁵. Para Guilherme, o Marechal, essa "juventude" itinerante e esportiva durou vinte e cinco longos anos.

O torneio pode, com efeito, ser considerado um esporte⁶. Esporte de equipe, já que a justa a cavalo em que se defrontam dois a dois em combate individual não existe antes do século XIV. O torneio do século XII não opõe dois indivíduos e sim dois grupos de combatentes, alguns a cavalo, outros a pé, e a bela disposição que precede a contenda transforma-se rapidamente numa confusão tumultuosa, semelhante à dos campos de batalha, onde se combate em pequenos grupos com o auxílio de sinais de reconhecimento. Mais que a guerra, o torneio foi, sem dúvida, o principal agente de difusão dos brasões da nobreza do século XII.

Esse esporte de equipe é igualmente um esporte que envolve muito dinheiro. Há verdadeiros profissionais do torneio que alugam serviços ao grupo de competidores que pagar melhor. Alguns desses campeões formam inclusive um grupo de dois ou três elementos e se especializam num determinado tipo de combate, sendo então muito requisitados. Mas independentemente desse mercenarismo, o torneio é — talvez mais que a guerra — uma fonte de lucro para os cavaleiros. Procura-se capturar o adversário e exigir um resgate, tomando-se-lhe as armas, os arreios e o cavalo. Múltiplas negociações e trocas de promessas acontecem tanto durante a contenda quanto ao fim das hostilidades. É possível fazer fortuna com os torneios. A *História de Guilherme, o Marechal* conta-nos que, num período de dez meses,

o futuro regente da Inglaterra, percorrendo os torneios, associado a um temível companheiro flamengo chamado Roger de Gangi, chegou a capturar cento e três cavaleiros! É verdade que tal façanha não se realiza sem riscos. O torneio é um esporte perigoso: muitos saem feridos, e os mortos — a quem a Igreja recusa às vezes a sepultura cristã — não são raros. A utilização de armas “cortesês”, de pontas e gumes rombudos, ou então de madeira, só aos poucos acabará se impondo. Até a metade do século XIII, o armamento dos competidores não difere do dos verdadeiros combatentes.

Mas, ainda que se assemelhem, os torneios não se confundem com a guerra. São acontecimentos festivos. Salvo uma longa interrupção durante a Quaresma, organizam-se a cada quinze dias, de fevereiro a novembro, no interior de uma mesma província; nunca nas grandes cidades, mas perto de um castelo solitário, na fronteira de dois feudos ou de dois principados. Não se realizam na praça de uma aldeia nem na arena de um castelo, mas em campo aberto, num prado ou descampado cuja superfície não seja limitada. Um torneio não se improvisa. O senhor que assume sua organização deve anunciar, com várias semanas de antecedência, os dias e o local por toda a região nos arredores. Deve também enviar mensageiros às províncias vizinhas, providenciar o alojamento dos participantes (às vezes, várias centenas) e de seus acompanhantes, juntar mantimentos, preparar as tribunas, as tendas, as estrebarias, os divertimentos mundanos e os festejos populares. Cada torneio é uma festa que atrai consideráveis multidões. Pois ainda que apenas os nobres participem das justas, os espectadores pertencem a todas as categorias sociais. E essa festa é também uma feira, que reúne toda uma súa de artistas, mercadores, cozinheiros, saltimbancos, mendigos e malfeitores.

O torneio dura, em geral, três dias. Os combates começam ao amanhecer, após a missa, e só se interrompem à noite, na hora das vésperas. Várias equipes — formadas segundo a origem geográfica ou feudal — enfrentam-se, primeiro sucessivamente, depois simultaneamente. A confusão é tão grande que os arautos têm que desempenhar para os espectadores o papel de nossos repórteres: descrever os

principais lances da contenda e excluir os nomes dos autores. A noite é dedicada à cura de ferimentos, aos festins, à música, à dança e ao romance. Na manhã seguinte, tudo recomeça. Na noite do último dia, enquanto cada um faz suas contas, a mais nobre das damas presentes entrega ao cavaleiro que demonstrou ser o mais valente e o mais cortês na batalha uma recompensa simbólica. Nas obras literárias geralmente trata-se de um lúcio, peixe a que se atribui certas virtudes talismânicas. Quando participa, Lancelot é sempre o vencedor. Em sua ausência, o prêmio cabe a seu primo Bohort, mais raramente a Gawain. De um modo geral, a literatura arturiana parece adiantar-se em relação à realidade: desde o fim do século XII ela descreve combates a dois, exalta as proezas individuais e atribui às mulheres um papel determinante no comportamento dos campeões⁸. Mas é apenas no século seguinte que os torneios irão adquirir, de fato, esse caráter cortês, glorioso e refinado.

A caça

Ao contrário da guerra e do torneio, a caça é praticada em todas as estações. É um exercício ante o qual muitos cavaleiros não hesitam em afrontar as intempéries mais rigorosas e mesmo os piores perigos. Entre alguns chega a ser uma paixão que confina com o desregramento. Filipe Augusto, por exemplo, a quem poucos divertimentos conseguiam tirar do tédio, gostava de caçar todos os dias após o almoço, tanto em tempos de guerra como em épocas de paz, tanto na França quanto no estrangeiro, e inclusive na Terra Santa⁹.

Mas, se a caça é uma paixão, é igualmente uma necessidade. Tem por objetivo proporcionar à mesa senhorial os ingredientes indispensáveis a uma alimentação essencialmente carnívora. É também uma atividade estritamente regulamentada. A perseguição de javalis nas florestas, de coelhos e lebres nos parques, está reservada aos proprietários de feudos. O populacho das aldeias, para quem a caça fornece

um alimento extra, não pode montar suas armadilhas senão em campo aberto ou à orla dos bosques. Contudo, a caça nem sempre visa à procura de carne. Às vezes, tem por fim eliminar certos animais ferozes (raposas, ursos, lobos) que ameaçam as colheitas, a criação de aves ou os próprios camponeses. É quando ela assume plenamente o aspecto esportivo, selvagem e perigoso¹⁰.

Num lugar à parte deve ser colocada a caça ao falcão, introduzida no Ocidente no começo do século XI e rapidamente transformada num dos passatempos favoritos da sociedade aristocrática. Trata-se, de fato, de uma atividade tipicamente nobre, cruel e elegante ao mesmo tempo, e da qual as damas não deixam de participar. Mas é também uma arte difícil, a cuja aprendizagem o futuro cavaleiro deve consagrar muitas horas. É preciso saber capturar a ave, alimentá-la, tratá-la, ensiná-la a obedecer aos gestos e assobios, a reconhecer as presas e caçá-las¹¹. Essa delicada ciência, a mais refinada da educação cortês, abrange numerosos tratados, compilados na sua maior parte na Sicília, vários dos quais se conservam ainda hoje¹². Aprendemos ali como se processa o adestramento (*adebonairerie*) do jovem falcão. Ele deve ser tirado do ninho, se possível poucos dias após o nascimento. Após a primeira muda, é preciso cortar-lhe as unhas, atar-lhe uma sineta ao pé (a fim de encontrá-lo, caso se perca) e costurar-lhe as pálpebras. Pois, para ser bem adestrado, o falcão deve ser cego. Começa então o adestramento propriamente dito: acostumá-lo a permanecer sobre um poleiro, exercitar-se a tomá-lo no dedo, ensinar-lhe os assobios a que deve obedecer; em seguida, familiarizá-lo novamente com a luz, descosturando-lhe as pálpebras, e excitá-lo com presas artificiais. Tudo isso demanda quase um ano. Chega finalmente a primeira caçada. A ave, pousada no punho de seu mestre, tem os olhos vendados por um capuz, que é retirado assim que surge a caça. O falcão lança-se então aos ares, vislumbra a presa, abate-se sobre ela e assim permanece até que um assobio lhe ordena a volta ao punho.

Mais do que o cão e o cavalo, o falcão é o animal preferido dos cavaleiros do século XII. É a ave nobre por excelência. Os vilões estão proibidos de possuí-la. De resto,

seu preço é muito alto, oferecê-la é um privilégio de príncipes. A morte de um falcão representa para o dono uma perda dolorosa. E os tratados de falcoaria dão numerosos conselhos para fazê-los viver pelo maior tempo possível. Mas nessa questão não demonstram a mesma seriedade de que são imbuídos na arte de ensinar as técnicas de adestramento (muito pelo contrário). Além do mais, são muito contratados para curar um falcão resfriado. A primeira nos diz, com certa prudência:

“Tome vinho quente adicionado de pimenta moída; coloque a mistura em sua garganta e mantenha ali até que tenha acabado de digerir. Então ele estará curado”¹³.

A segunda recomenda um regime mais carnívoro:

“Misture barrela com cinzas de sarmento e coloque em sua garganta. Deixe-o digerir e depois lhe dê um lagarto para comer. Ele ficará curado”¹⁴.

A terceira, finalmente, preconiza uma cura completa:

“Tome quatro pedaços de toucinho passados no mel e salpicados de limalha de ferro; ponha-os na garganta do falcão. Repita a operação durante três dias sem lhe dar qualquer outra coisa de comer. No quarto dia, faça-o engolir um pintinho previamente embebedado com uma grande quantidade de vinho. Em seguida, aqueça-lhe o peito diante do fogo e banhe-o com leite quente. Nos dias seguintes, dê-lhe pardais e todo tipo de pássaros pequenos para comer. Ele haverá de se curar, seguramente”¹⁵.

O jogo de xadrez

Dos incontáveis jogos de salão, os dados são os mais populares. Eles cumprem o papel que mais tarde será repre-

sentado pelas cartas. Joga-se em todas as categorias sociais — na choupana, no castelo, na taverna e até nos mosteiros — com uma paixão desenfreada, que os soberanos e os prelados reformadores vituperam em vão. Aposta-se no jogo dinheiro, roupas, o cavalo ou a casa. São numerosos os que se lamentam, como fará mais tarde o poeta Rutebeuf, de ter perdido tudo o que possuíam. Além disso, é um jogo perigoso. Apesar da utilização de um copo para os dados, as trapaças são freqüentes, sobretudo devido ao emprego de dados falsificados: os *longnez* têm uma face imantada; os *nompers*, uma face reproduzida duas vezes; os *plommez*, uma face mais pesada que as outras pela adição de chumbo. Isso ocasiona inúmeras querelas, que podem se agravar a ponto de se transformar em guerra privada¹⁶.

Mais inofensivo é a *marelle*, um jogo mais de reflexão que de sorte: o vencedor é quem primeiro consegue alinhar três (às vezes, cinco) peões sobre uma figura geométrica formada por linhas perpendiculares e oblíquas. O que não é muito difícil. Mais elaborado é o enigmático *tables*, jogo muito mencionado pela literatura, mas cujas regras são pouco conhecidas; trata-se de uma espécie de gamão, de que podem participar dois ou quatro indivíduos, com vários dados e uma grande quantidade de lances. Às vezes, o mesmo termo designa o jogo de damas, cujas regras estabelecidas no século XII vigoram até hoje.

Mas o jogo de salão por excelência, aquele que os autores não se cansam de mencionar, é o xadrez. Ele aparece na França, não na época de Carlos Magno, como se tem afirmado, mas durante o século XI. Rapidamente torna-se o passatempo favorito da sociedade aristocrática. Para saber jogá-lo bem, é preciso, segundo a *Chanson de Gui de Nanteuil*, começar a aprender à idade de seis anos¹⁷. Esse foi o caso de Bédoïer, o condestável do rei Artur, que todos os romances da Távola Redonda apresentam como o melhor jogador de seu tempo¹⁸.

A literatura dá um grande destaque às partidas de xadrez. Há um aspecto anedótico e dramático ao mesmo tempo¹⁹, já que uma partida pode envolver interesses consideráveis: joga-se a sorte de uma mulher, de um prisioneiro, de um exército, ou até de um reino. E muitas vezes o ven-

cido, furioso com a derrota, fere ou mata o adversário. No romance *Chevalerie Ogier*, Charlot, o filho de Carlos Magno, derrotado por Baudinet, filho de Ogier, o Dinamarquês, “pega o tabuleiro com as duas mãos e atira na cabeça do adversário, fendendo-a a ponto de o cérebro sair para fora”²⁰. A realidade é menos violenta. Não se joga nem a vida humana, nem o reino, nem mesmo por dinheiro. De resto, a Igreja o proíbe. Damas e donzelas não hesitam em sentar-se em frente do tabuleiro, mostrando-se às vezes tão hábeis quanto os homens. Diz a lenda que Alienor chegou a derrotar os maiores príncipes da França e da Inglaterra.

Mas, como se joga? Como se apresentam as peças? Quais são as diferenças com o jogo que conhecemos hoje?²¹

O tabuleiro, de madeira ou metal, é um objeto de luxo que seu proprietário expõe com orgulho mesmo que não saiba jogar. De grandes dimensões, constitui frequentemente a parte de cima de uma caixa ricamente decorada, no interior da qual se encontram outros jogos (*tables, marelle*). Até o final do século XII, o tabuleiro não se apresenta com uma alternância de casas pretas e brancas. É de uma só cor (geralmente branco) com as linhas simplesmente esculpidas (ocasionalmente realçadas em vermelho) para delimitar as sessenta e quatro casas. A evolução para o moderno tabuleiro parece ter se processado apenas no início do reinado de Filipe Augusto. Isso não alterou as regras do jogo — ainda hoje é possível jogar xadrez sobre um tabuleiro monocromático —, mas facilitou a visão e o exame dos lances. Estes não são exatamente os mesmos de hoje, em razão de várias diferenças na natureza e nos movimentos das peças. A principal reside na ausência da rainha, substituída por uma peça que representa uma espécie de vizir (termo persa que deu origem a seu nome em francês: *fierce*), a qual não pode se deslocar em todos os sentidos, mas somente em diagonal, e apenas uma casa por vez. Portanto, é uma peça que não possui muita força no jogo. Assim também o *alfin*, que veio a ser substituído pelo nosso bispo, não tem o mesmo valor deste: só pode avançar em diagonal de duas em duas casas (podendo, porém, passar por cima de outra peça). Em troca, o movimento do rei, da torre (chamada *roc*), do cavalo (representado por um cavaleiro) e dos peões não difere

do executado atualmente, excetuando-se alguns pequenos detalhes, como, por exemplo: o rei e a torre podem rocar, qualquer que seja sua posição, e os peões não podem avançar mais de uma casa no movimento inicial ou capturar uma peça *en passant*. Como hoje, o objetivo do jogo é colocar o rei adversário em xeque-mate. Como hoje, diz-se “xeque” quando ele está diretamente ameaçado²².

A forma das peças varia segundo as regiões de acordo com a qualidade dos jogos. Os comuns já possuem peças bastante estilizadas, esculpidas em osso ou madeira. Contudo, não parece haver nenhuma regra que determine sua fabricação. Quanto aos jogos de luxo, as peças são de marfim, ébano, âmbar ou jaspe. Todas são figurativas, sendo que três delas apresentam-se mais ou menos estáveis: o rei, que porta sempre uma coroa; o cavalo, representado por um guerreiro a cavalo; os peões, figurados por soldados a pé levemente armados. Três outras têm formas bastante variáveis. O *fierce* pode ser um homem sentado, uma figura semelhante ao rei, mas sem coroa, ou já então — sob a influência da civilização cortês — uma dama. O *alfin* é um bispo na Inglaterra e França; um conde, no oeste da Flandres e na região do Reno; em outros lugares, é um velho, uma árvore, um animal. A torre, finalmente, pode ser representada por um escudeiro a pé, fortemente equipado, por um animal com uma torre nas costas, ou, mais frequentemente, por uma verdadeira cena envolvendo duas personagens: Adão e Eva, São Miguel matando o dragão, dois monstros enlaçados, dois cavaleiros enfrentando-se com a lança. Cada lado possui dezesseis peças, que são dispostas no início da partida como no jogo atual. Mas, se de um lado estão as brancas, do outro estão as vermelhas, e não as pretas. Isso porque no xadrez acontece o mesmo que em todo o universo dos símbolos: até o século XIV, a mentalidade ocidental irá opor ao branco, não o preto — que é também ausência de cor —, mas o vermelho, a cor das cores.

CAPÍTULO IX

AMOR CORTÊS E REALIDADES AFETIVAS

No primeiro capítulo deste livro, falamos do casamento, de sua essência religiosa, de seus prolongamentos econômicos e jurídicos. Propositalmente não nos referimos ao amor. No tempo dos romances da Távola Redonda, como em qualquer outra época, a vida conjugal e os impulsos do coração são duas realidades diferentes, ora em perfeita harmonia, ora em total desacordo.

Falar do amor no final do século XII é falar, evidentemente, do amor cortês, essa nova maneira de amar, sob muitos aspectos extremamente moderna, cantada pelos trovadores e encenada pelos romancistas. As obras literárias, de fato, oferecem ao historiador a imagem mais completa e mais sedutora da vida afetiva. Mas será uma imagem fiel?

Um fenômeno literário

A expressão “amor cortês” jamais foi empregada pelos autores medievais; eles se referem a *bone amor*, *vraie amor* e sobretudo *fine amor* (bom, verdadeiro, delicado)¹. Trata-se de uma criação da crítica moderna, tanto mais difícil de definir na medida em que oculta realidades bem diversas. Grosseiramente, podemos admitir que a expressão designa esse amor fundado na sublimação da dama, tal como é pintado pelos poetas líricos e romancistas dos séculos XII e XIII. Mas o problema literário é evidentemente muito mais complexo. É preciso considerar épocas, ambientes e gêneros; é preciso levar em conta os talentos e as intenções dos

autores; e sobretudo é preciso discernir, para além das fórmulas e dos lugares-comuns, uma doutrina nuançada, instável e multiforme².

As origens remotas dessa doutrina ainda são mal conhecidas. Mas é certo que em suas primeiras manifestações literárias, bem no início do século XII, envolve uma reação contra a moral religiosa e uma vontade de mudar os costumes e talvez a sensibilidade. Para a Igreja, com efeito, o amor é um sentimento de que se deve desconfiar: causa dos adúlteros, representa um perigo ao sacramento do matrimônio e compromete a salvação das almas; mesmo entre casados, é preciso usá-lo com muita prudência e moderação. Com São Bernardo, a Igreja do século XII põe em exergo a passagem famosa de São Jerônimo: "Para com a mulher de outrem, todo amor é infame; para com a sua, todo amor deve ser comedido; é adúltero aquele que ama com demasiado ardor a própria esposa"³.

Os poetas do Languedoc (onde se falava a *língua de oc* ou provençal) foram os primeiros a se rebelar contra esses ensinamentos. Para eles o amor não é loucura, mas sabedoria. Não avilta de maneira nenhuma o indivíduo, mas, pelo contrário, fortalece todas as capacidades do coração e do espírito. Aproximadamente de 1100 a 1280, seis gerações de trovadores cantam como o amor é um princípio vivificador, a fonte de todas as virtudes, que torna o homem delicado e generoso, humilde e conquistador, sincero e alegre. Pois, sem ser platônico — longe disso —, o *fin'amors* dos trovadores exige uma perfeita disciplina do desejo. O amante, totalmente submisso à sua dama, deve-lhe um longo e total serviço amoroso sem esperar recompensa. Deve consagrar suas forças a viver dessa incerteza, progredindo moralmente em função da temperança que se impõe e dos obstáculos que enfrenta. Inversamente, essa ética só se justifica e se fundamenta pelos méritos da dama, sempre celebrada como a mais bela e a mais nobre. Para certos poetas, ela é mesmo completamente transcendida; o enamorado, imerso num estado próximo à contemplação religiosa, está enamorado de seu próprio estado amoroso; no limite, ele não deseja senão o desejo⁴. Para outros, o amante perde toda a vontade, toda a personalidade, e não é mais que uma

criança a quem a mulher amada pode fazer o que bem
quiser:

“Por ela, serei mentiroso ou sincero,
ou leal ou trapaceiro,
ou vilão ou cavaleiro,
trabalhador ou vadio,
pois ela é que tem o poder
de me elevar ou me rebaixar”.⁵

Os romancistas do norte da França apresentam o amor cortês sob uma forma menos depurada. O gozo carnal, mesmo não sendo sempre o essencial, ocupa ali um lugar importante. A volúpia um tanto evanescente dos poetas líricos transforma-se em verdadeira sensualidade entre esses romancistas. Além disso, o estudo psicológico torna-se mais nuançado e também profundo, e as personagens — especialmente as figuras femininas — adquirem um caráter mais definido. Se coube aos trovadores reinventar o amor, é aos autores do norte que devemos atribuir a promoção literária da mulher.

Contudo, o amor descrito nos romances de cavalaria guarda muitas semelhanças com o que é cantado pelos poetas do Languedoc. Também ele é fonte de alegria, virtudes e proezas. E se não é sempre antimatrimonial (como no *Erec* ou no *Yvain* de Chrétien de Troyes), revela-se, no entanto, freqüentemente adúltero. Raramente se ama o que se possui. E aqui também a devoção do amante para com sua dama é extrema. Os romances tardios opõem geralmente Lancelot, o amante perfeito, fiel a Guinevere mesmo na desonra, e Gawain, o homem galante, o sedutor volúvel envolvido em numerosas aventuras sentimentais⁶. Enfim, da mesma forma que o amor provençal, o amor do cavaleiro vive das dificuldades que enfrenta: o casamento da dama e o ciúme do marido, a diferença de condição (é sempre o enamorado que pertence a uma classe inferior), o distanciamento físico, a maledicência dos invejosos, a incompreensão dos amigos.

Mas a voga literária dessa maneira de amar é relativamente efêmera. Já antes da metade do século XIII ela co-

meça a decair. Os romances tornam-se mais realistas, a fim de agradar a um público novo, mais "burguês", que parece apreciar mais os méritos domésticos de uma esposa legítima que os encantos indefiníveis de uma amante caprichosa e inacessível.

A atração física e os critérios de beleza

Enquanto a dama idolatrada pelos trovadores apresenta-se geralmente como um ser diáfano, idealizado, sublime, a heroína dos romancistas do norte é sempre uma criatura de carne. Pelo menos tanto quanto sua perfeição moral, é a beleza de seu corpo que seduz o cavaleiro. O amor nasce inicialmente da atração física. O próprio Gawain, o sol de toda a cavalaria, parece freqüentemente preferir um rosto bonito a uma bela alma. É verdade que, nessa segunda metade do século XII, a maior parte dos autores, e provavelmente a do público, crê na identidade entre o Bem e o Belo. Uma bela aparência não pode senão refletir profundas qualidades interiores. É só a partir dos anos 1220-1230 que essa idéia, inteiramente platônica, desaparece da literatura cortês. Surge então o que poderia ser chamado de "tema da beleza do diabo". Doravante, a sedução geralmente vai de par com o vício e a hipocrisia. No *Lancelot en prose*, por exemplo, cavaleiros esplêndidos conduzem-se de maneira infame ou pérfida, e jovens bonitas revelam-se "donzelas diabólicas", fenômeno inconcebível cinquenta anos antes⁷. Essa mudança corresponde provavelmente a um recrudescimento do antifeminismo monástico e ao desenvolvimento do culto da Virgem. O ideal da mulher torna-se mais místico e menos carnal. Do mesmo modo, com o progresso da teologia do casamento, a branda indulgência dos romancistas em relação à mulher adúltera dá lugar a uma virtuosa severidade.

Mas isso nos leva bem adiante no século XIII. Retornemos à nossa época, onde se manifesta geralmente uma assimilação da beleza à bondade; assimilação, aliás, às vezes

enganosa para o historiador. Os autores, com efeito, oferecem uma imagem convencional da beleza de suas personagens. Os leitores não se interessam muito em representar com exatidão o aspecto físico dos cavaleiros e das damas. Para serem simpáticos, basta que sejam belos; e para serem belos, basta que correspondam a estereótipos fixados pela moda. As heroínas dos romances têm sempre a pele clara, o rosto alongado, os cabelos louros, a boca pequena, os olhos azuis e as sobrancelhas bem desenhadas. Eis como Marie de France, no poema narrativo *Lanval*, apresenta o retrato da mais bela jovem:

“Ela tem o corpo bem-feito, o quadril estreito, o pescoço mais branco que a neve sobre o ramo. Os olhos são azulados, o rosto muito claro, a boca agradável e o nariz bem regular. Tem as sobrancelhas escuras, a fronte ampla, os cabelos louros e encaracolados. À luz do dia, brilham mais que fios de ouro”⁸.

Semelhante descrição, feita à base de clichês, encontra-se em Chrétien de Troyes e seus imitadores. O problema, portanto, é saber em que medida esses lugares-comuns refletem os gostos da época. Admitindo-se haver concordância, serão os critérios da realidade que influenciam as obras literárias ou será a literatura que cria a moda? Questão difícil de responder. Poetas e romancistas são sempre criadores e testemunhas ao mesmo tempo.

Com exceção do rosto, as partes do corpo feminino raramente são descritas. A maioria dos autores omite castamente tudo o que se encontra abaixo do pescoço. De algumas exceções, porém, podemos deduzir que os homens do século XII gostam das mulheres de corpo delgado, linhas delicadas, pernas longas, seio alto e pequeno. Mas os romances do século seguinte, que fornecem detalhes mais numerosos e realistas sobre esse assunto, revelam já uma mudança de gosto: apreciam-se mais as formas generosas “*pour mieux souffrir le jeu del lit*”⁹ (“para melhor desfrutar os prazeres do leito”).

Quanto aos cânones de beleza masculina, são ainda mais difíceis de definir. O cavaleiro da literatura cortês não

é mais o herói da epopéia, cuja atração residia inteiramente na força física e no desprezo ao sofrimento e à morte. Gawain e Lancelot não têm muito a ver com seus predecessores Rolando e Guilherme. Seu garbo não provém da musculatura, mas da graça da juventude, da elegância dos trajes. Mais que o vigor dos corpos, os romancistas se apegam à descrição da magnificência das roupas. Um cavaleiro sedutor é um cavaleiro jovem, amável, gracioso e bem-vestido¹⁰. Nada mais nos é dito.

Mas, se descrevem raramente a beleza em termos realistas, os autores costumam pintar a feiúra com numerosos detalhes que não devem nada aos clichês e aos lugares-comuns. Geralmente, são retratos de vilões. Assim, ainda que não se conheçam com precisão as normas da estética corporal, sabe-se bastante bem quais são os defeitos que um cavaleiro não deve ter para desempenhar o papel de sedutor: cabeça e orelhas grandes, cabelos ruivos ou muito pretos, sobrancelhas longas, pilosidade facial excessiva, olhos encoados, nariz curto e achatado, narinas grandes, boca fendida até as orelhas, lábios grossos, dentes amarelos e irregulares, pescoço maciço e curto, dorso arqueado, ventre proeminente, braços curtos, pernas finas, dedos curvos e pés grandes¹¹.

Tais atributos não são, aliás, exclusivos da feiúra masculina. Chrétien de Troyes nos apresenta, em seu *Conto do Graal*, a donzela mais feia que jamais se viu:

“Seu pescoço e suas mãos eram mais escuros que o mais escuro dos metais [...] Os olhos eram simples buracos, tão pequenos como os de um rato. O nariz se assemelhava ao do macado e ao do gato; as orelhas, às do asno e às do boi. Os dentes tinham a cor da gema de ovo e no queixo crescia uma barba semelhante à do bode. Do peito emergia uma protuberância que se repetia nas costas. Realmente, ela tinha o dorso e os ombros feitos para levar uma sova!”¹²

Os prazeres da carne

Fundado sobre uma atração física, o amor cortês não pode ser totalmente espiritual e platônico. A união das almas deve se acrescentar a dos corpos. Dois estudos recentes mostraram que, mesmo entre os trovadores cujo lirismo é o mais etéreo, a idolatria da dama não visa senão obter a posse física¹³. Alguns, aliás, como Bernard de Ventadour, não escondem isso:

“Se ao menos ela tivesse a ousadia
de me levar, uma noite,
ao lugar onde se despe,
e nesse lugar secreto viesse
a enlaçar seus braços nos meus . . .”¹⁴

Outros dão uma definição mais pudica da recompensa que esperam receber. Peire de Valeria se expressa assim:

“E já que meus olhos o contemplaram,
eu peço a Deus que me dê ânimo
para ser o servidor de seu corpo pobre e belo”.¹⁵

Mas nos dois casos a esperança é a mesma. Contudo, a originalidade — e a dificuldade — da maior parte dos poetas provençais advém do fato de que parecem atribuir mais importância ao desejo que à sua realização. Os prazeres da carne parecem ser mais sonhados que vividos. E, por uma dialética hábil e desconcertante, certos teóricos chegam mesmo a admitir todas as alegrias sensuais do amor físico, salvo a consumação final, que seria contrária ao verdadeiro *fin'amor*.

Os autores do norte mostram-se menos casuístas. O trovador Conon de Béthune nos fala com franqueza de seu corpo “sempre desejoso de pecar”. E os romancistas geralmente não temem aludir à realização carnal das paixões que descrevem. É verdade que a maioria se contenta em descrever os beijos trocados por seus heróis, calando-se, por pudor ou ironia, quanto ao *sorplus* (o resto). Fingindo ignorância,

o autor do romance de *Joufrois* diz assim a seus leitores, após ter feito entrar a rainha da Inglaterra no leito de seu herói:

“Eu não vos direi o que o conde fez com sua amiga. Eu não estava sob o leito, nem estava ao lado, e portanto não ouvi nada”¹⁶.

Mas há alguns, sobretudo no século XIII, que não hesitam em dar detalhes concretos das cenas eróticas que criam. Servirá de exemplo esta passagem do *Livre d'Artus*, que o decoro nos proíbe de traduzir: “*Il li met la main sor le piz et sor les mameles et sor le ventre, et li manoie la char qu'elle avoit tendre et blanche...*”¹⁷. Trata-se, porém, de um caso um tanto excepcional. Na literatura cortês, a arte do autor infringe raramente a decência. Embora frequentemente evocados, os prazeres da carne jamais são vulgares, lascivos ou suspeitos. Tanto assim que, na maior parte das vezes, a aproximação dos corpos não é senão a consequência da dos corações.

As realidades afetivas

O amor cortês é um tema literário destinado a um público restrito. De acordo com os próprios poetas, consiste numa expressão da afetividade reservada a uma elite. Portanto, é difícil admitir, como se fez muitas vezes, que ele tenha sido realmente vivido. Mesmo nos meios aristocráticos, não é outra coisa senão um jogo mundano. Por esse motivo, é impossível para o historiador encontrar na literatura cortês uma fonte diretamente utilizável para o estudo das realidades do amor no fim do século XII e início do XIII. A imaginação prevalece sobre o testemunho. É preciso corrigi-la e completá-la com o recurso a outras fontes: crônicas, narrativas, documentos públicos e privados, textos jurídicos e teológicos, obras de arte, informações demográficas, etc. Mas, se sua consulta possibilita alguns conheci-

mentos sobre as manifestações da vida amorosa, não nos informa quase nada sobre os sentimentos propriamente ditos. Como acontece sempre em história, quando se busca atingir as verdades da alma e do coração, os documentos tornam-se mudos. Nesse domínio, é ainda a literatura que fornece as melhores hipóteses; mas não passam de hipóteses.

Muitas realidades são inacessíveis. Por exemplo, as dos laços afetivos no interior do casamento. Por um lado, vários indícios tendem a demonstrar que não existe afeição conjugal: diferenças de idade entre os cônjuges; papel dos pais no arranjo do casamento; papel do dinheiro nos contratos; desinteresse pelos filhos; freqüência da viuvez e das segundas ou terceiras núpcias. Mas, por outro, os documentos nos mostram que os casamentos clandestinos, sem o consentimento dos pais, da família ou do senhor, contam-se às centenas por toda parte. Tanto assim que, em 1215, o Quarto Concílio de Latrão veio a impor a publicação de proclamas antes da cerimônia¹⁸. Se há muitos casamentos por interesse, há também por amor. Então, por que não admitir que no século XII tudo se passa como em nossos dias, com casais de todo tipo, algumas famílias não sendo mais que grupos econômicos e jurídicos artificiais, enquanto outras representam comunidades de seres unidos por verdadeiros laços de afeto? Por que as relações entre cônjuges não haveriam de ser o que sempre foram? Contos populares e romances medievais zombam freqüentemente de casais de vilões, em que ora é o marido que trata a mulher como uma besta de carga, ora é a esposa que “veste os calções”. É preciso certamente evitar os anacronismos, levar em conta as condições materiais, a brevidade da vida, os particularismos das mentalidades; mas por que supor que o casamento no século XII envolvesse sentimentos diferentes daqueles que os esposos sempre manifestaram — a paixão ou o tédio, a ternura ou a indiferença, o amor ou o desprezo?¹⁹

Os costumes, mais bem conhecidos que os impulsos do coração, nos dão da vida amorosa uma imagem pouco fiel à moral de São Jerônimo. Com efeito, a fidelidade conjugal, apesar das exortações da Igreja, não parece ser uma norma de vida muito difundida. São incontáveis

os adúlteros em todas as categorias sociais. Daí que sejam incontáveis também os bastardos, a quem, no entanto, a sociedade recusa acolher em seu seio. Como a família está fundada exclusivamente no casamento, as crianças nascidas fora dele não possuem, juridicamente, nem família, nem linhagem, nem condição social (isso faz com que o bastardo nascido de uma serva seja um homem livre). Além disso, eles não podem teoricamente receber a herança dos pais, nem entrar no clero, nem ocupar um cargo civil. Às vezes, são proibidos inclusive de transmitir aos próprios filhos os bens que conseguiram acumular. Na prática, porém, a situação dos bastardos varia conforme sua origem. Um bastardo de rei não é um bastardo de vilão, e nas famílias de príncipes os filhos adulterinos são muitas vezes tratados como legítimos. Nem as honrarias lhes são recusadas: Guilherme Longa Espada, filho provável de Henrique II e de sua amante preferida, a bela e enigmática Rosamunda Clifford, tornou-se conde de Salisbury e um dos mais poderosos barões da Inglaterra; assim também Pedro Charlot, filho de Filipe Augusto e uma "senhorita de Arras", recebeu o bispado de Noyon, um dos mais importantes do reino.

A continência, portanto, está longe de ser a virtude mais praticada. Embora aconselhada pela Igreja, parece repugnar a todo mundo. E apesar da reforma gregoriana, são poucos, inclusive entre clérigos seculares, que respeitam o voto de castidade. Mesmo no final do século XII, os textos registram com admiração casos de padres que morreram virgens²⁰. Mas o estudo dessa liberdade geral dos costumes, de suas causas e conseqüências, de sua extensão e seus limites, ainda está por ser realizado. A volúpia dos trovadores, a sensualidade dos romancistas, a crueza dos menestrelis e, inversamente, a cólera dos pregadores e as ameaças dos teólogos contêm demasiados lugares-comuns para que se possa obter um quadro preciso, útil ao historiador. As práticas contraceptivas e o aborto, por exemplo, que se pode começar a estudar a partir dos séculos XIV e XV, permanecem inteiramente obscuras para o nosso período²¹. Da mesma forma, a difusão da homossexualidade, que o direito canônico considera o supremo pecado, jamais foi seriamente examinada. A despeito de algumas alusões literárias, a homos-

sexualidade não parece ter sido freqüente. Mas seria interessante saber por quê. Será devido às estruturas familiares? Ou devido às proibições religiosas? Em todo caso, mesmo sendo vista pelos teólogos como o maior dos vícios, devemos constatar que os príncipes homossexuais — como, por exemplo, os reis da Inglaterra, Guilherme, o Ruivo, e, provavelmente, Ricardo Coração de Leão — jamais foram objeto de sanções religiosas por terem se entregado a práticas antinaturais²². Indiferença ou privilégio?

CAPÍTULO X

A PARTE DO SONHO

Quer sejam clérigos, cavaleiros ou camponeses, os homens do século XII raramente estão satisfeitos com sua existência. As realidades cotidianas são tristes, vãs, ingratas e enganosas. O mundo que os cerca é ilusório. Todos têm sede de um outro universo; de um novo reino em que o homem não tenha que se submeter aos caprichos da natureza nem aos imperativos de sua condição social; de uma Jerusalém terrestre em que a paz e a segurança prevaleçam por mil anos; de um mundo idílico e longínquo em que as palavras, as pessoas e as coisas possam adquirir sua significação verdadeira, e não aquela que simulam neste mundo.

Essa necessidade de verdade, essa vontade de esquecer, essa nostalgia de uma idade de ouro, cada um vive à sua maneira. Meios de evasão não faltam. A literatura culta e o folclore popular descrevem lugares maravilhosos, povoados de animais estranhos e criaturas fabulosas, lugares onde o poder e a riqueza são acessíveis a todos e onde cada um, a seu capricho, pode tornar-se herói, imperador ou mágico. De resto, feiticeiros e bruxas não pertencem apenas à literatura: charlatães, heresiarcas e iluminados de toda espécie percorrem o Ocidente, propondo, tanto ao vilão quanto ao monge ou senhor, poções, relíquias, idéias e sonhos. A sociedade em conjunto está disposta a dar sua adesão a todos os que sabem sensibilizá-la. De alto a baixo da escala social, cada qual procura evadir-se para encontrar, por trás das realidades enganosas, o sentido oculto de seu próprio destino¹.

Deslocamentos e viagens

A viagem é o primeiro dos sonhos, e também o mais fácil de realizar para uma sociedade que ainda não é verdadeiramente sedentária. Não há nada de mais falso, com efeito, do que imaginar as populações do século XII acorrentadas a suas terras, aldeias, castelos. Todo mundo se desloca. Em primeiro lugar, os soberanos, que figuram entre os maiores viajantes do Ocidente. O reinado de um rei não é senão um longo, muito longo itinerário através de seus domínios, através dos feudos de seus feudatários, através dos reinos vizinhos, às vezes com excursões além das fronteiras da cristandade. O exemplo de Ricardo Coração de Leão fala melhor que qualquer outro: pôde-se calcular que nos cento e dezessete meses que durou seu reinado (6 de julho de 1189 a 6 de abril de 1199), passou seis na Inglaterra, sete na Sicília, um em Chipre, três sobre diversos mares, quinze na Terra Santa, dezesseis em diferentes prisões da Áustria e da Alemanha, e sessenta e nove em solo da França, sessenta e um dos quais em seus próprios feudos². A corte da Inglaterra não está, portanto, em Londres, nem em York: está onde o rei se encontra, ora em Bordéus, ora em Lincoln, ora em Canterbury, ora em Rouen. Nas obras literárias, a monarquia arturiana não escapa às regras dessa vagabundagem. No interior do reino de Logres, Artur e seus cavaleiros estão em permanente peregrinação, de Carlion a Winchester, de Carduel a Escalot, de Tintagel a Camelot.

Os reis não são os únicos a errar de cidade em cidade, de castelo em castelo. Os grandes feudatários os seguem ou os imitam, e seus barões fazem o mesmo no interior do feudo ou do senhorio. Neste, os próprios vilões não se encontram fixos definitivamente à terra que lhes foi concedida; podem mudar-se, estabelecer-se numa terra recentemente aberta à lavoura, numa aldeia nova, ou mesmo se instalar em outro senhorio. Tais deslocamentos não se devem tanto ao capricho, e sim aos imperativos das atividades econômicas, da vida política e de um sistema que faz com que, do alto a baixo da hierarquia feudal, toda propriedade

fundiária não seja senão a concessão temporária de alguém mais poderoso.

As mudanças periódicas de residência, acresce a circulação cotidiana dos homens. Apesar de sua péssima qualidade, estradas e caminhos são extremamente frequentados: carruagens principescas, funcionários e mensageiros, chefes de guerra e soldados, cavaleiros em busca de aventura, camponeses à procura de terras novas, comboios de mercadores, companhias de artistas, pedreiros, carpinteiros, trabalhadores de aterros, lenhadores, estudantes, monges e clérigos desligados de uma igreja ou abadia, plebeus e bandidos, leprosos, mendigos, excluídos e marginalizados de todo tipo, deslocam-se sem cessar, e em todos os sentidos, de uma ponta a outra da cristandade. As fronteiras, mal delimitadas, não chegam a ser obstáculos. Se às vezes são lineares, como ao longo dos cursos d'água, na maioria dos casos constituem simples zonas em que dois poderes se interpenetram. Algumas tornam-se totalmente indefiníveis pela multiplicidade das superposições e do emaranhado de relações feudo-vassálicas, como, por exemplo, as que separam o ducado e o condado de Borgonha. Outras evoluem juntamente com o meio físico e são transformadas pelo arroteamento de uma floresta, a secagem de um pântano, a abertura de um canal. Além disso, as fronteiras de um reino nem sempre coincidem com as das províncias eclesiásticas e dioceses, nem com as dos feudos e senhorios, sobretudo. Os condes de Flandres e de Champagne, por exemplo, possuem terras situadas no reino da França e outras no império alemão. O Ocidente forma assim uma vasta entidade cujas fronteiras internas não têm nada de impermeável, nem para os homens, nem para as mercadorias, e nem para as idéias, seguramente. A verdadeira aventura não começa senão além dos limites da cristandade.

Mas as dificuldades começam bem antes. Por toda parte, com efeito, é imenso o contraste entre a mobilidade das populações e a precariedade dos meios de circulação. A viagem consiste amiúde numa sucessão de estorvos, de perigos e contratempos. Não obstante uma certa melhora no final do século XII, sobretudo graças à construção de diversas pontes de pedra, a rede viária mal atende às exigências

dos deslocamentos. Na França, as excelentes vias romanas, na sua maior parte abandonadas no final do primeiro milênio, foram pouco a pouco substituídas por estradas de origem religiosa, feudal ou comercial, que se ramificam a partir de Paris, e não mais de Lyon. Geralmente são meras pistas ou caminhos, desprovidos de qualquer revestimento, impraticáveis no inverno, mal traçados, estreitos, sinuosos e imprecisos. Existem, porém, algumas estradas mais largas, mais retas e em alguns trechos pavimentadas; são as que surgiram juntamente com as grandes catedrais e serviram para transportar a pedra a partir de pedreiras situadas a vinte, trinta ou mesmo cinquenta quilômetros do local de construção; mas são insuficientes e necessitam de uma manutenção constante, que é paga por pesadas taxas impostas aos usuários³. Na Inglaterra, onde a rede romana permaneceu mais bem conservada, o que falta são pequenas estradas, pois os viajantes são obrigados a se aventurar através de pradarias, charnecas e florestas.

Além da má qualidade material da estrada, é preciso enfrentar a incerteza dos acessos e o número excessivo de pedágios. Estes são exigidos em todas as ocasiões: para cruzar um vau, uma ponte, um desfiladeiro, para penetrar num senhorio, atravessar um vale, uma cidade, inclusive uma floresta. Daí o caráter flutuante dos itinerários; prefere-se desviar da estrada ou da pista, a fim de evitar o pagamento de uma taxa muito pesada, a extorsão por parte de um castelão mais ávido ou o encontro com um bando de malfeitores. Para maior segurança, viaja-se apenas de dia, em grupo e por um caminho mais longo. Avança-se lentamente. Os homens seguem a cavalo ou a pé; as mercadorias são transportadas por bestas de carga ou em carroças. Do século XI ao XIII, a difusão do peitoral e da ferradura dos cavalos e da carroça de quatro rodas possibilita aumentar, se não a velocidade, pelo menos a quantidade dos produtos transportados.

Quando a estação e a geografia permitem, procura-se utilizar ao máximo as vias fluviais, mais seguras e menos dispendiosas. Rios e ribeirões são as vias comerciais por excelência, aquelas por onde são transportados os produtos de primeira necessidade, como os cereais, o sal, o vinho, a ma-

deira e a lã. Para tais transportes a estrada não serve senão para ligar dois cursos d'água; em Flandres, já são os canais que cumprem essa função. Quando é o caso, recorre-se igualmente à via marítima, que tem a vantagem de ser desprovida de pedágio. Mas se a Mancha e o mar do Norte são cruzados em todos os sentidos, há um temor pelo alto-mar, com a navegação fazendo-se por cabotagem, às vezes por distâncias muito longas. Até o aparecimento dos grandes *Koggen* frísios, por volta de 1220, os barcos são de baixa tonelagem, quer se trate das embarcações a vela que encontramos na Mancha e no Atlântico, ou das galeras, a remos e a vela, que circulam no Mediterrâneo.

Os homens e as mercadorias, portanto, viajam muito. Mas à densidade da circulação se opõe a lentidão dos deslocamentos. Por terra, um comboio percorre entre vinte e cinco e quarenta quilômetros por dia, de acordo com a natureza do terreno e dos obstáculos encontrados. Um documento do fim do século XII nos informa que um cocheiro previa vinte e três dias para transportar mercadorias de Troyes (no norte da França, perto de Paris) a Montpellier (junto à costa do Mediterrâneo)⁴. Mais rápido, um mensageiro solitário pode fazer etapas diárias de sessenta a setenta quilômetros. Sabemos que um mensageiro de Filipe Augusto, em 1197, chegou a fazer o trajeto Paris-Orléans em um dia; mas esse é um caso excepcional. Por volta de 1200, leva-se pelo menos três dias para ir de Paris a Rouen, cerca de dez dias de Paris a Londres, duas semanas de Paris a Bordéus, e mais de vinte dias de Paris a Toulouse. Por outro lado, é preciso uma semana para ir de York a Londres, mais de um mês de Londres a Roma e, de acordo com ventos favoráveis, de vinte a cinquenta dias para ir, por via marítima, de Veneza à Terra Santa. Mas isso não tira em absoluto o ânimo dos viajantes. Os homens dos séculos XII e XIII não são apressados. E, quando precisam de fato deslocar-se mais rapidamente, dispõem de meios para fazê-lo. De resto, é preciso considerar que as durações médias acima mencionadas não diferem muito daquelas que encontramos ainda na metade do século XVII.

As peregrinações e o culto das relíquias

A peregrinação é o primeiro pretexto para se pôr o pé na estrada, para deixar o horizonte cotidiano e buscar num ponto mais ou menos longínquo o acesso ao sonho que não se encontra nem na aldeia nem no castelo. Mas raramente é este o motivo invocado. Partir significa muito mais uma punição que um prazer. Em suas intenções primeiras, a peregrinação é menos uma sede de mudança que um ato de penitência. Mesmo quando não é imposta por um tribunal, corresponde ao desejo, confessado ou não, de obter o perdão por uma má ação qualquer que poderia comprometer a salvação. E, quanto mais longe se for, tanto maior será o benefício espiritual resultante. As peregrinações aos santuários mais distantes geralmente têm por objetivo apenas atrair as boas graças de um santo, a fim de se alcançar o êxito num empreendimento, ou de implorar-lhe um milagre para resolver uma situação penosa.

Constituindo-se progressivamente, a rede das diferentes peregrinações cobre no século XII o conjunto da cristandade. Na França, os santuários mais visitados são dedicados à Virgem ou a santos particularmente venerados: Saint-Martin de Tours, Sainte-Foy de Conques, Notre-Dame du Puy, Madeleine de Vézelay, Rocamadour, Mont-Saint-Michel, Saint-Hilaire de Poitiers, Saint-Martial de Limoges, Saint-Sernin de Toulouse. Na Inglaterra, os peregrinos visitam especialmente o túmulo de São Cuthbert, em Durham, o de Eduardo, o Confessor, em Westminster, e o de Thomas Becket, em Canterbury, após sua canonização em 1173. Ao fim do século XII acrescenta-se uma peregrinação de um tipo especial: a realizada à Abadia de Glastonbury, nos confins do País de Gales, onde em 1191 foram descobertos os supostos túmulos do rei Artur e da rainha Guinevere.

Ao lado desses grandes santuários, há uma infinidade de outros, menores, que são objeto de peregrinações regionais ou locais. Para a maioria da população, com efeito, o culto dos santos parece ser o essencial da vida religiosa. Em cada diocese, a maior festa celebra-se por ocasião de um traslado de relíquias. Com isso, todas as igrejas procuram

obté-las, nem que seja ao preço de um tráfico pouco escrupuloso, denunciado por alguns dos próprios contemporâneos. Após o saque de Constantinopla pelos cruzados, em 1204, os cristãos estabelecidos no Oriente fazem chegar regularmente ao Ocidente todo tipo de relíquias de uma autenticidade duvidosa. O imperador Balduíno I, por exemplo, enviou a Filipe Augusto um fragmento da verdadeira cruz, cabelos de Cristo, um pedaço do tecido que o envolveu ao nascer, assim como um dente e uma costela de São Filipe. E sabemos que, em 1239, Balduíno II vendeu a São Luís a "verdadeira" coroa de espinhos por vinte mil libras de prata fina, quando dois exemplares dessa pseudocoroa já eram conservados perto de Paris, um em Saint-Germain-des-Prés, outro em Saint-Denis⁵. A acreditar nas palavras de Rigord, os parisienses conheciam bem este segundo exemplar, pois ele havia servido, no tempo de Filipe Augusto, a uma cerimônia bastante curiosa:

"No mês seguinte, a 23 de julho [1191], Luís, filho do rei da França, foi acometido desse mal muito grave que os médicos chamam de disenteria. Como seu caso parecesse desesperador, eis o remédio a que se recorreu. Após terem longamente rezado e jejuado, os monges de Saint-Denis tomaram o prego e a coroa do Senhor, bem como o braço de São Simeão, e marcharam de pés descalços, em lágrimas, acompanhados de uma imensa procissão de clérigos e fiéis, até a Igreja de Saint-Lazare, nos arredores de Paris. Lá, rezou-se a Deus e abençoou-se o povo. Pouco depois, todos os religiosos de Paris, o bispo Maurice, seus cônegos, seus acompanhantes, todos os padres e todos os habitantes, acorreram ali, também de pés descalços, chorando e levando consigo o corpo ou os restos de um grande número de santos. Todo mundo reuniu-se numa única procissão, que, alternando cânticos e lamentações, chegou até o palácio real onde Luís agonizava. Proferiu-se um sermão ao povo, que em seguida se pôs a rezar ao Senhor, vertendo lágrimas abundantes para obter a cura do jovem príncipe. Depois fez-se com que a criança fosse tocada pelo prego, a coroa de espinhos e o braço de São Simeão, com os quais traçou-se uma cruz sobre seu ventre. E em breve o menino foi salvo do

perigo que o ameaçava. Enquanto isso, no mesmo dia e na mesma hora, seu pai, o rei Filipe, que se encontrava então na Terra Santa, foi curado da mesma doença”⁶.

Mas a verdadeira peregrinação, aquela cuja realização exige um heroísmo às vezes doloroso, é a que se faz ao longe, muito longe, em terra estrangeira, até Roma, Compostela ou aos lugares santos. Alguns teólogos afirmam que todo cristão digno desse nome deve esforçar-se por realizar ao menos uma delas, uma vez na vida. Em todo caso, é também para lá que os tribunais enviam os criminosos para expiar as faltas mais graves. Compostela, onde teriam sido descobertos no século IX os restos de São Tiago, o Maior, é mais freqüentada por ser mais bem organizada. Mas Roma tem também seus inúmeros viajantes, que vêm rezar sobre os túmulos dos apóstolos Pedro e Paulo e dos primeiros mártires.

Os peregrinos deslocam-se em pequenos grupos. Identificam-se pelo largo chapéu de feltro, a sacola a tiracolo e a grande vara com um botão na ponta, e o bordão, que os auxilia na marcha. Na partida, mandam benzer as roupas e costurar sobre o capuz e o chapéu insígnias em tecido ou metal representando uma cruz, uma concha (em alusão à viagem por mar) ou outro objeto de estima, e que eles irão colocar em contato com as relíquias visitadas. Durante a caminhada, são hospedados gratuitamente nas abadias e nas casas hospitaleiras distribuídas ao longo dos grandes itinerários. Frequentemente um castelão os acolhe e pede-lhes que animem o serão familiar com a descrição dos países por que passaram e o relato de suas desventuras. Pois, ainda que sua pessoa e seus bens estejam protegidos, os peregrinos, como os demais viajantes, estão expostos aos perigos da estrada. Encontros desagradáveis são freqüentes, e os incidentes multiplicam-se à medida que, aos “andarilhos de Deus”, juntam-se aventureiros de todos os matizes, desde os inofensivos clérigos e frades desertores até os temíveis salteadores das grandes estradas⁷.

A mais perigosa, mas também a mais “eficaz” de todas as peregrinações, é a que conduz os fiéis até Jerusalém. Ela demanda, no entanto, tempo, dinheiro e meios de proteção

que não estão ao alcance de todos. Assim, reserva-se sobretudo à aristocracia, embora já existam — na Inglaterra, na França e principalmente na Itália — organizações que se encarregam de encaminhar para a Terra Santa peregrinos de todas as condições sociais. Mais que as cruzadas propriamente ditas, são essas peregrinações individuais ou em pequenos grupos que levam, ao longo de todo o século XII, os cavaleiros ocidentais aos lugares santos. No ultramar distante e misterioso, eles vão buscar a realização de um destino que aspiram grandioso, e que sua vida medíocre e rotineira no Ocidente não consegue alcançar. Mesmo que a idéia de cruzada experimente já uma certa degenerescência, mesmo que as grandes expedições militares conduzidas pelos soberanos não resultem senão em lamentáveis fracassos, o apelo do Oriente continua a exercer sobre a classe cavaleiresca um fascínio que beira a neurose coletiva.

O atrativo do Oriente e o maravilhoso geográfico

Esse fascínio age igualmente sobre aqueles que não têm recursos para empreender uma viagem. Encontra-se em todos os domínios da criação literária, artística, folclórica ou científica. Assim, por exemplo, na imagem que se faz da Terra. Os poucos mapas-múndi conservados representam uma Terra circular, tendo por centro Jerusalém e por “cume” — lá onde colocamos hoje o pólo norte — o lugar de onde vem a luz, o Oriente, ilustrado por uma alta montanha, sobre cujo cimo se encontra o paraíso terrestre. Como a visão da sociedade, a do mundo é tripartite. Existem três continentes: a Europa, a África e a Ásia, este último tão vasto quanto os dois outros reunidos, e três entidades marítimas: o Mediterrâneo no centro, o oceano Índico entre a Ásia e a África, e o oceano “circular”, que envolve o planeta de todos os lados. Evidentemente, nem tudo é tão bem desenhado quanto os contornos da Europa ocidental e da bacia mediterrânea⁸.

A literatura geográfica, sobretudo quando é populari-

zada, como as numerosas *Imagens do mundo* compiladas nos séculos XII e XIII, confirma a extensão desse desconhecimento. Tudo o que se acha além da Dinamarca, além do Cáucaso e do mar Cáspio, é visto como desconhecido, dando lugar às descrições mais fantasiosas, às lendas mais fabulosas. O gosto do público pelo maravilhoso se faz cúmplice da ignorância e da credulidade dos autores, levando-os a ampliar cada vez mais os relatos extraordinários de seus predecessores.

De todos os países longínquos, a Índia é aquele que exerce os atrativos e mistérios mais prodigiosos. É um país que conhece, a cada ano, dois invernos e dois verões. Suas florestas, tão altas que tocam as nuvens, possuem árvores espantosas: algumas têm folhas maiores que uma casa, outras dão frutos enormes e magníficos, mas que estão repletos de pó, outras ainda fornecem um carvão que pode queimar um ano inteiro sem se extinguir. As nozes são graúdas como a cabeça de um homem, e os cachos de uvas, tão pesados que não se pode carregar senão um de cada vez. As serpentes têm pedras preciosas no lugar dos olhos. Todos os rios arrastam pepitas de ouro, com exceção do Ganges, onde, em contrapartida, pode-se pescar enguias que medem mais de cem metros de comprimento. Além disso, a Índia é habitada por diferentes povos, cada um mais estranho que o outro. Há os antropófagos, que devoram os parentes mais idosos; outros, peludos, só se alimentam de peixe cru e água salgada; e existem ainda os que têm necessidade de aspirar constantemente o cheiro de maçã para viver. Alguns homens possuem apenas um olho, vermelho, localizado no meio da testa; outros têm seis dedos nos pés; ou a boca localizada no peito e os olhos nos ombros; ou, enfim, um único pé, mas tão grande que é possível servir-se dele como um escudo ou uma sombrinha⁹.

A Etiópia, que a maioria dos autores situa ao sul da Ásia, entre a Índia e o Egito (que aparece como pertencendo ao continente asiático), não contém criaturas menos fantásticas. Ali todos os animais são privados de orelhas e às vezes de olhos; do mesmo modo, pedras preciosas se encontram, não no olho das serpentes, mas no cérebro dos dragões, que, aliás, são difíceis de capturar. Os homens se

alimentam da carne de leões e panteras, o que os faz grunhir como as feras; eles vivem nus e não fazem nada; alguns têm por rei um cão, outros um ciclope gigantesco; quanto aos que habitam no deserto, na direção leste, perto dos antípodas, não comem senão gafanhotos secos, e por esse motivo não ultrapassam jamais a idade de quarenta anos ¹⁰.

Mais difundidas que essas compilações didáticas, destinadas a um público mais ou menos culto, são as lendas construídas sobre mitos geográficos, retomadas e transformadas pela cultura popular. Por exemplo, a do padre João — cujas primeiras menções aparecem na metade do século XII —, falando de um país fabuloso localizado em alguma parte da Ásia central, onde reina um rei-padre chamado João, cristão do rito nestoriano e grande inimigo do Islã, que poderia ser um precioso aliado para a reconquista da Terra Santa. No século XIII, vários embaixadores foram enviados pelos soberanos ocidentais rumo a esse país imaginário, que, no século seguinte, não tendo sido encontrado na Ásia, foi deslocado para a África ¹¹.

Outra lenda muito difundida, e que contaminará as tradições geográficas até o fim da Idade Média, é a de São Brandão. Suas origens não se encontram mais na Ásia, mas no folclore céltico-cristão da Irlanda primitiva. São Brandão, abade de um mosteiro irlandês, teria partido no século VI com catorze de seus monges para buscar o paraíso terrestre além dos mares. Teria navegado durante sete anos numa frágil embarcação desprovida de leme, deparando-se, no curso dessa nova odisséia, com eventos muito mais extraordinários que os do próprio Ulisses. O encontro com uma baleia gigante, por exemplo, cujo dorso ele tomou por uma ilha e sobre a qual desembarcou com os companheiros num dia de Páscoa para celebrar a missa. Ele teria, finalmente, atingido a ilha da Felicidade, situada nos confins do mundo, onde o sol jamais se põe; lá, um anjo lhe teria aparecido para ordenar que desse meia-volta e fosse contar as maravilhas que havia visto. A *Navegação de São Brandão* foi certamente o livro de viagens mais popular da Idade Média. O texto latino, compilado no século X, foi aos poucos traduzido para todas as línguas vernáculas da Europa ocidental ¹².

Os animais e os bestiários

O maravilhoso geográfico está relacionado com o maravilhoso animalesco, que encontra expressões variadas em todas as categorias sociais. O universo animal constitui efetivamente um lugar privilegiado, onde podem se precipitar sem riscos todas as crenças, esperanças e fantasmas de populações para as quais o sonho é uma necessidade.

O homem do século XII, no entanto, mantém com o animal um contato íntimo e cotidiano, e a fauna que o cerca não tem nada de fantástica. Os animais domésticos não são muito diferentes dos que conhecemos hoje. Os gatos ainda são raros nos interiores, e para caçar ratos e camundongos utilizam-se às vezes doninhas relativamente domesticadas. Corvos e gralhas também são domesticados, como se fará mais tarde com os papagaios. Em troca, os cães não parecem ainda constituir objeto de atenções afetivas antes da metade do século XIII; não têm o direito de entrar nas casas e geralmente são associados a costumes pouco generosos. Suger conta que o assassino do conde de Flandres, Carlos, o Bom, foi preso a um poste juntamente com um cão, ao qual se torturou para que, sob o efeito da dor, avançasse sobre o rosto do criminoso¹³. Os dois animais mais estimados são o cavalo e o falcão, ao passo que o mais conhecido do ponto de vista científico é o porco: com efeito, com a proibição da dissecação do corpo humano, pela Igreja, é ao dissecar o porco, animal considerado como o mais semelhante ao homem, que os médicos estudam anatomia. Os animais ferozes não são menos familiares que os domésticos. Se os lobos foram exterminados na Inglaterra no século X, no continente europeu se encontram por toda parte, às vezes até próximos à periferia das cidades. Ursos e javalis infestam igualmente as florestas da Europa. Quanto às grandes feras, não são desconhecidas das populações. Os soberanos possuem coleções de animais importados da Ásia e da África, que o povo pode observar nos dias de folga. As dos reis da Inglaterra em Caen e a de Filipe Augusto em Vincennes tornaram-se famosas. Não são raros, enfim, os apre-

sentadores de animais que vão de aldeia em aldeia exhibir leopardos, macacos, serpentes e pássaros exóticos¹⁴.

Esse conhecimento concreto do mundo animal não arrefece um gosto muito forte e difundido pelos livros de zoologia em que o maravilhoso prevalece sobre o real: os bestiários. Consistem em tratados que, sob o pretexto de descrever os costumes de animais estranhos ou familiares, extraem do estudo da natureza símbolos religiosos e preceitos morais. Apesar da falta de originalidade — pois devem a maior parte de sua ciência aos autores da Antiguidade e da alta Idade Média —, sua voga é imensa e influencia tanto as formas mais elaboradas da criação artística quanto os relatos mais ingênuos da mitologia popular. Com efeito, eles associam a cada animal fábulas próprias a impressionar o camponês, maravilhar o cavaleiro, seduzir o artista e inspirar o pregador.

Eis uma antologia extraída do *De bestiis*, de Hugues de Saint-Victor e Hugues du Fouilloy, dos bestiários romancados de Philippe de Thaün, de Guillaume le Clerc e de Pierre de Beauvais, e do *Liber de proprietatibus rerum*, de Barthélemy l'Anglais¹⁵.

O primeiro a figurar é o lobo, que aos olhos das populações medievais é o animal mais astuto e cruel. Ele marcha sempre no sentido do vento para que os cães não possam farejar suas pegadas; quando uiva, põe a pata diante da boca para dar a entender que não está sozinho. Sua mordida é tanto mais peçonhenta, na medida em que se alimenta de sapos e, como o cão, padece geralmente da raiva. É tão diabólico que no lugar onde pisa a erva não volta a crescer. Mas um homem que encontra um lobo tem uma chance em duas de escapar: é preciso que veja o lobo primeiro. Este perde então a agressividade e foge. Mas se o lobo perceber primeiro a presença do homem, este ficará paralisado e acabará sendo devorado; ainda que, num golpe de sorte, consiga escapar, permanecerá mudo até o fim de seus dias.

Em seguida, aparece o urso, não obstante ser um mamífero bem conhecido. É descrito como um animal enorme cuja força se concentra toda nas pernas. A fêmea é muito mais forte que o macho e bastante difícil de capturar; além disso, cheira muito mal. O urso macho, ao contrário, pode

ser domesticado, com a condição de que lhe ceguem os olhos e o empanturrem de mel. Quanto mais se bater nele, tanto mais gordo e robusto ficará, podendo então ser utilizado como animal de tração. E quando morre, aproveita-se sua gordura, que, aplicada nos cabelos, constitui o melhor remédio contra a calvície. Como o período de gestação da ursa não ultrapassa trinta dias, seus filhotes vêm ao mundo natimortos. De resto, não são maiores que um rato e não têm olhos nem pêlos. É a mãe que lhes restitui a vida, dando-lhes um tamanho e uma anatomia convenientes ao lambê-los vigorosamente vários dias seguidos.

Essa ressurreição possui evidentemente um significado cristológico. Reencontramo-la sob formas semelhantes nos capítulos do leão e do pelicano: o primeiro reanima com seu sopro os filhotes natimortos, enquanto a fêmea do segundo devolve a vida aos seus, mortos pelo pai, furando o próprio peito com o bico e banhando-os em seu sangue.

Contudo, adota-se o cervo mais freqüentemente como símbolo de Cristo. Ele odeia as serpentes, que são criaturas do demônio, caçando-as e comendo-as. Estará então condenado a uma morte certa se, nas três horas que se seguem à absorção do veneno, não beber da água de uma fonte. Ao fazer isso, não apenas se salva, como também recupera a juventude. Daí sua longevidade. Todos os autores atribuem-lhe uma vida extremamente longa, havendo porém discordâncias quanto à duração. Hugues de Saint-Victor, o mais generoso, menciona novecentos anos. O cervo também jamais adoece, nunca tem febre, e o homem que come todo dia um pouco de sua carne acaba adquirindo a mesma imunidade. É um animal que gosta muito de música; pode-se atraí-lo e capturá-lo por meio de assobios melódiosos. Mas estes só são eficazes quando suas orelhas estão levantadas; quando apontam para baixo, ele é totalmente surdo. E quando, por fim, o cervo é cercado pelos caçadores, não se defende, mas chora abundantemente, o que lhe vale às vezes a vida.

Dos animais exóticos, o camaleão é certamente o mais extraordinário. Tem o corpo de lagarto, as escamas e o dorso de peixe, a cabeça de macaco e as patas de falcão. Como é muito medroso, muda freqüentemente de cor e pode

adotar qualquer uma, exceto o branco e o vermelho. Não come nem bebe: o ar é seu único alimento. Assim, seu corpo é totalmente desprovido de sangue. Seu estômago possui propriedades mágicas: se se puser fogo nele, fará em seguida chover ou desabar uma tempestade.

Ao crocodilo, mais bem conhecido, os autores atribuem estados de alma bastante curiosos. É uma grande serpente de cor amarela, provido de quatro pés gigantescos e carente de língua, sendo dotado de uma característica muito incoerente: quando come, não conhece limites e devora os alimentos até sentir-se mal; encalha então na areia e não consegue se mover antes de ter digerido tudo, o que pode levar vários dias. Assim também, quando vê um homem, não pode conter-se de atacá-lo e devorá-lo, ainda que por natureza seja uma criatura boa e sensível. É por isso que, terminado o sinistro repasto, lamenta seu ato infame e chora durante várias horas.

Os bestiários não falam apenas dos animais verdadeiros. Dedicam geralmente longos capítulos aos monstros e aos seres quiméricos. Deixemos de lado o dragão, o grifo, o basilisco e as sereias — cujo caráter fantástico no século XIII já se encontrava um tanto desacreditado — e mencionemos, para terminar, quatro ou cinco outras criaturas menos conhecidas, mas igualmente estranhas.

A mantícora é a mais sanguinária de todas as bestas. Aliás, tem a cor do sangue. O corpo é de leão, a cauda, de escorpião e a cabeça, de homem. Suas mandíbulas são providas de uma tripla fileira de dentes. Nenhuma criatura consegue escapar a ela, pois é o animal mais rápido do mundo. Na verdade, apenas o leão não a teme. Em contrapartida, este é aterrorizado pelo leontofonos, o menor dos roedores, que só com o cheiro de sua urina pode levar o leão desta para melhor. Mais inofensivo é o tarando, grande boi com cabeça de cervo e pele de urso. Habita as regiões frias e é muito medroso; como o camaleão, muda frequentemente de cor. O leoncrocute resulta do cruzamento do lobo-cerval com a leoa, o que não o impede de ter corpo de asno, patas de cervo, juba de leão, cabeça de camelo e às vezes voz de homem. Mas a mais estranha de todas as criaturas é incontestavelmente o *monge do mar*, monstro mari-

nho que freqüenta as costas da Noruega: embora tenha corpo de peixe, a cabeça é a de um homem tonsurado, e sobre os ombros pende um capuz semelhante ao dos monges.

O maravilhoso bretão e o universo do Graal

O maravilhoso da literatura romanesca, ao contrário dos bestiários e das obras didáticas, é muito mais feérico do que fantástico. O monstruoso cede ali o lugar ao estranho. Há um deslocamento apenas parcial da realidade. As criaturas misteriosas e os fenômenos sobrenaturais são mais fascinantes que perturbadores, pois em sua estranheza conservam sempre alguma aparência do real. Além disso, suas freqüentes intervenções na existência cotidiana jamais são totalmente gratuitas; representam sinais, advertências, mensagens enviadas do Além¹⁶. A mentalidade medieval, com efeito, crê na existência de intermediários entre o mundo de Deus e o dos homens: almas dos mortos, anjos e demônios, gênios e fadas, que se manifestam por prodígios cuja significação é premonitória. Daí, por exemplo, os historiadores e cronistas não deixarem de assinalar tudo aquilo que, precedendo os grandes acontecimentos, altera de alguma forma a ordem natural das coisas: milagres, sonhos, aparições, cometas, eclipses:

“No ano de 1187 da Encarnação do Senhor, a 4 de setembro, houve um eclipse do sol no décimo oitavo grau da constelação de Virgem; durou duas horas. No dia seguinte, sábado, 5 de setembro, às onze horas da manhã, nascia Luís, filho de Filipe Augusto, ilustre rei dos franceses”¹⁷.

Nas obras literárias, a interpretação desses prodígios está reservada a especialistas, entre os quais os autores tomam o cuidado de distinguir os magos como Merlin, que utilizam sua ciência apenas para fins generosos, dos feiticeiros e *charaïresses*, que firmaram um pacto com o Diabo e buscam apenas prejudicar os homens. Tanto uns quanto ou-

tros, além de astrólogos, possuem poderes de *fisiciens*: conhecem as virtudes das plantas e sabem preparar as poções do amor. Como Tessala, a hábil e devotada governanta de Fénice, são versados em todas as artes da *nigromance* (magia) e podem proclamar:

“Eu sei curar a hidropisia e a gota, a asma e a amigdalite; sei ler na urina e tomar a pulsação; não vale a pena procurar outro médico. Além disso, conheço encantamentos e sortilégios cuja eficácia nem é preciso demonstrar. A própria Medéia jamais conheceu poderes semelhantes. . .”¹⁸

Mas os romances da Távola Redonda não se contentam com essa forma de maravilhoso, afinal de contas bastante banal, que encontramos num grande número de obras literárias. Recorrem a elementos de estranheza que lhes são próprios, e que na maioria dos casos se originam dos contos célticos da Irlanda e do País de Gales. A fusão desses diversos elementos constitui o maravilhoso bretão, essa atmosfera estranha, ambígua e fascinante que confere à literatura arturiana uma sedução ímpar. Aqui há poucas descrições superlativas; tudo aparece em meios-tons e interrogações. O que é omitido é quase mais importante do que o que é dito. Trata-se menos de excitar a admiração do leitor do que deixar vadiar sua imaginação. Também não é preciso ir à Índia para encontrar criaturas extraordinárias: aqui o mundo dos mortos roça o dos vivos, e a fronteira que os separa não é de modo algum impermeável. Basta que o cavaleiro errante atravessasse uma charneca, um rio, uma floresta, para penetrar inadvertidamente no reino dos deuses e das fadas; basta que embarque solitário numa nau abandonada para ser conduzido a um lugar misterioso em que o aguarda seu destino. No seu caminho de aventura, encontra anões pérfidos e briguentos, gigantes disformes e tirânicos, contra os quais deve lutar para salvar alguma jovem, que, em seguida, irá se revelar lúbrica ou caprichosa; faz pousada num castelo assombrado, onde passa a noite a se debater contra armas mágicas que desaparecem de manhã cedo; atravessa uma floresta onde os animais lhe falam e o convidam a confessar seus pecados; depois chega até um

cemitério crepuscular, onde contempla seu próprio túmulo antecipado e lê na lousa tumular o relato de sua morte por vir.

O encanto dessa literatura provém igualmente de suas obscuridades e contradições. Os autores vertem nos relatos irlandeses e galeses temas e motivos que pertencem à mitologia céltica, e que evidentemente não compreendem. Pretendendo embelezá-los ou dar-lhes uma aparência de explicação, acabam por deformá-los, mutilá-los, embora impregnem tais relatos com uma aura de mistério que os tornam tão sedutores para seu público quanto continuam a sê-lo ainda hoje. Às vezes, os autores parecem inclusive ultrapassados por suas próprias criações, deixando-se fascinar, como aqueles a quem se dirigem, pelo que é narrado¹⁹.

O melhor exemplo é o *Conto do Graal*, que Chrétien de Troyes empreendeu a pedido do conde de Flandres, Filipe da Alsácia, e que a morte não permitiu que concluísse²⁰. Em vários trechos, Chrétien mostra-se como que deslumbreado, ofuscado mesmo por esse tema estranho e grandioso que não escolheu e do qual não consegue dominar todas as incandescências. Que dizer então de seus imitadores, de seus continuadores, que quiseram reescrever ou prosseguir uma obra inacabada cujo caráter enigmático parecia ter perturbado no mais alto grau o próprio autor...?

Após a morte de Chrétien de Troyes, toda a sociedade cavalariana deixou-se enfeitiçar por esse tema do Graal, que, embora remodelado, adaptado e transformado por várias gerações de poetas e romancistas, jamais conseguiu comunicar a totalidade de seus mistérios. Estes encontram seu ponto de partida na cena central do romance de Chrétien. O jovem Perceval, recém-ordenado cavaleiro, chega uma noite a um castelo onde é recebido por um senhor nobre e cortês, mas *mebaigné* (enfermo). Enquanto conversam aguardando a ceia, eis que um estranho cortejo atravessa a grande sala:

“Um jovem saiu de um quarto, segurando uma lança magnífica pela metade da haste. Passou entre a lareira e os comensais sentados no leito. Todos os que se encontravam ali puderam então ver uma gota de sangue brotar no alto da

lança e escorrer até a mão do rapaz. [...] Em seguida, vieram dois outros, de aspecto magnífico, cada um trazendo nas mãos um candelabro de ouro ricamente trabalhado, no qual brilhavam uma dezena de velas. Depois apareceu um graal conduzido por uma nobre donzela, encantadora e soberbamente vestida. Quando ela entrou na sala com esse graal, fez-se uma claridade tão grande que as velas perderam o lume, exatamente como acontece com a lua e as estrelas quando o sol se levanta. Atrás dela vinha outra donzela portando uma bandeja de prata. O graal, que seguia adiante, tinha sido fundido no mais puro ouro e incrustado de todo tipo de pedras preciosas, as mais ricas e variadas que se poderia encontrar na terra ou no mar. Então, da mesma forma que a lança, o graal e a bandeja passaram diante do leito e desapareceram num outro quarto”²¹.

Esse espetáculo extraordinário enche de curiosidade o jovem Perceval. Ele gostaria de interrogar seu anfitrião, perguntar-lhe o que significa a lança que sangra e para quem é conduzido o graal e seu conteúdo. Mas não ousa fazê-lo: o bravo Gornemant de Goor, que há pouco tempo o hospedara, ensinara-lhe que um perfeito cavaleiro não deve colocar questões indiscretas. Guarda, portanto, o silêncio, presenciando, sem chegar a entender, uma aventura incomparável, a mais prodigiosa jamais oferecida a um jovem cavaleiro. Se houvesse colocado a questão que lhe queimava os lábios, não apenas seu anfitrião seria curado e o país estaria livre de terríveis calamidades, mas ele próprio teria recebido sublimes recompensas. Ora, tudo isso ele só virá a saber mais tarde, quando saberá também que o nome do castelão enfermo é Rei-Pescador (assim chamado porque sua única distração na doença é a pesca) e que o graal contém por alimento somente uma hóstia destinada a manter em vida um homem velho, que não é outro senão o próprio pai do Rei-Pescador.

Chrétien de Troyes não vai muito além disso. Porém, mais que um conto estranho e inacabado, entrega à posteridade um mito inesgotável, em torno do qual, durante várias gerações, irão se cristalizar os sonhos e as aspirações de uma parte da sociedade ocidental. Toda uma literatura bus-

cará explicar a doença do Rei-Pescador, a identidade de seu pai, o sangramento da lança, a significação do graal²². Simples travessa em Chrétien, esse graal irá transformar-se progressivamente em vaso, cálice, cibório, no prato em que Jesus comeu na quinta-feira santa, na tigela em que, na manhã seguinte, José de Arimatéia recolheu o sangue derramado de suas feridas, ou mesmo, segundo o poeta alemão Wolfram von Eschenbach, em uma pedra preciosa que dispensa o poder e as riquezas e que protege da morte.

No vazio vertiginoso deixado pelo silêncio de Perceval, poetas e romancistas vão poder organizar sua visão do mundo e da sociedade, e o público fará florescer suas esperanças e ilusões. Se o jovem cavaleiro tivesse falado, se houvesse colocado a questão fatídica, a literatura medieval teria perdido sua lenda mais inquietante e a literatura universal, um de seus temas mais poéticos e inefáveis. Mas, naquele dia, Perceval tinha um encontro marcado com o Destino, e um autor de gênio quis que fosse um encontro não realizado.

ALGUMAS PÁGINAS EXTRAÍDAS DA LITERATURA CORTÊS

A literatura cortês não foi — em absoluto — nossa única fonte para estudar a vida cotidiana da França e da Inglaterra ao final do século XII e início do XIII. No entanto, pareceu-nos útil fornecer aqui, sob a forma de peças anexas, alguns extratos um pouco mais longos que aqueles citados no texto. Além de um convite a percorrer obras admiráveis, muito pouco lidas, quase exclusivamente reservadas aos filólogos e historiadores da literatura, encontrar-se-á aqui um razoável mostruário dos ensinamentos que sua leitura pode oferecer, ou não, ao historiador. Realista ou “maravilhoso”, rico ou pobre em detalhes sobre a existência cotidiana, o romance medieval representa sempre um documento da história. Ainda que transponha a realidade, ainda que a desfigure, suas descrições interessam ao historiador. Os autores não deformam senão aquilo que existe; não constroem suas quimeras senão a partir do que conhecem. E a própria maneira como fantasiam traduz sempre alguma coisa de sua cultura, de suas aspirações, de suas crenças e de suas preocupações ideológicas¹.

Escolhemos e traduzimos seis extratos que interessam tanto ao historiador da vida material quanto ao das estruturas sociais e ao das mentalidades. Creio não ser preciso sublinhar que nossa tradução não aspira à elegância literária. Considerando esses textos como documentos, procuramos sobretudo não traí-los. Ou, pelo menos, não traí-los demasiadamente. O francês antigo e os dialetos a que se vinculam colocam, com efeito, problemas de tradução bastante árduos. Mas aqui não é o lugar de comentá-los². Os mais freqüentes são aqueles ocasionados, de um lado pela mistura contínua do presente e do pretérito ao longo do relato, de outro pela repetição de uma mesma idéia ou um mesmo

trecho de frase em termos diferentes. No que toca ao emprego dos tempos, tentamos utilizar o mais seguidamente possível o presente histórico. Quanto às repetições, adotamos por regra traduzi-las quase todas; as raras supressões (assinaladas por colchetes) foram motivadas pela preocupação de não tornar incompreensível a tradução de certas passagens.

UM VASSALO HOSPITALEIRO

É dispensável apresentar aqui Chrétien de Troyes³. Falamos suficientemente dele nas páginas que precedem. Quatro dos seis extratos traduzidos a seguir são tirados de seus romances. Além de um rápido apanhado da arte do maior romancista da Idade Média, eles darão uma idéia das informações que a literatura arturiana do fim do século XII pode proporcionar ao historiador.

Erec et Enide, escrito por volta de 1170, é a primeira das obras conservadas de Chrétien. O tema principal é o conflito do amor e da aventura cavalariana. O trecho a seguir situa-se no início do romance: Erec, cavaleiro da Távola Redonda, persegue um anão e um misterioso cavaleiro que o ofenderam covardemente. Chega assim a uma cidade-fortaleza, onde encontra, na filha de um vavassalo hospitaleiro, aquela que haverá de ser sua mulher: Enide. Irá perceber-se o contraste entre a pintura viva e pitoresca das cenas de rua e a descrição bem convencional da bela jovem miseravelmente vestida.

“Pela estrada, Erec segue o cavaleiro em armas e o anão que o ofendeu. Acabam por chegar ante um burgo fortificado, sólido, bem situado e de bela aparência. Logo cruzam o portão de entrada. No interior, cavaleiros e donzelas — algumas muito bonitas — misturam-se em meio a uma grande e alegre algazarra. Uns levam a passear pelas ruas gaviões e falcões jovens; outros trazem falcões machos e açores dourados; há ainda, de entremeio, os que jogam dados, xadrez ou damas. Diante das estrebarias, os rapazes escovam e esfregam os cavalos. Em seus quartos, as damas se enfeitam. Muitos são os que acorrem em direção ao cavaleiro; eles o conhecem e o viram aproximar-se ao longe,

acompanhado do anão e da jovem. Todos dão-lhe uma acolhida calorosa, mas não prestam atenção em Erec, que para eles é um desconhecido.

Atravessando o burgo, Erec segue o cavaleiro até vê-lo entrar numa casa — onde é recebido com muita alegria. Prosseguindo um pouco mais adiante, Erec percebe, sentado nos degraus de uma escada, um vavassalo já um tanto idoso e cuja casa parece bem modesta. É um velho de cabelos brancos, que demonstra bom nascimento e caráter nobre. Sentado ali, solitário, parece perdido em seus pensamentos. Erec adivinha que esse homem íntegro certamente lhe dará pousada. Cruza o portão e penetra no pátio. O vavassalo sai a seu encontro e, antes que Erec pronuncie qualquer palavra, dirige-lhe uma saudação:

— Cavaleiro — diz ele —, sede bem-vindo. Se aceitais a hospedagem, minha casa está pronta a vos receber.

— Eu vos agradeço — responde Erec. — De fato, estou precisando muito de um alojamento.

Erec apeia do cavalo. O velho toma as rédeas do animal e o conduz. Sente-se feliz por ter um tal hóspede. Em seguida, chama a mulher e a filha — que é de grande beleza. Elas estão ocupadas numa oficina, mas ignora a natureza de seu trabalho. A dama sai em companhia da filha. Esta se veste com uma ampla camisa branca e plissada, sobre a qual pôs uma malha da mesma cor; são suas únicas vestimentas. Não usa túnica, e a própria malha está tão gasta que tem furos nos lados. Mas, se a roupa é pobre, o corpo que ela protege é magnífico.

É uma jovem extremamente agradável. A natureza, ao trazer-lhe ao mundo, demonstrou particular esmero; e depois, por mais de quinhentas vezes, perguntou-se como havia sido um dia capaz de fazer uma criatura tão bela; pois, apesar de seus esforços, jamais conseguiu criar outra igual. Eis aí a prova de que em todo o universo jamais se havia visto pessoa tão encantadora. Acreditai-me, com certeza: por mais dourados e brilhantes que fossem, os cabelos de Isolda, a Loura, não eram nada em comparação com os seus. Além disso, sua fronte e o semblante são mais puros e mais brancos que a flor do lírio; e sobre as faces — supremo dom da Natureza — sua tez é maravilhosamente tingida de uma

suave cor vermelha. O brilho de seus olhos é tal que parece dizer o mesmo do nariz e da boca. Como eu poderia descrever melhor sua beleza? Verdadeiramente, ela foi feita para ser apreciada; olha-se nela como se se olhasse num espelho.

Ao sair da oficina, a jovem percebe o cavaleiro que nunca vira. Intimidada com esse desconhecido, permanece um pouco retraída, silenciosa e levemente corada. Quanto a Erec, está perturbado ante a visão de tão grande beleza. O vavassalo diz então à filha:

— Pegue o cavalo, leve-o à estrebaria e deixe-o com os meus; cuide para que não lhe falta nada; tire-lhe a sela e o freio, dê-lhe aveia e feno; limpe-o, escove-o, faça com que seja bem tratado.

A jovem toma o cavalo, desamarra-lhe a correia que cinge o peito, tira a sela e o freio. O animal encontra nela uma hospedeira cheia de atenções. Ela passa-lhe um cabresto, escova-o com a almofaça, fricciona-o e limpa-o com cuidado. Depois amarra-o ante uma manjedoura, que ela enche de aveia e feno frescos. Feito isso, retorna para junto de seu pai. Ele diz:

— Querida filha, tome este senhor pela mão e preste-lhe as devidas honras.

Ela obedece, mostrando assim não possuir qualquer vilania. Tomando pela mão o cavaleiro, entra com ele na casa. A dama os precedeu para fazer os preparativos, estender as cobertas e os tapetes sobre os leitos. Ali sentam-se os três. Erec tem a jovem a seu lado e o dono da casa à sua frente. Na lareira, diante deles, arde um fogo que projeta uma grande claridade. O vavassalo não dispõe, para seu serviço, nem de criada nem de camareira, mas de um único doméstico, que, na cozinha, prepara a carne de gado e de aves para a ceia. Não demora a prepará-los, pois tem experiência tanto em assados quanto em cozidos. Estando a refeição pronta como lhe havia sido ordenado, traz a água em duas bacias. A mesa é rapidamente posta, colocando-se as toalhas e os talheres; os comensais podem sentar-se à mesa. Tudo o que desejam lhes é servido à vontade.

Depois de cearem fartamente e de levantarem-se da mesa, Erec pergunta a seu anfitrião, o dono da casa:

— Diga-me, caro anfitrião, por que vossa filha, tão bela e tão instruída, veste-se de maneira tão pobre?

— Amigo — responde o vavassalo —, a pobreza afeta muitas pessoas, e eu me incluo entre elas. É uma grande dor para mim vê-la tão miseravelmente vestida; mas me é impossível remediar. Toda a minha vida fiz a guerra, a ponto de hoje ter perdido todas as minhas terras; elas tiveram que ser vendidas ou penhoradas. E, no entanto, minha filha possuiria belas roupas se eu lhe tivesse dado a permissão de aceitar tudo o que lhe quisessem oferecer. O próprio senhor deste burgo a teria vestido ricamente e satisfeito todos os seus desejos, pois ela é sua sobrinha e ele é conde. Em toda a região, não há um só barão, mesmo os de maior prestígio, que não desejasse fazê-la sua mulher — quaisquer que fossem as minhas condições. Mas eu espero ainda um melhor partido, com a esperança de que Deus lhe conceda maiores honras e que uma ventura conduza até ela um rei ou um conde que a levaria consigo. Pois poderá haver sob o céu um rei ou um conde que se envergonhassem de minha filha? Ela é tão maravilhosamente bela que não se acharia nunca outra igual. E sua sabedoria ainda é maior que sua beleza. Deus jamais fez alguém mais nobre e mais sábio. Quando a tenho a meu lado, o universo inteiro me é indiferente. Ela é meu prazer e felicidade, meu consolo e reconforto, minha fortuna e meu tesouro. Eu quero bem a ela mais que tudo.” *

* Traduzido de acordo com a edição de M. Roques, Paris, 1952, versos 342-546.

O TORNEIO DE TENEBROC

Na maior parte dos romances de cavalaria, cerca da metade dos versos são dedicados a relatos de torneios. É um exercício de estilo em que os autores são exímios. Mas, se a narração monótona das contendas pode às vezes fatigar o leitor, a descrição minuciosa do equipamento dos combatentes é sempre uma fonte preciosa para o historiador do vestuário e do armamento. Eis aqui um exemplo, tirado também de Erec et Enide. Trata-se do grande torneio patrocinado pelo rei Artur junto às muralhas de Tenebroc (Edimburgo) e destinado a coroar magnificamente as festas que se seguiram ao casamento de Erec e Enide.

“Um mês depois de Pentecostes, um torneio é organizado na planície, aos pés de Tenebroc. Vêem-se muitas bandeiras, muitos lenços, muitas braçadeiras, azuis e brancas, ofertadas por amor. Uma grande quantidade de lanças foi trazida; umas pintadas de azul e goles, outras de ouro e prata, outras ainda listradas ou de diversas cores. No dia do torneio, vê-se um grande número de elmos, de ferro ou de aço, verdes, amarelos, vermelhos, todos faiscantes sob o sol. Vê-se uma floresta de brasões e cotas de malha brilhantes, de espadas penduradas ao lado esquerdo, de belos escudos novos, uns em azul e goles, outros prateados com uma alça de ouro. Nota-se uma tropa de excelentes cavalos correndo uns contra os outros, malhados e alazões, castanhos e brancos, pretos e baios.

Nesse momento o campo está todo coberto de armaduras. De cada lado os combatentes se lançam. O fragor da peleja começa pelas lanças que se quebram. Escudos são vazados, as cotas de malha, rasgadas e deformadas; os cavaleiros caem, as selas ficam vazias, os cavalos suam e espumam.

Brandem-se espadas acima dos que caem pesadamente; alguns se lançam para fazê-los prisioneiros, outros, para recolocá-los na sela. Erec está montado num cavalo branco; ele avança à frente de suas fileiras e procura um adversário para lutar. Eis que, diante dele, o Orgulhoso da Charneca corre a seu encontro; monta um cavalo irlandês que vem a todo o galope. Erec atinge-o no escudo, bem na altura do peito, com um golpe tão violento que o faz cair do corcel. Ele deixa ali esse adversário e prossegue sua marcha. Vestido de cendal azul, Randuraz, filho da Velha de Tergalo, cavalga em direção a ele. É um cavaleiro de grande habilidade. Eles lançam-se um contra o outro, trocando golpes sobre o escudo que levam a tiracolo. Com um violento golpe de lança, Erec derruba seu adversário no chão. Fazendo meia-volta, depara-se com o rei da Cidade Vermelha, cavaleiro muito valente e audaz. Cada um segura as rédeas pelo nó e o escudo pelas correias; ambos têm uma bela armadura e um bom corcel. Enfrentam-se com tamanha brutalidade que as duas lanças voam nos ares ao se chocarem contra os escudos. Jamais se viu um choque semelhante. Eles combatem com a armadura, o escudo e o cavalo. Mas nem os estribos nem as rédeas conseguem reter o rei: ele é lançado por terra, arrastando na queda a rédea e os freios. Todos os que viram esse assalto estão maravilhados; proclamam que enfrentar um combatente como Erec é causa de muitos danos.

Mas Erec não se preocupa de modo algum em capturar cavalos ou cavaleiros; procura apenas comportar-se valorosamente no torneio, a fim de demonstrar seu valor. Em volta dele os combates recomeçam. Suas proezas dão alento aos que lutam a seu lado [...]

Devo igualmente falar de monsenhor* Gawain, que combate magnificamente. Ele derrubou Guincel e fez prisioneiro a Gaudin da Montanha. Ele captura cavaleiros, apodera-se de seus cavalos e exige resgates. Girflet, o filho de Do, e Sagremor, o Desejado, conduzem-se com a mesma valentia: fizeram seus adversários retroceder até as portas da cidade; apoderaram-se de muitos deles depois de tê-los derrubado. Mas, junto aos muros, os inimigos se reagrupam

* *Título dado a todo cavaleiro, na Idade Média. (N. do T.)*

e partem para a ofensiva. Sagremor, embora seja um cavaleiro de grande valor, é precipitado para baixo de seu cavalo. Já está capturado quando Erec chega em seu socorro. Este investe a lança sobre um adversário e o atinge com tal força no peito que o outro cai da sela; depois, tira a espada, avança sem receio sobre os demais, arrebenta-lhes os elmos e os faz voar em pedaços. Eles fogem, abandonando o terreno; mesmo o mais temerário sente medo. Erec bate e deruba até conseguir resgatar Sagremor. Todos os adversários recuam para a cidade. Nesse momento, soam as vésperas [...]

Naquele dia, graças a suas vitórias, Erec é considerado o melhor combatente do torneio. Mas se mostrará ainda mais notável no dia seguinte, capturando e desmontando tantos cavaleiros que ninguém acreditaria, salvo se visse com os próprios olhos. As duas equipes reconhecem nele o vencedor, tamanha a destreza com que maneja a lança e o escudo. Sua fama é imensa. Só se fala dele; ninguém possui qualidades comparáveis: tem o porte de Absalão; fala como Salomão; sua coragem é a de um leão; por sua generosidade e cortesia, iguala-se a Alexandre.” *

* Traduzido de acordo com a edição de M. Roques, Paris, 1952, versos 2081-2214.

O ENCONTRO DE LANCELOT E GUINEVERE

Le chevalier de la charrette (cerca de 1180) foi encomendado a Chrétien de Troyes pela condessa Marie de Champagne, filha de Luís VII e Alienor. É nesse romance que aparece pela primeira vez uma personagem à qual a literatura medieval irá, desde então, render um culto inesgotável: Lancelot. No entanto, o próprio Chrétien não parece ter experimentado uma afeição particular pelo herói. Ao mesmo tempo em que lhe dedicava esse relato (aliás, não concluído), trabalhava numa outra obra, muito mais pessoal: Le chevalier au lion (também chamada Yvain). Talvez isso explique o caráter bastante confuso, ou mesmo obscuro, do Chevalier de la charrette, cujos numerosos episódios carecem de ligação entre si. Todavia, há certas passagens de grande qualidade, como a do encontro adúltero em que Lancelot vai ao quarto de Guinevere, esposa do rei Artur. É uma cena admirável, uma das maiores de todos os tempos e países.

A rainha Guinevere foi raptada por um cavaleiro perverso chamado Méléagant. Keu, o mordomo-mor de Artur, parte à sua procura, mas é ferido e feito igualmente prisioneiro pelo raptor. Por sua vez, Gawain e Lancelot põem-se a caminho para tentar libertar os cativos. Ao cabo de várias peripécias, Lancelot encontra Méléagant e o vence em combate individual. Após ter-lhe dado má acolhida porque ele vem montado numa charrete (veículo infamante, misteriosamente associado no romance a um pelourinho sobre rodas), Guinevere festeja a chegada de seu salvador e o convida a encontrá-la, naquela mesma noite, perto da janela da peça onde se encontra encerrada com Keu.

“Sem fazer um gesto, com um simples bater de pálpebras, a rainha indica-lhe uma janela e diz:

— Hoje à noite, quando todos estiverem dormindo, atravessai o vergel e vinde conversar comigo junto a essa janela. Certamente não poderei vos fazer entrar nem vos receber em meu quarto; ficareis do lado de fora e eu, dentro; nem vós podereis entrar aqui, nem eu chegar até vós, a não ser através das palavras ou estendendo a mão. Se isso não vos desagrade, por amor a vós ficarei à janela até o raiar do dia. Não é bom nos juntarmos, pois em meu quarto, diante de mim, repousa Keu, o mordomo-mor, que está coberto de ferimentos e não cessa de gemer. Quanto à porta, está sempre bem fechada e guardada. Tomai cuidado, ao chegar, para que nenhum indiscreto vos descubra.

— Senhora — responde Lancelot — estai segura de que tomarei todas as precauções para que nenhum espião mal intencionado me perceba.

Tendo marcado o encontro, eles se despedem com o coração radiante. Ao sair da peça, Lancelot é invadido de uma tal felicidade que esquece todos os seus tormentos. Mas a noite, para ele, parece demorar a chegar, e o dia, pondo à prova sua paciência, dá a impressão de ser mais longo que um ano inteiro [...]. Enfim, quando vê que anoitece, simula uma grande fadiga, afirmando ter permanecido muito tempo acordado e precisar de repouso. Mas vós, que provavelmente já fizestes o mesmo, ireis compreender que é para enganar as pessoas de sua casa que ele age desse modo, fingindo que vai para o leito. Na realidade, seu leito não o atrai de maneira alguma; por nada desse mundo ele poderia, ou quereria, ficar deitado. Ao contrário, levanta-se rapidamente e constata com satisfação que lá fora não há lua nem estrelas, e que na casa todos os candelabros, todas as tochas e lanternas se apagaram. Sai à rua, tomando cuidado de não chamar a atenção dos guardas, para que todos estejam bem certos de que ele dorme a noite toda em seu leito. Rápido e solitário, chega ao vergel sem encontrar ninguém. A sorte o favorece: um trecho do muro que cerca o jardim desabou recentemente. Ele desliza por essa brecha e corre em direção à janela. Ali, silencioso, cuidando para não tossir nem espirrar, espera a chegada da rainha. Por

fim, ela aparece, sem casaco nem túnica, apenas vestindo uma camisa branca sobre a qual pôs uma curta mantilha feita de tecido escarlate e de *cisamus*⁴. Vendo-a apoiar-se contra as grades da janela, Lancelot dirige-lhe uma saudação cheia de amor, a que ela retribui em seguida; pois é o mesmo desejo que os impele um ao outro [...]

Agora eles estão próximos e seguram-se as mãos. Mas o fato de não poderem unir-se completamente causa-lhes uma dor infinita; eles maldizem as grades de ferro que os separam. Lancelot declara então que, se a rainha consentir, as grades não o deterão por mais tempo, e que ele irá para junto dela no quarto.

— Não vedes então — responde ela — quanto essas grades são sólidas? É impossível torcê-las, impossível rompê-las. Não conseguireis jamais puxá-las com força suficiente para arrancá-las.

— Senhora, não vos preocupeis quanto a isso. Não creio que esse ferro possa ser mais forte do que eu. Vossa vontade posta à parte, nada poderá impedir-me de juntar-me a vós. Se me dais vossa permissão, meu caminho não terá obstáculos; se, ao contrário, minha proposta não vos agrada plenamente, por nada desse mundo me empenharei nisso.

— Seguramente que vos dou minha permissão. Minha vontade não se opõe à vossa entrada. Mas, para o caso de haver algum ruído, esperai que eu volte a me recostar na cama. Seria uma catástrofe se o mordomo-mor que dorme nessa peça despertasse [...] e me visse junto à janela!

— Retornai então ao leito, senhora, e não vos preocupeis com o barulho que eu possa fazer. Sinto-me capaz de arrancar essas barras sem muito esforço e sem despertar ninguém.

A rainha se afasta. Lancelot sobe até a janela. Segura as grades, puxa-as em todos os sentidos até conseguir vergá-las e depois arrancá-las. Mas o ferro é tão acerado que lhe corta profundamente a primeira falange de um dedo e rompe-lhe a articulação de outro. Lancelot, porém, nem percebe que está ferido, que o sangue escorre. Seu pensamento está absorto em outra coisa. Apesar da altura da janela, ele a atravessa prontamente. Após certificar-se do sono de Keu, aproxima-se do leito da rainha, tomado da

mais completa adoração, como se estivesse ante as relíquias de um santo. Ela estende-lhe os braços, enlaça-o e estreita-o sobre o coração; em seguida, consegue atraí-lo para junto do leito, fazendo-lhe os mais doces carinhos [...] Mas, se o amor da rainha é imenso, o de Lancelot é ainda mil vezes maior [...]

Lancelot chega enfim ao que buscava: a rainha acolhe sua presença e seu desejo; ele a segura entre os braços; ela o segura entre os seus. A troca de beijos e carícias é tão doce que eles sentem uma alegria incomparável, uma felicidade como ninguém jamais conheceu. Mas do restante guardarei silêncio; são coisas de que não se deve falar. Os prazeres mais deliciosos são aqueles que o narrador não conta.

Durante a noite toda Lancelot esteve inebriado de alegrias voluptuosas. Mas eis que o dia cruel o arranca dos braços da amada. Ao amanhecer, sente-se qual um mártir; para ele é um verdadeiro suplício ter de levantar-se e partir; seu coração o impele a permanecer junto à rainha [...] Por fim, dirige-se à janela, ignorando que deixa atrás de si as provas de sua passagem: os lençóis manchados do sangue que escorreu de seus dedos. Ele parte com a morte na alma, cheio de dores e suspiros. A impossibilidade de marcar um novo encontro pesa-lhe dolorosamente. Com tristeza, atravessa de novo a janela por onde entrara com o coração repleto de alegria. Malgrado os profundos ferimentos dos dedos, consegue endireitar as grades e recolocá-las no lugar, de sorte que nenhuma delas, vistas de dentro ou de fora, parece ter sido arrancada ou torcida. Antes de partir, ajoelha-se perante a janela do quarto como se estivesse frente a um altar. Depois, com imenso pesar, afasta-se. Sem ser descoberto, sem encontrar nem despertar ninguém, volta para casa, despe-se e entra no leito. É só então que descobre os ferimentos dos dedos; mas não se espanta, compreendendo que se devem às grades de ferro que arrancou da janela. De resto, nem lhe passa pela cabeça lamentar-se: ele teria preferido ter os dois braços arrancados a não conseguir transpor aquelas grades.” *

* Traduzido de acordo com a edição de M. Roques, Paris, 1958, versos 4506-4733.

UMA COMUNA EM REVOLTA CONTRA MONSENHOR GAWAIN

Não iremos resumir o Conto do Graal, de que já falamos longamente no capítulo X deste livro. Diremos simplesmente que Chrétien, ao longo do romance, por um processo de entrelaçamento que lhe é habitual, faz alternar as aventuras de Perceval e as de Gawain. Sempre semelhantes um ao outro, o sobrinho do rei Artur, o "sol de toda a cavalaria", funciona como uma espécie de modelo para apreciar os progressos do jovem Perceval, primeiro em sua vida de cavaleiro, depois em sua vida de cristão.

O trecho traduzido a seguir nos conta uma das numerosas aventuras de Gawain. Seu cavalo perdeu uma ferradura. Procurando um ferreiro, encontra um jovem senhor que parte para a caça acompanhado de imponente guarnição. Ele oferece hospitalidade a Gawain e ordena a um dos cavaleiros da comitiva que conduza nosso herói ao castelo, onde sua irmã o acolherá. Desafortunadamente, esse convite leva Gawain a penetrar numa cidade onde corre um boato que ele tenha matado o rei.

O cavaleiro põe-se a caminho, levando monsenhor Gawain para um lugar onde todo mundo o odeia e deseja sua morte, mesmo sem conhecê-lo nem jamais tê-lo visto. O próprio Gawain não imagina absolutamente o que o espera. Vislumbra as fundações do castelo, construído sobre um braço de mar. Vendo as muralhas e o torreão, julga-os bastante sólidos para proteger os ocupantes de qualquer perigo. Depois, observa a cidade, a população numerosa e alegre, as mesas dos cambistas cobertas de moedas de ouro e prata; olha as ruas e as praças cheias de artesãos exercendo todo tipo de ofícios: uns fabricam elmos e cotas de malha, lançam

e escudos; outros, correias e esporas, ou espadas. Aqui se tramam tecidos, lá eles são tosados e tingidos; mais adiante lavoram-se o ouro e a prata, operações delicadas e esplêndidas: fabricação de taças e travessas, de bijuterias engastadas de pedras preciosas, anéis, cintos, fivelas. Em verdade, essa cidade dá a impressão de ser uma feira permanente, tantas são suas riquezas: velas, pimenta, cereais, peles de esquilo; em suma, todas as mercadorias possíveis e imagináveis.

Eles passeiam sem pressa pelas ruas para contemplar esse espetáculo. Mas logo chegam ao pátio do castelo. Criados se aproximam para recolher os cavalos e as bagagens. O cavaleiro entra no torreão, conduzindo pela mão monsenhor Gawain até o quarto da donzela.

— Amiga — diz ele, — teu irmão te saúda e pede que este senhor seja bem acolhido e tratado. Faze isto de bom grado e não a contragosto: age como se fosses sua irmã e ele, teu irmão. Dá a ele tudo o que desejar; não te mostres avara, mas antes generosa, sincera e cortês. Faze o melhor possível, pois, de minha parte, devo juntar-me a teu irmão na floresta.

— Abençoado seja aquele que me enviou este senhor — exclama a jovem com alegria; — deve gostar de mim para enviar-me uma tal companhia. Transmita-lhe meu agradecimento. Quanto a vós, nobre senhor, sentai-vos aqui, perto de mim. Eu vos farei companhia, porque me pareceis distinto e amável e porque meu irmão assim o pede.

O cavaleiro se despede; não pode permanecer com eles. Gawain fica a sós com a jovem, o que de modo algum lhe desagrada. Ela é encantadora, atenciosa e tão bem educada, que não imagina que possa estar sendo observada sozinha com um forasteiro.

Eles se põem a falar de amor, e certamente seria estupidéz falar de outra coisa. Monsenhor Gawain a corteja e promete ser seu cavaleiro para o resto da vida. Ela não recusa a proposta, antes a aceita de bom grado. Mas eis que entra na peça um pequeno vavassalo que, ao reconhecer Gawain, irá trazer-lhe muitos infortúnios. Ele os surpreende numa conversa galante entrecortada de beijos. Diante de tal espetáculo, não se contém e brada com indignação:

— Maldita sejas! que Deus te fulmine, mulher, por te deixares cortejar, abraçar e acariciar pelo homem a quem mais deverias odiar no mundo! Pobre desgarrada, como podes te conduzir assim? Deverias ter-lhe arrancado o coração com as mãos em vez de abraçá-lo [...]. Pois este que está sentado ao teu lado é o assassino de teu pai; e tu o cobres de beijos! Ah! realmente, quando uma mulher se entrega ao prazer, nada mais lhe importa!

Ele se retira em seguida, antes que monsenhor Gawain tenha podido pronunciar uma só palavra. A jovem cai desmaiada no chão. Gawain a socorre e a sustém nos braços; voltando a si, ainda tomada de pavor, ela grita:

— Desgraça! Estamos perdidos. Hoje irei injustamente morrer por vós, e vós, presumo, ireis morrer por mim. Daqui a pouco, certamente, todos os habitantes da cidade virão até aqui. Serão mais de dez mil, vereis, amontoados diante desse torreão. Mas felizmente não faltam armas aqui; irei buscá-las. Um homem de valor poderia defender esse torreão contra um exército inteiro.

Ela parte à procura de uma armadura, correndo como alguém que tem muito medo. Assim que ela a veste nele, os dois se sentem mais seguros. Mas, por infelicidade, ela não encontrou o escudo.

— Amiga, não vale a pena procurar outro — diz Gawain, improvisando como escudo um tabuleiro de xadrez, do qual derruba no chão as peças de marfim, peças duras e dez vezes mais pesadas que as habituais, de osso. Agora, venha o que vier, Gawain está preparado para defender a porta e a entrada do torreão. Ele cinge sua espada Excalibur, a melhor das espadas, que corta o ferro tão bem quanto a madeira.

Ao deixar o torreão, o vavassalo reúne rapidamente o conselho dos habitantes, o burgomestre, os almotacés e um bando de burgueses, tudo gente grosseira e gorda, como aqueles que não têm o hábito de comer peixe. Põe-se a berrar diante deles:

— Às armas, companheiros, capturemos Gawain, o infame que matou nosso rei.

— Onde está ele? Onde está ele? — grita a multidão.

— Acreditei-me, descobri seu esconderijo. O infame

Gawain encontra-se no torreão desfrutando do prazer; ele abraça e acaricia nossa dama, que consente nisso e muito se compraz. Mas vinde agora, façamo-lo prisioneiro. Se pudermos entregá-lo ao nosso senhor, teremos prestado um grande serviço. O infame se comportou tão mal que merece ser coberto de vergonha. Contudo, vamos pegá-lo vivo; nosso senhor há de preferir assim em nome da justiça, uma vez que os mortos não podem confessar mais nada. Chamai agora a cidade inteira e cumpri vosso dever.

O burgomestre parte em seguida, acompanhado de todos os almotacés. Vereis em breve os vilões em fúria portando machados e alabardas! Um pega um escudo sem correias, outro, um ferrolho, um terceiro, um batente de porta. Os arautos fazem a convocação, o povo se reúne. Tocam os sinos da comuna para chamar o povo. Mesmo os mais pobres trazem uma arma: um forcado ou um azorrague, uma enxada ou uma maça. Não há nenhum, por menor que seja, que não venha armado com alguma coisa.

Seguramente, se Deus não o socorrer, monsenhor Gawain é um homem morto. Corajosa, a donzela prepara-se para dar-lhe todo apoio. Ela invectiva os habitantes:

— Para trás, para trás, canalhas, cães enraivecidos, servos ignóbeis; que diabos vos instigaram? Possa Deus vos privar de toda a alegria! Se Ele vier em minha ajuda, estejais certos de que não levareis o cavaleiro que se encontra aqui; ao contrário, se Deus quiser, um grande número dentre vós será ferido ou morto. Este cavaleiro não veio aqui voando como um pássaro, nem utilizando-se de uma passagem secreta. É um hóspede de meu irmão; ele mo enviou rogando-me que tratasse dele como se fosse meu próprio irmão. E vós que reprovais por proporcionar-lhe uma alegre e agradável companhia? Quem quiser entender, que entenda: é a única razão pela qual lhe dei uma boa acolhida; jamais me passou pela cabeça qualquer loucura. Por isso, tenho motivos para censurar-vos por tão grande afronta, vindo até a porta de meu quarto ameaçar-me com vossas espadas, sem haver sequer pretexto. Pois se tendes algum, vós não mo dissestes. Vossa atitude representa para mim um terrível ultraje.

Enquanto ela exprimia assim sua cólera, os assaltantes

começaram a demolir a porta com machados; conseguiram parti-la ao meio. Mas, no interior, Gawain cumpre energicamente seu papel de porteiro e defende a entrada; sua espada se abate tão violentamente sobre o primeiro inimigo que se apresenta que os outros, assustados, não ousam mais avançar. Cada um só pensa em si, temendo pela própria vida. Ninguém é bastante temerário para dar um passo adiante; todos têm muito medo do porteiro [...]. A donzela junta as peças de xadrez caídas no chão de ladrilho e atira-lhes furiosamente na cara. Apertando a cintura e arregaçando o vestido, ela jura, enraivecida, que, enquanto viver, fará tudo o que estiver a seu alcance para levá-los à morte.

Mas os vilões são obstinados. Afirmam que irão derrubar o torreão se eles não se renderem. Os sitiados redobram a coragem e se defendem fazendo chover sobre os adversários as enormes peças de xadrez. A maior parte empreende a fuga, incapaz de continuar o assalto. Mas, em seguida, com as picaretas de aço, põem-se a escavar a base do torreão para fazê-lo desmoronar. Desistem de concentrar os esforços na porta, pois ela está muito bem defendida. De resto, sabe-se que essa porta é tão estreita e tão baixa que dificilmente dois homens poderiam entrar ao mesmo tempo; por isso, um cavaleiro valoroso pode assegurar sozinho a guarda e defendê-la. E para rachar ao meio até os dentes esses vilões desprovidos de armadura, para fazer saltar seus miolos, o porteiro que ali se encontra é seguramente o melhor.” *

* Traduzido de acordo com as edições de F. Lecoy, Paris, 1975, versos 5682-5820, e de A. Hilka, Halle, 1932, versos 5887-6026.

A VIAGEM DE KAHERDIN

Das diferentes versões do romance de Tristão, a do poeta inglês Thomas é certamente a mais lírica, a mais "cortês". Nem por isso ela deixa de ser extremamente violenta. Os dilaceramentos psicológicos estão no centro do drama, e o autor quase não faz outra coisa senão contar as paixões infelizes que unem seus heróis. Ao se examinar, porém, com um pouco mais de atenção, percebe-se que a evocação do cenário, longe de ser abstrata ou idealizada, sobeja em pequenos detalhes concretos sobre a vida cotidiana. Há inclusive certas passagens em que a preocupação com o realismo é particularmente manifesta: são aquelas que se referem à navegação e aos problemas do comércio e das trocas. Eis aqui um pequeno exemplo⁵.

Estamos no final do romance. Tristão, gravemente ferido, vai morrer em Armórica. Ele pede a seu cunhado e amigo Kaherdin que vá à Inglaterra procurar Isolda, mulher do rei Marcos, a quem está unido por um amor trágico.

"Kaherdin abraça Tristão e despede-se dele. Põe-se a preparar sua viagem. À primeira lufada de vento, resolve partir. Os homens levantam a âncora, içam as velas. Sob um vento bastante suave, o barco singra em direção ao norte, rompendo as ondas e os vagalhões para ganhar o alto-mar. Leva consigo uma tripulação jovem e um carregamento fino: tecidos de seda, panos de cores pouco comuns, a preciosa baixela de Tours, aves de rapina importadas da Espanha. É um meio de ocultar o verdadeiro motivo da viagem: a busca de Isolda, cuja ausência é tão dolorosa para Tristão. Kaherdin e seus companheiros atravessam as ondas e navegam a todo o pano rumo à Inglaterra. Viajam durante vinte

dias e vinte noites antes de avistar a ilha onde poderão ter notícias de Isolda [...]

Eis a embocadura do Tâmis. Kaherdin remonta o rio com seu carregamento. Depois ancora o navio num local seguro do estuário, mas a jusante da cidade. Num barco menor prossegue a viagem para Londres, e ao chegar a esta cidade atraca perto da ponte. Ali desembarca sua mercadoria e põe à mostra os tecidos de seda.

Londres é uma cidade florescente. Em toda a cristandade não há outra mais agradável nem mais ativa; nenhuma goza de melhor renome nem possui população tão próspera. As pessoas de Londres gostam de parecer importantes e generosas; manifestam sempre um alegre entusiasmo. Esta cidade é a jóia da Inglaterra: não é preciso procurar alhures. Ao pé de suas muralhas corre o Tâmis. Por ali, chegam produtos de todos os lugares de onde procedem os mercados cristãos. Os londrinos são cheios de engenhosidade. Por isso, Kaherdin veio com seus tecidos e suas aves — e os que ele trouxe são magníficos.

Ele põe sobre o dedo um açaor de belo aspecto, escolhe um tecido notável por sua cor, apanha uma taça finamente esculpida e engastada, e vai oferecê-los ao rei Marcos, dirigindo-lhe um hábil discurso: conta que veio ao reino com tudo o que possui; que espera vender a fim de lucrar mais. Pede ao rei proteção para que possa circular livremente pelo país sem o risco de ser abordado, detido ou aprisionado por algum inspetor ou visconde. Diante de toda a corte, o rei promete-lhe um salvo-conduto.” *

* Traduzido de acordo com a edição de J. C. Payen, Paris, 1974, versos 2574-2594 e 2643-2680.

UM SERÃO NA CASA DO CONDE DE SAINT-GILLES

Jean Renart costuma ser considerado o primeiro dos escritores realistas franceses. Seus romances, de fato, diferem muito daqueles do ciclo da Távola Redonda. Os detalhes concretos tornam-se mais abundantes e precisos, os quadros intimistas, mais longos e numerosos, a pintura dos sentimentos, mais simples e realista⁶. Esse gosto pela realidade, pela descrição não idealizada de lugares, pessoas e costumes, já aparece plenamente em sua primeira obra, *L'escoufle* ("O milhafre"), romance "de aventuras" composto por volta de 1200.

Fugindo da corte do imperador da Alemanha, Guilherme e sua noiva Aelis são separados por um evento pouco comum: confundindo com um pedaço de carne, um milhafre (ave de rapina da família dos falcões), rouba de Guilherme o anel dado por Aelis; partindo em vão à procura da ave, o jovem não encontra mais sua bem-amada no prado onde a deixara. Eles se buscam durante sete longos anos. Após muitas desventuras, Aelis acaba sendo adotada pela mulher do conde de Saint-Gilles. Ora, certa manhã, Guilherme encontra os falcoeiros do conde e junta-se à caçada. Em meio a ela, mata um milhafre que se engalfinhara com um falcão e, num acesso de dor e raiva, rasga suas tripas e devora-lhe o coração, a fim de se vingar da ave que outra fora a causa de todas as suas infelicidades. Depois, arrependido, pede aos falcoeiros estupefatos que desculpem sua conduta. Chegando à cidade, eles se separam, tendo Guilherme recusado seu convite para cear.

"O conde tem um hábito que lhe proporciona grande prazer: o de toda noite retirar-se com seu séquito para o quarto das damas de honra de sua mulher. Ele vai até lá

para comer uma fruta e divertir-se na companhia delas. Aelis, sobretudo, sabe como distraí-lo. Coloca-se habitualmente os leitos e as almofadas perto do fogo para ali se sentar. E foi assim que o conde ordenou que se fizesse no dia em que se deu o extraordinário acontecimento de que falei antes.

Após a ceia, o conde comparece então no quarto e, enquanto lhe preparam a fruta, despe-se a fim de poder coçar-se melhor. Tira todas as roupas, exceto o calção. Aelis, a mais bela das damas de honra, tira-lhe a camisa e o faz vestir um roupão de inverno, pois o conde receia o frio. Estando a condessa e suas acompanhantes sentadas ao redor do fogo, Aelis demonstra suas grandes qualidades de cortesia. Por sua atitude amável e alegre, encanta a todos os que ali se encontram. Está vestida com um casaco de pele novo, solto e desprovido de mangas, deixando à vista as belas mangas brancas de sua camisa [...]

O conde põe afetuosamente a cabeça sobre os joelhos de Aelis, enquanto esta enfia seu braço direito pela abertura do roupão. É assim que o conde se diverte enquanto aguarda que sua fruta seja cozida. Mas em meio a esses prazeres, eis que lhe ocorre a lembrança de seus falcoeiros [...]. Sem mexer-se nem tornar a pôr a camisa, ele exclama:

— Acabo de pensar no meu mestre falcoeiro e seus homens. Como é possível que tenham ido hoje caçar junto ao rio e nada me tenham relatado? Como irei saber o que caçaram? O mestre não veio me ver. Para vos falar com franqueza, isso me deixa muito descontente.

A um jovem serviçal que se prepara para cortar peras numa travessa de madeira, ele ordena que vá procurar o mestre falcoeiro em sua casa, do outro lado da cidade, e lhe diga que seja bastante obediente para vir dar notícias de seus falcões, contando-lhe qual se comportou melhor na caçada e qual teve mau comportamento. O jovem corre até a casa do mestre e faz tudo conforme lhe havia sido ordenado. Mas o mestre fica furioso ao saber que o conde o requisita.

— Por Saint-Gilles — diz ele —, de maneira alguma irei até lá antes de amanhã [...]

Mas então lembra-se do jovem que veio caçar com ele de manhã, perto do rio. Resolve mudar de idéia:

— Irei à casa do conde contar-lhe uma aventura extraordinária. Ele está deitado?

— Absolutamente. Está fazendo serão, ainda não comeu sua fruta.

— Então vou correndo; isso me valerá ao menos uma maçã ou uma pêra.

— Sem dúvida, e provavelmente uma bebida. Vinde sem demora.

Os dois partem e chegam ao quarto. Ao vê-los entrar, o conde pergunta:

— Mestre, o que caçastes hoje? Não mo oculteis.

— Foi uma contribuição bem pequena que vossos falcões trouxeram à nossa ceia.

— Mas dissei-me: aonde fostes caçar? E o que vos fez voltar de mãos vazias?

— Senhor, já faz sete anos e meio que estou a vosso serviço, mas jamais, juro, presenciei o que vi hoje. Eu tinha junto ao rio pelo menos dez falcões, sem contar os gaviões; mas não avistei nenhum pato sobre o qual pudesse lançá-los.

— Como se explica isso?

— Eu vos asseguro que numa distância de sete quadras não encontrei uma só ave. Por isso resolvi dirigir-me à lagoa, atrás de duas garças-reais que haviam sido avistadas [...] Acreditei, há muito tempo que uma jornada não me parecia assim tão longa. Mas estou bem certo que nossos antepassados ou qualquer outra pessoa jamais assistiram a um espetáculo tão extraordinário quanto aquele que me foi dado ver hoje. Ele me deixou completamente pasmo. E havereis de ter a mesma sensação assim que vos tiver contado [...]

— Do que se trata?

— Eu vos contarei tudo o que aconteceu e direi toda a verdade.” *

* Traduzido de acordo com a edição de H. Michelant e P. Meyer, Paris, 1894, versos 7016-7142.

CRONOLOGIA SUMÁRIA

- 1152 — Casamento de Henrique Plantageneta e Alienor de Aquitânia.
1154-1189 — Reinado de Henrique II Plantageneta (Inglaterra).
1155 — Wace: *Roman de Brut*.
1159-1181 — Pontificado de Alexandre III.
1163-1182 — Construção da Igreja de Notre-Dame de Paris.
Cerca de 1165 a 1170 — Marie de France: *Lais* (poemas medievais).
Cerca de 1165 a 1175 — Thomas da Inglaterra: *Tristan*.
1170 — Assassinato de Thomas Becket.
Cerca de 1170 — Chrétien de Troyes: *Erec et Enide*.
1171-1172 — Ocupação da Irlanda por Henrique II.
1175 — Reconstrução da Catedral de Canterbury.
Cerca de 1175 — Chrétien de Troyes: *Cligès*.
Cerca de 1175 — Primeiros poemas do *Roman de Renart*.
1180-1223 — Reinado de Filipe II Augusto (França).
Cerca de 1180 — Chrétien de Troyes: *Le chevalier de la charrette e Yvain*.
Cerca de 1182-83 — Chrétien de Troyes inicia seu *Conte du Graal*.
1187 — Tomada de Jerusalém por Saladino.
1189-1199 — Reinado de Ricardo Coração de Leão (Inglaterra).
1189-1192 — Terceira Cruzada.
Cerca de 1190 a 1192 — Béroul: *Tristan*.
1194 — Batalha de Fréteval.
1194-1260 — Construção da Catedral de Chartres.
1196-1198 — Construção do Château-Gaillard.
1198-1216 — Pontificado de Inocêncio III.
1199-1216 — Reinado de João Sem Terra (Inglaterra).
1200 — Prerrogativas de Filipe Augusto à Universidade de Paris.
1202-1204 — Quarta Cruzada.
1202-1204 — Conquista e posse da Normandia por Filipe Augusto.
1204 — Morte de Alienor de Aquitânia.
1204 — Saque de Constantinopla pelos cruzados.
1208 — Início da cruzada contra os albigenses.
1209 — Fundação da Ordem dos Frades Menores (capuchinhos).
1212 — Término da nova muralha ao redor de Paris.
1212 — Cruzada das “crianças”.
1213 — Batalha de Muret.
1214 — Primeiros privilégios concedidos à Universidade de Oxford.
1214 — Batalhas de La Roche-aux-Moines e Bouvines.
1215 — Fundação da Ordem dos Frades Pregadores (dominicanos).
1215 — Quarto Concílio de Latrão.
1215 — Concessão da Carta Magna por João Sem Terra.
1216-1227 — Pontificado de Honório III.

- 1216-1272 — Reinado de Henrique III (Inglaterra).
- 1217 — Expedição francesa na Inglaterra.
- 1218 — Cerco de Toulouse por Simon de Montfort.
- Cerca de 1220 a 1230 — Compilação do *Lancelot en prose* (*Lancelot propre*, *Queste del Saint Graal*, e *Mort Artu*).
- 1221 — Morte de São Domingos.
- 1223-1226 — Reinado de Luís VIII (França).
- Cerca de 1225 — *Tristan en prose*.
- 1226 — Morte de São Francisco de Assis.
- 1226-1270 — Reinado de Luís IX (França).
- 1229 — Fundação da Universidade de Toulouse.
- 1229 — Tratado de Paris: Languedoc (Provença) anexado ao domínio real.

NOTAS

INTRODUÇÃO

1. O melhor estudo das relações entre os romances arturianos e a sociedade feudal do fim do século XII é o de E. Koehler, *Ideal und Wirklichkeit in der höfischen Epik*, Tübingen, 1956.
2. Edição I. Arnold, Paris, 1938-1940, versos 9747-9752.
3. Edição de J. Frappier, Paris, 1936. Ver também seu *Étude sur La Mort le roi Artu*, 2.^a edição, Paris, 1961.
4. Primeira edição, Paris, 1938.

CAPÍTULO I

1. J. C. Russel, "Late ancient and medieval population", em *Transactions of the American Philosophical Society*, nova série, vol. 48, 3 (1958).
2. Citado por A. Joris em *Histoire de la France* (sob a direção de G. Duby), Paris, 1970, tomo I, p. 287; conforme R. Fossier, *La terre et les hommes en Picardie*, Paris, Louvain, 1968, tomo I, pp. 284-286.
3. Alguns cronistas colocam 1120 como seu ano de nascimento, mas a data geralmente aceita é 1122.
4. A. Franklin, *La vie privée au temps des premiers Capétiens*, Paris, 1911, tomo II, pp. 17-18.
5. A. Giry, *Manuel de diplomatique*, Paris, 1894, pp. 367-368.
6. L. Gautier, *La chevalerie*, Paris, 1894, pp. 362-363, nota 1.
7. *Elie de Saint-Gilles*. Traduzido conforme a edição de G. Raynaud, Paris, 1879, versos 1735-1739.
8. J. Ellul, *Histoire des institutions*, tomo III: *Le Moyen Age*, 6.^a edição, Paris, 1969, pp. 238-239.
9. J. C. Russel, *British medieval population*, Albuquerque, 1948, p. 84.
10. *La mort le roi Artu*. Edição J. Frappier, Paris, Genebra, 1936, p. 179, l. 3-7.
11. Hélinant de Froimont, *Les vers de la mort*. Tradução de acordo com a edição de F. Wulff e E. Walberg, Paris, 1905, estrofe XIX, versos 1-2; estrofe XXIII, versos 5-6; estrofe XXV, versos 4-6.
12. E. Mâle, *L'art religieux du XIII^e siècle en France*, 5.^a edição, Paris, 1923, pp. 66-75.
13. A. Giry, *op. cit.*, pp. 141-147 e 196-197.
14. A. Franklin, *op. cit.*, tomo I, pp. 45-46.

CAPÍTULO II

1. Ver J. Ellul, *Histoire des institutions*, tomo III: *Le Moyen Age*, 6.^a edição, Paris, 1969, pp. 119-128.
2. Para uma primeira abordagem da sociedade feudal, deve-se ver basicamente M. Bloch, *La société féodale*, nova edição, Paris, 1966, juntamente com o trabalho de R. Fossier, *Histoire sociale de l'Occident médiéval*, Paris, 1970, pp. 121-275.
3. Traduzido de acordo com a edição de M. Roques, Paris, 1960, versos 5292-5313.
4. L. Gautier, *La chevalerie*, Paris, 1894, pp. 247-250.
5. Edição de P. Dembrowski, Paris, 1969, versos 3264-3267.
6. Ver M. Bloch, *op. cit.*, pp. 395-444; R. Fossier, *op. cit.*, pp. 175-178 e 237-238; G. Duby, *Situation de la noblesse en France au début du XIII^e siècle*, em *Tijdschrift voor Geschiedenis*, 1969, pp. 309-315.
7. P. du Puy de Clinchamps, *La chevalerie*, 3.^a edição, Paris, 1973, pp. 31-35.
8. *Ibid.*, pp. 37-49.
9. *Histoire de Guillaume le Maréchal*. Traduzido de acordo com a edição de P. Meyer, Paris, 1891, tomo I, versos 2084 e seguintes.
10. G. Duby, "Les jeunes dans la société aristocratique de la France du Nord-Ouest au XII^e siècle", em *Annales...*, 19 (5), setembro-outubro de 1964, pp. 835-846. — R. Fossier, *op. cit.*, pp. 175-178 e 237-238.
11. G. Duby, "Les jeunes...", pp. 221-222. — Ver também E. Koehler, *Ideal und Wirklichkeit in der höfischen Epik*, Tübingen, 1956.
12. Chrétien de Troyes, *Le conte du Graal*. Tradução de acordo com a edição de F. Lecoy, Paris, 1975, tomo I, versos 1637-1668.
13. P. du Puy de Clinchamps, *op. cit.*, pp. 51-58.
14. H. Dupin, *La courtoisie au Moyen Age*, Paris, 1931, e P. Y. Badel, *Introduction à la vie littéraire du Moyen Age*, Paris, 1969, pp. 76-82.

CAPÍTULO III

1. G. Duby, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*, Paris, 1962, tomo I, pp. 142-169.
2. G. Duby, *op. cit.*, pp. 161-165, e G. Fourquin, *Le paysan d'Occident au Moyen Age*, Paris, 1972, p. 87.
3. P. Y. Badel, *Introduction à la vie littéraire du Moyen Age*, Paris, 1969, pp. 120 e 184. — J. C. Payen, *Littérature française: le Moyen Age*, Paris, 1970, pp. 57-58.
4. Chrétien de Troyes, *Le chevalier au lion*. Traduzido de acordo com a edição de M. Roques, Paris, 1960, versos 172-187.
5. J. Legoff, *La civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, 1964, pp. 169-171. — M. Devèze, *Histoire des forêts*, Paris, 1973, 2.^a edição, pp. 28-40.
6. G. Duby, *op. cit.*, tomo II, pp. 641-642, e G. C. Homans, *English villagers of the XIIIth century*, Londres, 1960, p. 77.
7. P. Y. Badel, *op. cit.*, p. 120. — J. C. Payen, *op. cit.*, p. 59.

8. C. Enlart, *Manuel d'archéologie française. Architecture civile*. Paris, 1929, pp. 224-237.
9. Traduzido de acordo com a edição de M. Roques, Paris, 1952, versos 5689-5714.

CAPÍTULO IV

1. Sobre a fortificação e os castelos, utilizamos sobretudo: C. Enlart, *Manuel d'archéologie française*, tomo II, 2.^a parte: *Architecture militaire et navale*. 2.^a edição, Paris, 1932. — S. Toy, *The castles of Great Britain*, 2.^a edição, Londres, 1954. — P. Heliot, "Sur les résidences princières bâties en France au Moyen Age", em *Moyen Age*, 61 (1955), pp. 27-61 e 231-317. — R. A. Brown, *English castles*, 2.^a edição, Batsford, 1962. — J. F. Finó, *Fortresses de la France médiévale*, 2.^a edição, Paris, 1970.
2. J. F. Finó, *op. cit.*, pp. 364-365.
3. *Ibid.*, pp. 307-445.
4. Sobre a disposição dos aposentos e o mobiliário, ver: A. Kerll, *Saal und Kremenate der altfranzösischen Ritterburg*, Göttingen, 1909. — A. Franklin, *La vie privée au temps des premiers Capétiens*, 2.^a edição, Paris, 1911, tomo II, pp. 281-294. — M. Wood, *The English medieval house*, Londres, 1965.
5. F. Godefroy, *Dictionnaire de l'ancienne langue française...*, Paris, 1883, tomo II, p. 45.
6. Sobre o leito: E. Viollet-le-Duc, *Dictionnaire raisonné du mobilier français*, Paris, 1872, pp. 156-172.
7. C. Enlart, *Manuel d'archéologie française: Architecture civile*. 2.^a edição, Paris, 1929, pp. 147-159.
8. *Le chevalier de la charrette*. Traduzido de acordo com a edição de M. Roques, Paris, 1958, versos 2510-2565.

CAPÍTULO V

1. O. Klauenberg, *Getränke und Trinken in altfranzösischen Zeit nach poetischen Quellen dargestellt*, Göttingen, 1904, p. 1. — Ver também G. Lozinski, *La bataille de Caresme et de charnage*, Paris, 1933, pp. 62-77.
2. *Perceval, Seconde continuation*. Traduzido segundo a edição de C. Potvin, Mons, 1866-1871, versos 31918-31928.
3. Sobre a alimentação medieval, ver, na falta de melhores informações: A. Gottschalk, *Histoire de l'alimentation et de la gastronomie*, Paris, 1948 tomo I, 281-352 e 381-408.
4. J. Legoff, *La civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, 1964, pp. 290-300.
5. *Le Roman de Renart*. Traduzido de acordo com a edição de J. Dufournet, Paris, 1970, poema III (episódio da Raposa e das enguias), versos 1-9, p. 229.
6. *Histoire de saint Louis*. Edição de N. de Wailly, Paris, 1868, § XXI, pp. 34-36.
7. *Op. cit.*, pp. 439-440.
8. Sobre esse assunto, ver O. Mueller, *Die tägliche Lebensgewohn-*

- beiten in den altfranzösischen Artusromanen, Marburg, 1889, pp. 10-23.
9. R. Dion, *Histoire de la vigne et du vin en France des origines au XIX^e siècle*, Paris, 1959, pp. 197-379.
 10. Chrétien de Troyes, *Erec et Enide*. Tradução segundo a edição de M. Roques, Paris, 1952, versos 5108-5111.
 11. *Dictionnaire d'archéologie chrétienne et de liturgie*, Paris, 1927, tomo VII, 2.^a parte, col. 2482-2501.
 12. Edição citada na nota 1. Aqui, versos 34-39.
 13. J. Lods, "Quelques aspects de la vie quotidienne chez les conteurs du XII^e siècle, em *Cahiers de Civilisation Médiévale*, t. IV, 1961, pp. 23-45.
 14. A. Schultz, *Das höfische Leben zur Zeit der Minnesinger*, 2.^a edição, Leipzig, 1889, tomo II, pp. 382 e seguintes.

CAPÍTULO VI

1. J. Legoff, *La civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, 1964, pp. 441-442.
2. Sobre o vestuário, a obra essencial continua sendo: C. Enlart, *Manuel d'archéologie française: Le costume*, Paris, 1916. — Poderá ser completada com: J. Quicherat, *Histoire du costume en France...*, Paris, 1875, pp. 146-226; G. Demay, *Le costume au Moyen Age d'après les sceaux*, Paris, 1880; L. Gautier, *La chevalerie*, edição revista por J. Levron, Paris, 1959, pp. 321-330; M. Beaulieu, *Le costume antique et médiéval*, 5.^a edição, Paris, 1974, pp. 79-101.
3. Chrétien de Troyes, *Erec et Enide*. Tradução segundo a edição de M. Roques, Paris, 1952, versos 1589-1601.
4. C. Enlart, *op. cit.*, pp. 29-31 e 262-263.
5. *Ibid.*, pp. 295-298.
6. Sobre os tecidos: C. Enlart, *op. cit.*, pp. 1-12, e M. Beaulieu, *op. cit.*, pp. 82-83.
7. A. Ott, *Étude sur les couleurs en vieux français*, Paris, 1899.
8. Braïel: espécie de cinto, de couro ou tecido, que prendia os calções.
9. C. Enlart, *op. cit.*, pp. 131-173.
10. Sobre a roupa feminina, ver particularmente G. Demay, *op. cit.*, pp. 91-108.
11. L. Gautier, *op. cit.*, pp. 322-325.
12. C. Enlart, *op. cit.*, pp. 36 e 53-55.
13. *Ibid.*, pp. 174-224.
14. R. Mathieu, *Le système héraldique français*, Paris, 1946, p. 13.
15. Ver, entre outros: G. J. Brault, *Early blazon*, Oxford, 1972, pp. 37-52.

CAPÍTULO VII

1. G. Duby, *Le dimanche de Bouvines*, Paris, 1973, pp. 100-144.
2. F. Ganshof, *Histoire des relations internationales: le Moyen Age*, Paris, 1953, pp. 119-156.

3. F. Lot e R. Fawtier, *Histoire des institutions françaises au Moyen Age*, tomo II, Paris, 1958, pp. 421-430, e tomo III, Paris, 1962, pp. 49-53.
4. *Ibid.*, tomo I, Paris, 1957, pp. 44-69, e tomo II, pp. 511-535.
5. F. Lot, *L'art militaire et les armées au Moyen Age*, Paris, 1946, pp. 218-219.
6. J. Broussard, "Les mercenaires au XII^e siècle. Henri II Plantagenêt et les origines de l'armée de métier", em *Bibliothèque de l'École des Chartes*, tomo CVI, 1945-1946, pp. 189-224. — G. Duby, *op. cit.*, pp. 103-110.
7. *Erec et Enide*. Edição de M. Roques, Paris, 1952, versos 2637 e seguintes.
8. *La chanson de Roland*. Tradução conforme a edição de G. Moignet, Paris, 1969, versos 2345 e seguintes.
9. Sobre o armamento, ver: L. Gautier, *La chevalerie*, nova edição de J. Levron, Paris, 1959, pp. 331-342. — W. Boeheim, *Handbuch der Waffenkunde*, reimpressão, Graz, 1966, pp. 23-59, 120-192, 229-268, 305-330. — J. F. Finó, *Forteresses de la France médiévale*, 2.^a edição, Paris, 1970, pp. 129-139 e 199-201.
10. R. Payne-Gallwey, *The crossbow medieval and modern...*, Nova York, 1958, pp. 20-30 e 57-72.
11. *La chevalerie d'Orgier de Danemarche*. Edição de M. Barrois, Paris, 1842, versos 10688 e seguintes.
12. L. Gautier, *op. cit.*, pp. 342-348. — W. Boeheim, *op. cit.*, pp. 192-223.
13. J. F. Finó, *op. cit.*, pp. 141-154. — R. Payne-Gallwey, *op. cit.*, pp. 249-319.
14. G. Duby, *op. cit.*, pp. 145-159.
15. J. F. Verbruggen, "Le problème des effectifs et la tactique de Bouvines en 1214", em *Revue du Nord*, tomo XXXI, 1949, pp. 181-193.
16. Edição de J. Frappier, reimpressão, Paris, 1964, pp. 225-246, §§ 176-191.

CAPÍTULO VIII

1. Chrétien de Troyes, *Erec et Enide*, traduzido de acordo com a edição de M. Roques, Paris, 1952, versos 1983-2014.
2. A obra de E. Faral, *La vie quotidienne au temps de saint Louis*, publicada nessa mesma coleção (Paris, 1938), dedica o capítulo VI de sua terceira parte a esses divertimentos. Seu estudo aplica-se perfeitamente ao nosso período.
3. Sobre os torneios, ver essencialmente: G. Duby, *Le dimanche de Bouvines*, Paris, 1973; pp. 110-128, e também *Histoire de Guillaume le Maréchal*, edição P. Meyer, Paris, 1891-1901, tomo I, versos 2471-5094, e tomo III, pp. XXXV-XLIV.
4. Ver O. Mueller, *Turnier und Kampf in den altfranzösischen Artusromanen*, Erfurt, 1907.
5. G. Duby, "Les jeunes dans la société aristocratique de la France du Nord-Ouest au XII^e siècle", em *Annales; Économies, Sociétés, Civilisations*, 19 (5), setembro-outubro de 1964, pp. 835-846.
6. Ver J. J. Jusserand, *Les sports et les jeux d'exercice dans l'ancienne France*, Paris, 1901.

7. *Op. cit.*, versos 3414 e seguintes.
8. O. Mueller, *op. cit.*, *passim*.
9. Ver, por exemplo, as *Gesta Philippi Augusti* de Rigord. Edição de H. F. Delaborde, Paris, 1882, § 3, pp. 10-12.
10. Ver o tomo I de D. de Noirmont, *Histoire de la chasse en France*, Paris, 1867; e sobretudo F. Borchert, *Die Jagd in der altfranzösischen Literatur*, Göttingen, 1909.
11. L. Gautier, *La chevalerie*. Edição revisada por J. Levron, Paris, 1959, pp. 349-353.
12. Os mais antigos tratados (*Dancus rex*, *Guillelmus falconarius*, *Gerardus falconarius*) foram editados por G. Tilander em *Cynegetica*, IX, Lund, 1963.
13. *Guillelmus falconarius*, *op. cit.*, p. 148.
14. *Dancus rex*, *op. cit.*, p. 80.
15. *Gerardus falconarius*, *op. cit.*, p. 208.
16. F. Semrau, *Würfel und Würfelspiel im altem Frankreich*, Halle, 1910.
17. Edição P. Meyer, Paris, 1893, versos 117-118.
18. É o caso de *Erec et Enide*, *op. cit.*, versos 1703-1704.
19. P. Jonin, "La partie d'échecs dans l'épopée médiévale", em *Mélanges Jean Frappier*, Paris, 1970, pp. 483-497.
20. Edição J. Barrois, Paris, 1842, versos 3176-3180.
21. Sobre o jogo de xadrez na Idade Média, ver as páginas 394-775 de H. J. R. Murray, *A history of chess*, Oxford, 1913.
22. F. Strohmeyer, "Das Schachspiel in Altfranzösischen...", em *Abhandlungen Herr Prof. Dr. A. Tobler*, Halle, 1895, pp. 381-403.

CAPÍTULO IX

1. J. Frappier, "Amour courtois", em *Mélanges... Jean Boutière*, Liège, 1971, pp. 243-252.
2. Ver sobretudo a tese de M. Lazar, *Amour courtois et fin'amors dans la littérature du XII^e siècle*, Paris, 1964. Complementar com M. Lot-Borodine, *La femme et l'amour au XII^e siècle d'après les poèmes de Chrétien de Troyes*, Paris, 1909, e J. Frappier, "Vues sur les conceptions courtoises dans les littératures d'oc et d'oïl au XII^e siècle", em *Cahiers de Civilisation Médiévale*, 1959, pp. 135-156.
3. Citado por P. Y. Badel, *Introduction à la littérature française du Moyen Age*, Paris, 1969, p. 84. — Ver igualmente J. Coppin, *Amour et mariage dans la littérature française du Nord au Moyen Age*, Paris, 1961.
4. W. Kellermann, "L'éclosion du lyrisme occidental: l'amour-vénération", em *Entretiens sur la renaissance du XII^e siècle*, Paris, 1968, pp. 373-395.
5. A. Jeanroy, *Les poésies de Cercamon*, Paris, 1922, I, versos 51-56.
6. J. Frappier, "Le personnage de Gauvain dans la Première Continuation de Perceval", em *Romance Philology*, XI, 4 de maio de 1958, pp. 331-344.
7. J. C. Payen, "Figures féminines dans le roman médiéval français", em *Entretiens... op. cit.*, pp. 407-428.

8. Tradução de acordo com a edição de J. Rychner, Paris, 1973, pp. 89-90, versos 563-570.
9. Gerbert de Montreuil, *La continuation de Perceval*, edição M. Williams, Paris, 1922, verso 400.
10. H. Loubier, *Das Ideal der männlichen Schönheit bei dem altfranzösischen Dichten des XII und XIII Jahrhunderts*, Halle, 1890.
11. P. Ménard, *Le rire et le sourire dans le roman courtois en France...*, Genebra, 1969, pp. 526-544.
12. Traduzido de acordo com a edição de F. Lecoy, Paris, 1975, tomo I, versos 4596-4608.
13. Ver a tese de R. Nelli, *L'érotique des troubadours*, Toulouse, 1963.
14. Traduzido de acordo com a edição de C. Appel, Halle, 1915, n.º 27, versos 42-45.
15. Citado por M. Lazar, *op. cit.*, p. 71.
16. Traduzido de acordo com a edição de W. O. Streng-Renkonen, Turku (Finlândia), 1930, versos 4332-4335.
17. Citado por P. Ménard, *op. cit.*, p. 264.
18. L. Génicot, *Le XIII^e siècle européen*, Paris, 1968, pp. 64-66.
19. R. Fossier, *Histoire sociale de l'Occident médiéval*, Paris, 1970, p. 131.
20. M. Bloch, *La société féodale*, nova edição, Paris, 1966, p. 428.
21. J. T. Noonan, *Contraception, a history of its treatment by the catholic theologians and canonists*, Cambridge (Massachusetts), 1966. — J. L. Flandrin, "Contraception, mariage et relations amoureses dans l'Occident chrétien", em *Annales...*, 24.º ano, novembro-dezembro de 1969, pp. 1370-1390.
22. J. Legoff, *La civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, 1964, p. 392.

CAPÍTULO X

1. P. Rousset, "Recherches sur l'émotivité à l'époque romane, em *Cahiers de Civilisation Médiévale*, tomo II, 1959, pp. 53-67. — J. Legoff, *La civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, 1964, pp. 240-248 e 420-421.
2. F. M. Powicke e E. B. Fryde, *Handbook of British chronology*, Londres, 1961, p. 33.
3. J. Hubert, "Les routes de Moyen Age", em *Les routes de France depuis les origines jusqu'à nos jours*, Paris, 1959, pp. 25-56.
4. L. Génicot, *Le XIII^e siècle européen*, Paris, 1968, p. 210.
5. A. Franklin, *La vie privée au temps des premiers Capétiens*, Paris, 1911, tomo I, pp. 24-25.
6. Rigord, *Gesta Philippi Augusti*, tradução para o francês de F. Guizot, Paris, 1825, pp. 100-101.
7. Sobre as peregrinações, ver R. Oursel, *Les pèlerins du Moyen Age*, Paris, 1963.
8. M. Mollat, *Grands voyages et connaissance du monde du milieu du XIII^e siècle à la fin du XV^e*, Paris, s/d, tomo I, pp. 16-38 (datilografado).
9. C. V. Langlois, *La connaissance de la nature et du monde au Moyen Age*, Paris, 1911, pp. 83-89.

10. *Ibid.*, pp. 159-160.
11. P. Alphandéry e A. Dupront, *La chrétienté et l'idée de croisade*, tomo II, Paris, 1959, pp. 169-171.
12. D. O'Donoghue, *Brendaniana. Saint Brendan the voyager in story and legend*, Dublin, 1893.
13. Suger, *Vita Ludovici grossi regis*, edição H. Waquet, 2.^a edição, Paris, 1964, capítulo XXX, pp. 246-248.
14. Sobre os animais na Idade Média, ver A. Franklin, *La vie privée d'autrofois: les animaux*. Paris, 1897, tomo I, pp. 1-274.
15. Hugues de Saint-Victor, *De bestiis*, editado em J. P. Migne, *Patrologie latine*, tomo CLXXVII, Paris, 1854, col. 12-163. — Philippe de Thaün, *Le bestiaire*, editado por E. Walberg, Lund e Paris, 1900. — Pierre de Beauvais, *Le bestiaire*, editado por C. Cahier em *Mélanges d'archéologie...*, Paris, 1847-1856, t. II, pp. 109-292, t. III, pp. 203-288, t. IV, pp. 55-187. — Guillaume le Clerc, *Le bestiaire*, editado por R. Reinsch, Leipzig, 1890. — Barthélemy l'Anglais, *Liber de proprietatibus rerum*, editado por G. B. Braitenberg, Frankfurt, 1609. — Utilizamos também a obra de A. Franklin citada na nota anterior.
16. Sobre o maravilhoso literário, ver: E. Faral, *Recherches sur les sources littéraires des romans courtois...*, Paris, 1913, pp. 307-388, e P. Y. Badel, *Introduction à la vie littéraire du Moyen Age*, Paris, 1969, pp. 128-134.
17. Rigord, *op. cit.*, pp. 70-71.
18. Chrétien de Troyes, *Cligès*. Traduzido de acordo com a edição de A. Micha, Paris, 1957, versos 2983-2991.
19. Ver sobretudo J. Marx, *La légende arthurienne et le Graal*, Paris, 1952.
20. J. Frappier, *Chrétien de Troyes et le mythe du Graal*, Paris, 1972.
21. *Le conte du Graal*. Tradução de acordo com a edição de A. Hilka, Halle, 1932, versos 3191-3242.
22. J. Marx, *op. cit.*, pp. 317-388.

EXTRATOS DA LITERATURA CORTÊS

1. Sobre esses problemas, reportar-se sobretudo a J. C. Payen, *Typologie des sources du Moyen Age occidental: le roman*, Turnhout, 1975, pp. 61-67.
2. Para uma visão geral, será proveitosa a leitura do pequeno livro de G. Raynaud de Lage: *Introduction à l'ancien français*, 1.^a edição, Paris, 1959. No que se refere particularmente à sintaxe, o melhor estudo é o de P. Ménard: *Manuel d'ancien français: Syntaxe*, Bordeaux, 1968.
3. A bibliografia dos trabalhos dedicados a Chrétien de Troyes é incomensurável. A melhor introdução a esse autor e à sua obra continua sendo o pequeno estudo de J. Frappier: *Chrétien de Troyes*, nova edição, Paris, 1971 (*Connaissance des Lettres*).
4. Nome dado à pele da marmota.
5. São inumeráveis os trabalhos consagrados à lenda de Tristão. Encontrar-se-á uma excelente síntese, bem como uma edição e uma tradução de todas as versões românicas, na obra de J. C. Payen: *Tristan et Yseut*, Paris, 1974.

er sobretudo R. Lejeune: *L'oeuvre de Jean Renart*, Liège e Paris, 1935. Sobre as descrições realistas de *L'escoufre*, o leitor deve reportar-se particularmente a F. Lyons: *Les éléments descriptifs dans le roman d'aventure au XIII^e siècle*, Genebra, 1965, pp. 85-107.

BIBLIOGRAFIA

GENERALIDADES

- G. DUBY, *L'Europe des cathédrales (1140-1280)*, Paris, 1966.
L. GÉNICOT, *Le XIII^e siècle européen*, Paris, 1968. (Col. *Nouvelle Clio*, n.º 18.)
J. LEGOFF, *La civilisation de l'Occident médiéval*, Paris, 1964.
A. L. POOLE, *From Domesday Book to Magna Carta, 1087-1216*, 2.^a ed., Oxford, 1955. (*The Oxford History of England*, tomo III.)

HISTÓRIA POLÍTICA, MILITAR E ADMINISTRATIVA

- J. BOUSSARD, *Le gouvernement d'Henri Plantegenêt*, Paris, 1955.
G. DUBY, *Le dimanche de Bouvines*, Paris, 1973. (Col. *Trente Journées qui Ont Fait la France*, n.º 5.)
J. C. HOLT, *Magna Carta*, Cambridge, 1955.
F. LOT, *L'art militaire et les armées au Moyen Age*, Paris, 1946, 2 vol.
F. LOT e R. FAWTIER, *Histoire des institutions françaises au Moyen Age*, Paris, 1957-1962, 3 vol.
M. PACAUT, *Louis VII et son royaume*, Paris, 1964.
S. PAINTER, *The reign of King John*, Baltimore, 1949.
C. PETIT-DUTAILLIS, *La monarchie féodale en France et en Angleterre, Xe-XIII^e s.*, nova ed., Paris, 1971.
H. G. RICHARDSON, e G. O. SAYLES, *The Governance of Mediaeval England from the conquest to Magna Carta*, Edimburgo, 1963.
J. F. VERBRUGGEN, *De Krijgskunst in West-Europa in de Middel-Eeuwen*, Bruxelas, 1954.

ECONOMIA E SOCIEDADE

- G. W. S. BARROW, *Feudal Britain, 1066-1314*, Londres, 1956.
H. S. BENNET, *Life of the English Manor. A Study of peasant condition, 1150-1400*, Cambridge, 1937.
M. BLOCH, *La société féodale*, nova ed., Paris, 1966.
R. BOUTRUCHE, *Seigneurie et féodalité*. Tomo II, Paris, 1972.
G. G. COULTON, *Medieval village, manor and monastery*, Nova York, 1960.
G. DUBY, *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident médiéval*, Paris, 1962, 2 vol.
G. DUBY, *La société aux XI^e et XII^e siècles dans la région mâconnaise*, Paris, 1953.

- P. DU PUY DE CLINCHAMPS, *La chevalerie*, 3.^a ed., Paris, 1973.
 R. FOSSIER, *Histoire sociale de l'Occident médiéval*, Paris, 1970.
 R. FOSSIER, *La terre et les hommes en Picardie jusqu' à la fin du XII^e siècle*, Paris, Louvain, 1968, 2 vol.
 L. GAUTIER, *La chevalerie*, Paris, 1884.
 G. FOURQUIN, *Le paysan d'Occident au Moyen Age*, Paris, 1972.
 G. C. HOMANS, *English villagers of the XIIIth century*, Cambridge (Massachusetts), 1942.
 A. LUCHAIRE, *La société française au temps de Philippe Auguste*, Paris, 1909.
 S. PAINTER, *French chivalry. Chivalric ideas and practices in medieval France*, Baltimore, 1940.
 M. M. POSTAN, *The agrarian life of the Middle Ages*, 2.^a ed., Cambridge, 1966. (*Cambridge Economic History of Europe*, vol. 1.)
 M. M. POSTAN e E. E. RICH, *Trade and industry in the Middle Ages*, Cambridge, 1952. (*Cambridge Economic History of Europe*, vol. 2.)
 D. M. STENTON, *English society in the Early Middle Ages (1066-1307)*, 2.^a ed., Londres, 1952.
 L. VERRIEST, *Noblesse, chevalerie, lignage*, Bruxelles, 1960.

VIDA RELIGIOSA. CULTURA. MENTALIDADES.

- P. ALPHANDÉRY e A. DUPRONT, *La chrétienté et l'idée de croisade*, Paris, 1954-1959, 2 vol.
 G. BEAUJOUAN, *La science antique et médiévale*, Paris, 1966. (*Histoire générale des sciences*, tomo 1.)
 A. FLICHE et alii, *Histoire de l'Eglise : Du premier concile du Latran à l'avènement d'Innocent III (1123-1198)*, 2.^a ed., Paris, 1948-1953, 2 vol.
 M. de GANDILLAC e E. JEAUNEAU, *Entretiens sur la renaissance du XII^e siècle*, Paris, 1968.
 C. V. LANGLOIS, *La vie en France au Moyen Age d'après quelques moralistes du temps*, Paris, 1925.
 C. V. LANGLOIS, *La connaissance de la nature et du monde au Moyen Age d'après quelques écrits français à l'usage des laïcs*, Paris, 1911.
 E. MALE, *L'art religieux du XII^e siècle en France*, 6.^a ed., Paris, 1953.
 E. MALE, *L'art religieux du XIII^e siècle en France*, 8.^a ed., Paris, 1947.
 R. OURSEL, *Les pèlerins du Moyen Age*, Paris, 1963.

CIVILIZAÇÃO MATERIAL E VIDA COTIDIANA

- G. BARRACLOUGH, *Social Life in Early England*, Londres, 1960.
 R. A. BROWN, *English castles*, 2.^a ed., Batsford, 1962.
 G. DEMAY, *Le costume au Moyen Age d'après les sceaux*, Paris, 1880.
 R. DELORT, *Le Moyen Age. Histoire illustrée de la vie quotidienne*, Lausanne, 1972.

- C. ENLART, *Manuel d'archéologie française : Architecture civile et militaire*, 2.^a ed., Paris, 1929-1932, 2 vol.
- C. ENLART, *Manuel d'archéologie française : Le costume*, Paris, 1916.
- J. F. FINÓ, *Forteresses de la France médiévale*, 2.^a ed., Paris, 1970.
- A. FRANKLIN, *La vie privée au temps des premiers Capétiens*, Paris, 1911, 2 vol.
- B. GILLE, *Les origines de la civilisation technique*, Paris, 1962. (*Histoire Générale des Techniques*, tomo 1.)
- F. GOTTSCHALK, *Histoire de l'alimentation et de la gastronomie*, Paris, 1948.
- C. V. LANGLOIS, *La vie en France au Moyen Age d'après les romans mondains du temps*, Paris, 1924.
- J. LEVRON, *Le château fort et la vie au Moyen Age*, Paris, 1962.
- O. MUELLER, *Die tägliche Lebensgewohnheiten in den altfranzösischen Artusromanen*, Marburg, 1889.
- U. TIGNER HOLMES, *Daily Living in the XIIth century*, Madison, 1952.
- A. SCHULTZ, *Das höfische Leben zur Zeit der Minnesinger*, 2.^a ed., Leipzig, 1889, 2 vol.
- M. WOOD, *The English mediaeval house*, Londres, 1965.

HISTÓRIA LITERÁRIA

- P. Y. BADEL, *Introduction à la vie littéraire du Moyen Age*, Paris, 1969.
- R. BEZZOLA, *Les origines et la formation de la littérature courtoise en Occident*, Paris, 1944-1963, 5 vol.
- E. FARAL, *La légende arthurienne, études et documents*, Paris, 1929, 3 vol.
- J. FRAPPIER, *Amour courtois et Table Ronde*, Genebra, 1973.
- J. FRAPPIER, *Chrétien de Troyes*, 2.^a ed., Paris, 1968.
- J. FRAPPIER, *Chrétien de Troyes et le mythe du Graal*, Paris, 1972.
- E. KOEHLER, *Ideal und Wirklichkeit in der höfischen Epik*, Tübingen, 1956.
- M. LAZAR, *Amour courtois et "Fin'amors" dans la littérature du XII^e siècle*, Paris, 1964.
- M. D. LEGGE, *Anglo-Norman literature and its background*, Oxford, 1963.
- R. S. LOOMIS, *Arthurian literature in the Middle Ages*, Oxford, 1959.
- F. MCCULLOCH, *Mediaeval Latin and French bestiaries*, Chapel Hill, 1960.
- J. MARX, *La légende arthurienne et le Graal*, Paris, 1952.
- P. MÉNARD, *Le rire et le sourire dans le roman courtois en France au Moyen Age (1150-1250)*, Genebra, 1969.
- R. NELLI, *L'érotique des troubadours*, Toulouse, 1963.
- J. C. PAYEN, *Le motif du repentir dans la littérature française médiévale: des origines à 1230*, Genebra, 1968.
- J. C. PAYEN, *Littérature française: des origines à 1300*, Paris, 1970.
- J. C. PAYEN e F. N. M. DIEKSTRA, *Le roman*, Turnhout, 1975. (*Typologie des sources du Moyen Age Occidental*, fasc. 12.)

O AUTOR E SUA OBRA

Nascido em 1947, Michel Pastoureau, paleógrafo e conservador da Biblioteca Nacional de Paris, defendeu tese sobre o bestiário heráldico da Idade Média. Especialista em sinetes e brasões, é um dos principais pesquisadores franceses de documentos e testemunhos sobre as estruturas sociais, o universo mental e a vida material das populações medievais. Além deste "No tempo dos cavaleiros da Távola Redonda", escreveu "Armorial dos cavaleiros da Távola Redonda" e é autor de vários trabalhos sobre sua especialidade.

Escritos no final do século XII e início do século XIII, os romances que contam as aventuras dos cavaleiros da Távola Redonda constituem, para Michel Pastoureau, mais do que uma literatura de recreação: eles são, ao mesmo tempo, reflexo e modelo do público a que eram destinados. Utilizando-os como fonte de pesquisa, o historiador francês, um dos mais talentosos da nova geração de medievalistas, traça um amplo e minucioso painel do modo de vida da aristocracia inglesa e francesa na apaixonante época dos castelos fortificados e do amor cortês — um dos momentos cruciais na evolução da civilização ocidental.